

**RELATÓRIO FINAL DO XI CONGRESSO
ANDES-SINDICATO NACIONAL**

Cuiabá -MT, 16 a 22/02/92

ÍNDICE

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	002
PLENÁRIA DE ABERTURA	
ATA.....	011
ANEXOS:	
I - Discurso do Prof. Tomás S. Boaventura.....	013
II – Homenagem da ANDES-SN ao Companheiro João Silva Filho.....	016
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	
ATA.....	018
ANEXOS:	
I - Regimento do XI CONGRESSO ANDES SN.....	023
II – Cronograma do XI CONGRESSO ANDES SN.....	032
III- Recurso apresentado pela APUBH no XXIII CONAD.....	034
IV – Documentos apresentados pela APUBH solicitando credenciamento pleno de sua delegação no XI Congresso.....	039
V - Parecer da Secretaria Geral sobre solicitação de credenciamento pleno da delegação da APUBH no XI Congresso.....	046
VI - Declaração de voto do Prof. José Maurício.....	049
VII- Correspondências Recebidas.....	050
PLENÁRIA INICIAL	
ATA.....	053
PLENÁRIA TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA NACIONAL	
ATA.....	055
RELATÓRIO.....	056
PLENÁRIA TEMA II - POLÍTICA EDUCACIONAL, DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE SAÚDE	
ATA.....	105
RELATÓRIO POLÍTICA EDUCACIONAL.....	107
RELATÓRIO DO SETOR DAS FEDERAIS.....	120
RELATÓRIO SAÚDE.....	123
RELATÓRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	127
PLENÁRIA TEMA III - CARREIRA DOCENTE	
ATA.....	133
RELATÓRIO.....	135
PLENÁRIA TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
ATA.....	155
ANEXOS:	
I - Homologação de Seções Sindicais - Pareceres.....	159
II - Calendário Eleição Diretoria gestão 1992/1994.....	163
III- Regimento Eleitoral.....	165
RELATÓRIO.....	172
PLENÁRIA ENCERRAMENTO	
ATA.....	190
ANEXOS:	
I - Moções aprovadas.....	191
II- Discurso do Prof. Tomás Boaventura.....	199
RATEIO DO XI CONGRESSO ANDES SN.....	201

LISTAGEM DE DELEGADO DAS ADS SEÇÕES SINDICAIS DA ANDES SINDICATO NACIONAL

001	HUDSON RODRIGUES LIMA	ADUFU	F
002	KATIA RODRIGUES	ADUFU	F
003	EUCLIDES HONORIO DE ARAUJO	ADUFU	F
004	LUCIA HELENA DE PAULA MENEZES	ADUFU	F
005	SOLANGE BRETAS	ADUFU	F
006	MARIO PAULO ARANTE PENATTI	ADUFU	F
007	FRANCISCO ESTEVAO COTA	ADUFU	F
008	GRACA APARECIDA CICILLINI	ADUFU	F
009	CLAUDIA ROBBI	APUFPR	F
010	LAFAIETE SANTOS NEVES	APUFPR	F
011	DULCE MACHADO BUENO	APUFPR	F
012	FLAVIO ZANETTE	APUFPR	F
013	HIDEO ARAKI	APUFPR	F
014	MARIA INES HAMANN PEIXOTO	APUFPR	F
015	MARIA SUELY SOARES LEONART	APUFPR	F
016	ODILON CARLOS NUNES	APUFPR	F
017	PAULO DE OLIVEIRA PERNA	APUFPR	F
018	PULQUERIO BITTENCOURT	APUFPR	F
019	HELIO CABRAL LIMA	ADUFERPE	F
020	PAULO FERNANDO F. CARVALHO	ADUFERPE	F
021	ELIEZER SOUTO	ADUFERPE	F
022	FRANCISCO DE OLIVEIRA MAGALHAES	ADUFERPE	F
023	ARGUS VASCONCELOS DE ALMEIDA	ADUFERPE	F
024	SERGIO MARIO LINS GALDINO	ADUCAPE	P
025	FLAVIO BEZERRA DE FARIAS	APRUMA	F
026	EVILA BRITO RIBEIRO	APRUMA	F
027	MARIA DE FATIMA FELIX	APRUMA	F
028	MARGARIDA CARVALHO SANTANA	ADUFF	F
029	LUIZ CARLOS SOARES	ADUFF	F
030	PATRICK BURGLIN	ADUFF	F
031	JOSE GLAUCO COLLET	ADUFF	F
032	MARLENE FERNANDES	ADUFF	F
033	WINTON W. NASCIMENTO PADILHA	ADUFF	F
034	JUAREZ TORRES DUAYER	ADUFF	F
035	SERENA DE AZEVEDO	ADUFF	F
036	ANGELA M. FERREIRA TYGEL	ADUFF	F
037	FRANCISCO DE ASSIS PALHARINI	ADUFF	F
038	HELOISA G. COLLET	ADUFF	F
039	MARIA DE LOURDES PASSOS	ADUFF	F
040	HELIO ALUES	ADUFRJ	F
041	ELIZABETH ACCIOLY	ADUFRJ	F
042	HENRIQUE LONGO	ADUFRJ	F
043	ROSANE DIAS	ADUFRJ	F

044	ROSANGELA MOTTA	ADUFRJ	F
045	INDIA MOREIRA	ADUFRJ	F
046	PEDRO VIEIRA	ADUFRJ	F
047	MARILIA LINHARES	ADUFRJ	F
048	JOSE MIGUEL BENDRAO SALDANHA	ADUFRJ	F
049	ERONIDES DA SILVA LIMA	ADUFRJ	F
050	JOSE LUCIANO MENEZES	ADUFRJ	F
051	ALEXANDRE ANTONIO GILI NADER	ADUFPB-JP	F
052	JOANA NEVES	ADUFPB-JP	F
053	SILVIO FRANK ALEM	ADUFPB-JP	F
054	VERA AMARAL	ADUFPB-JP	F
055	RUBENS FREIRE RIBEIRO	ADUFPB-JP	F
056	LINDEMBERG MEDEIROS ARAUJO	ADUFPB-JP	F
057	CARLOS CENEVIVA	ADUFPB-JP	F
058	MAURO LUIZ ALDIGUE	ADUFPB-JP	F
059	ADEILDA ISMAEL T. OLIVEIRA	ADURN	F
060	IBIRACI MARIA FERNANDES ROCHA	ADURN	F
061	CYNTHIA PEREIRA DE MEDEIROS	ADURN	F
062	NILDETE MARIA DA COSTA PERREIRA	ADURN	F
063	LUCIO FLAVIO DE SOUSA MOREIRA	ADURN	F
064	MARIA DE LOURDES RODRIGUES	ADURN	F
065	JOAO DA MATA COSTA	ADURN	F
066	RICARDO FERREIRA PINHEIRO	ADURN	F
067	AMADJA HENRIQUE BORGES	ADURN	F
068	CELIA MARIA DE OLIVEIRA	ADURN	F
069	MIGUEL ANGELO DA SILVA	ADUR-RJ	F
070	ANA MARIA DANTAS SOARES	ADUR-RJ	F
071	MARCUS PEIXOTO	ADUR-RJ	F
072	NIDIA MAJEROWICZ	ADUR-RJ	F
073	ORLANDO MARQUES DA COSTA	ADUR-RJ	F
074	RICARDO MOTTA MIRANDA	ADUR-RJ	F
075	JOSE LUIZ FERREIRA	ADUFPB-CG	F
076	JOSEVALDO PESSOA DA CUNHA	ADUFPB-CG	F
077	ROBERTO GERMANO COSTA	ADUFPB-CG	F
078	VILZA MARIA BATISTA	ADUFPB-CG	F
079	JOSE IVANILDO DE VASCONCELOS	ADUFPB-CG	F
080	JOSE EDILSON AMORIM	ADUFPB-CG	F
081	LUIZ EDUARDO FERREIRA FONTES	ASPUV	F
082	LUIZ CLAIRMONT DE LIMA GOMES	ASPUV	F
083	EDILTON DE SOUZA BARCELLOS	ASPUV	F
084	CRISTINE CAROLE MUGGLER	ASPUV	F
085	BENJAMIN DE ALMEIDA MENDES	ASPUV	F
086	ADENIR ANTONIO GUARNIERI	ASPUV	F
087	CELSO DE ALMEIDA E SILVA	ADCEFET-RJ	F
088	CARLOS ARTEXES SIMOES	ADCEFET-RJ	F
089	PAULO CESAR BITTENCOURT	ADCEFET-RJ	F
090	SONIA MARI JIN	ADUFMS	F
091	HERMANO MELO	ADUFMS	F

092	ANTONIO LINO RODRIGUES DE SA	ADUFMS	F
093	ANTONIO FIRMINO DE O. NETO	ADUFMS	F
094	RUTHENIO FERNANDES	ADUFMS	F
095	BENICIA COUTO DE OLIVEIRA	ADUFMS	F
096	CASSIA IRENE SPINELLI ARANTES	ADFMTM	F
097	JORGE ANTONIO NUNES BICHUETTI	ADFMTM	F
098	MARCIO ANTONIO DE OLIVEIRA	APES-JF	F
099	MARIA JOSE FERES RIBEIRO	APES-JF	F
100	VANDERLI FAVA DE OLIVEIRA	APES-JF	F
101	PAULO ROBERTO BASSOLI	APES-JF	F
102	JOANIR PEREIRA PASSOS	ADUNIRIO	F
103	CARMEM LUCIA LUPI M. GARCIA	ADUNIRIO	F
104	EVELINE CORREIA GONCALVES	APUB	F
105	VERA LUCIA NASCIMENTO BRITO	APUB	F
106	JANDYRA LEITE SIMOES	APUB	F
107	ANTONIO DE SOUZA BATISTA	APUB	F
108	OSVALDO BARRETO FILHO	APUB	F
109	ANA LUCIA FERNANDES LOBATO	APUB	F
110	ELENA RODRIGUES SANTOS	APUB	F
111	AURELIO LACERDA	APUB	F
112	ANA ALICE A. COSTA	APUB	F
113	ISRAEL PINHEIRO	APUB	F
114	JOAO ZANETI	ADUSP	E
115	FLAVIO AGUIAR	ADUSP	E
116	SANDRA VASCONCELOS	ADUSP	E
117	MARCIA REGINA CAR	ADUSP	E
118	MARTA MARIA CHAGAS DE CARVALHO	ADUSP	E
119	CARMEM SYLVIA M. VIDIGAL	ADUSP	E
120	CRISTINA M. GALVAO	ADUSP	E
121	ZILDA M. G. IOKOI	ADUSP	E
122	ROBERTO ELIAS	ADUFOP	F
123	ELENI ALVES PEREIRA	ADUFMAT	F
124	LUIZ GALLETI	ADUFMAT	F
125	VERA LUCIA BERTOLINI	ADUFMAT	F
126	LUIZA VOLPATO	ADUFMAT	F
127	ROBERTO JAIME DOS SANTOS	ADUFMAT	F
128	ROBERTO BOAVENTURA SILVA SA	ADUFMAT	F
129	DOMINGOS TABAJARA	ADUFMAT	F
130	CLEONICE GOMES CHEIN	ADUFMAT	F
131	NALDSON RAMOS DA COSTA	ADUFMAT	F
132	LUIZ CARLOS GONCALVES LUCAS	ADUFPEL	F
133	WALCIR BRASIL CORVELLO	ADUFPEL	F
134	CARLOS ALBERTO SOARES DA SILVA	ADUFPEL	F
135	MARIA DA CONCEICAO RIBEIRO	ADUFPEL	F
136	MARILDA BORGES NEUTZLING	ADUFPEL	F
137	RITA DE CASSIA TAVARES MEDEIROS	ADUFPEL	F
138	MARIA LETICIA M. FERREIRA	ADUFPEL	F
139	ANA MARIA DALLA ZEN	ADUFRGS	F

140	ANA MARIA E SOUZA BRAGA	ADUFRGS	F
141	MARIA ASSUNTA CAMPILONGO	ADUFRGS	F
142	NEUZA MARIA NOGUEIRA TARTAGLIA	ADUFRGS	F
143	CLAUDIO SHERER	ADUFRGS	F
144	EDSON LUIZ LINDNER	ADUFRGS	F
145	DORILDA GROLLI	APROFURG	F
146	MARIA ANTONIETA LAVORATTI	APROFURG	F
147	MARIA FANI SHEIBEL	APROFURG	F
148	CARLOS ALBERTO DE MELO LOBO	ADUFPI	F
149	AGUSTINHO VALENTE DE FIGUEIREDO	ADUFPI	F
150	FRANCINEIDE PIRES	ADUFPI	F
151	ANTONIO DE PADUA RODRIGUES	ADUFPI	F
152	LIBERALINO DE SOUZA MENEZES	ADUFPI	F
153	RAIMUNDO PENAFORTE B. DE SIQUEIRA	ADUFPI	F
154	MARIO ANDRADE CARDOSO	ADUFPA	F
155	MARIA ISABEL ATAIDE MOREIRA LIMA	ADUFPA	F
156	ISABEL LUCIA FLORENTINO CONTE	ADUFPA	F
157	IVAN CARLOS FERREIRA NEVES	ADUFPA	F
158	MARIA IEDA ALMEIDA BURJACK	ADUFG	F
159	ELIO GARCIA DUARTE	ADUFG	F
160	CARLOS LEAO	ADUFG	F
161	SANDRA DE FATIMA OLIVEIRA	ADUFG	F
162	LUIZ FERNANDES DOURADO	ADUFG	F
163	ABRAAO GARCIA GOMES	ADUFG	F
164	FABIO TORKASKY	ADUFG	F
165	VICTOR ALVES NUNES	ADUFG	F
166	HEITOR GAUDENCI JUNIOR	ADUNIMEP	P
167	GISLAINE C. DE CERVENY	ADUNIMEP	P
168	FERNANDO ALBUQUERQUE F. DA SILVA	ADUNIMEP	P
169	VALDEMIR APARECIDO PIRES	ADUNIMEP	P
170	JOSE CARLOS DA SILVA	ADUNIMEP	P
171	ANTONIO ROBERTO BRIGIDO DE MOURA	ASDESAM	F
172	FRANCISCO ANTONIO ABREU NETO	ADFUNREI	F
173	TAIS BENTES	ADUFAL	F
174	ELIEZIO DE AMORIM COSTA	ADUFAL	F
175	LENILDA AUSTRILINO SILVA	ADUFAL	F
176	ALTAIR MARQUES DA SILVA	ADUFAL	F
177	AFONSO MARINHO ESPINDOLA FILHO	ADUFAL	F
178	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA CAVALCANTE	ADUFAL	F
179	PEDRO NELSON BOMFIM GOMES RIBEIRO	ADUFAL	F
180	MARLENE FREITAS	ADUFAL	F
181	ELENISE FARIA SCHERER	ADUA	F
182	BERENICE COROA DE CARVALHO	ADUA	F
183	RICARDO PARENTE	ADUA	F
184	FRANCISCO JACOB PAIVA DA SILVA	ADUA	F
185	ULISSES SILVA DA CUNHA	ADUA	F
186	EDIRACI GUEDES BARROS DA SILVEIRA	ADUA	F
187	KATIA VIANA CAVALCANTE	ADUA	F

188	PEDRO RABELO COELHO	SEDUFMSM	F
189	JOSE BITES DE CARVALHO	ADUNEB	E
190	JOSE MAURICIO MACHADO DA SILVA	APUBH	F
191	LAURA S. MICCOLI	APUBH	F
192	JOSE ANTONIO ARMANELLI	APUBH	F
193	DELICIO VIEIRA SALOMON	APUBH	F
194	JULIO MARIA DE PAULO	APUBH	F
195	JOSE HENRIQUES MAIA FILHO	APUBH	F
196	ELZA MACHADO DE MELO	APUBH	F
197	MARILDES MARINHO	APUBH	F
198	BEATRIZ ALENCAR D'ARAUJO COUTO	APUBH	F
199	OTAVIA FERNANDES DE SOUZA RODRIGUES	APUBH	F
200	DOMINGOS GIROLETTI	APUBH	F
201	JOSE WALLACE BEZERRA NASCIMENTO	ADUFS	F
202	ANTONIO PONCIANO BEZERRA	ADUFS	F
203	EDUARDO UBIRAJARA R. BATISTA	ADUFS	F
204	MARIA VALERIA BARBOSA VERISSIMO	ADUNESP	E
205	ELIZABETH MARCUSCHI	ADUFEPE	F
206	MARIGIA ANA VIANA	ADUFEPE	F
207	JOSE AUDISIO COSTA	ADUFEPE	F
208	SOLANGE DURATE	ADUFEPE	F
209	FRANCISCO ARRUDA	ADUFEPE	F
210	AMARA CRISTINA DE BARROS	ADUFEPE	F
211	CELIA MARIA LIRA	ADUFEPE	F
212	JOAQUIM DE SOUZA NETO	ADUFEPE	F
213	EDNALDO MIRANDA DE OLIVEIRA	ADUFEPE	F
214	JOANA DARC P. DE CARVALHO	ADUNIR	F
215	EDILSON LOBO DO NASCIMENTO	ADUNIR	F
216	EMILIA RUTKOWSKI	ADUNICAMP	E
217	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA	ADUNICAMP	E
218	EDMUNDO FERNANDES DIAS	ADUNICAMP	E
219	MARIA ZOREIDE BRITTO MAIA	ADUPN	E
220	EDMILSON LUCIO DE SOUZA JUNIOR	ADUFPB-PATOS	F
221	ALCIDES JOSE SANCHES VERGARA	ADUEL	E
222	LUCIA POLI	ADCEFET-MG	F
223	EDSON PEREIRA CARDOSO	ADUFES	F
224	JOSE W. FREIRE MACEDO	ADUFES	F
225	YARA REGINA DA ROCHA	ADUFES	F
226	RITA DE CASSIA LIMA	ADUFES	F
227	MARCO AURELIO DA ROS	APUFSC	F
228	EULALIA CARDOSO	APUFSC	F
229	CLARILTON RIBAS	APUFSC	F
230	BERNADETE AUED	APUFSC	F
231	WILSON SCHIMIDT	APUFSC	F
232	LUIZ MACHADO	APUFSC	F
233	ANA MARIA BECK	APUFSC	F
234	ALBERTINA DUTRA	APUFSC	F
235	MARCOS HERTER	APUFSC	F

236	IZOLDE ESPINDOLA	APUFSC	F
237	LOUISE LHULLIER	APUFSC	F
238	ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO	ADUFC	F
239	MARGARIDA MARIA L. POMPEU	ADUFC	F
240	ROBERTO CLAUDIO DE A. CARVALHO	ADUFC	F
241	JOAQUIM ENEAS FILHO	ADUFC	F
242	ADELAIDE MARIA G. PEREIRA	ADUFC	F
243	CRISTINA SOUZA CHAVES	ADUFC	F
244	MARIA DULCE S. CASTELO	ADUFC	F
245	FRANCISCO JOSE PINHEIRO	ADUFC	F
246	GIOVANNI CORDEIRO BARROSO	ADUFC	F
247	JOSE CARLOS X. SILVA	ASDUERJ	E
248	ELIANE R.A. RIBEIRO	ASDUERJ	E
249	HAIDEL DA GRACA FIGUEIREDO	ASDUERJ	E
250	ANA LUIZA ROCHA PERDIGAO	ADUFSCAR	F
251	CARLOS ALBERTO OLIVEIRA	ADUFSCAR	F
252	NANCY VINAGRE F. ALMEIDA	ADUFSCAR	F
253	PEDRO FERREIRA FILHO	ADUFSCAR	F
254	ALBERTO COTTI BADINO JUNIOR	ADUFSCAR	F
255	GIL VICENTE REIS DE FIGUEIREDO	ADUFSCAR	F
256	ANTONIO CARLOS CABRAL CARPINTERIO	ADUNB	F
257	PEDRO MURRIETA SANTOS NETO	ADUNB	F
258	AGUINALDO CUOCO PORTUGAL	ADUNB	F
259	MARIA AUXILIADORA CESAR	ADUNB	F
260	SYLVIO QUEZADO DE MAGALHAES	ADUNB	F
261	JOAO CLAUDIO TODOROV	ADUNB	F
262	CLERIA BOTELHO DA COSTA	ADUNB	F
263	CLODOMIR MONTEIRO DA SILVA	ADUFAC	F
264	REINALDO FERNANDO DE CASTELA	ADUFAC	F
265	GISNEIDE NUNES ERVEDOSA	ADUNIFOR	P
266	REGINA STELLA PEREIRA DO NASCIMENTO	ADUNIFOR	P
267	ILMA FERREIRA MACHADO	ADFCESC	E

**LISTAGEM DE OBSERVADORES DAS ADS SEÇÕES SINDICAIS DA ANDES
SINDICATO NACIONAL**

001	LUIZ CARLOSA BATISTA	ADUFMS	F
002	MARGARETH P. C. DE LIMA	ADUFMAT	F
003	FRANCELI APARECIDA DA S. MELLO	ADUFMAT	F
004	JUDITH CHAMBLIN HOFFNAGEL	ADUFEPE	F
005	MARILIA LINS	ADUFEPE	F
006	CENIRA MARIA BERBERT AIRES DA SILVA	ADUPN	E
007	LOURIVALDO ABICK	ADFCESC	E
008	MANOEL BARROS DINIZ	ADUEPB	E

CONVIDADOS

001	DARCY CORDEIRO	ADESA-GO	E
002	SUELI MARIA BECKHANSE	UDESC	E
003	FERNANDO RODAL	Presidente da Regional Sul da Confederação dos Educadores Americanos - CEA.	
004	RAUL CARIBONI	Diretor para América Latina da CMOPE.	
005	JORGE CARDELLI	Diretor da Confederação dos Trabalhadores em Educação da República da Argentina - CTERA.	
006	LUIZ ABREU MEJIAS	Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação, Ciência e Desporte da República de Cuba - SNTECD.	
007	LÉSBIA GERTRUDES CANOVAES	Vice Ministra da Educação da República de Cuba.	

PLENÁRIA DE ABERTURA

ATA PLENÁRIA DE ABERTURA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de 1992, às vinte horas e trinta minutos, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT, reuniram-se os Delegados, Observadores e demais autoridades convidadas para a Plenária de Abertura do XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL. O Prof. Tomás Boaventura, Presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso Seção Sindical - ADUFMAT SSIND, convidou para compor a Mesa Coordenadora dos trabalhos o Prof. Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Presidente da ANDES SN; o Prof. Luiz Paiva Carapeto, Secretário Geral da ANDES SN; o Prof. Izaías Pereira Costa, Vice Presidente Regional Centro Oeste da ANDES SN; o Prof. Augusto Frederico Muller Júnior, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, o Dr Valfran Miguel dos Anjos, Presidente da CUT Regional e a Profª Lésbia Gertrudes Canovaes, Vice Ministra da Educação da República de Cuba. Anunciou, também, a presença das seguintes autoridades: Profa Luzia Guimarães, Pró-Reitora de Planejamento da UFMT; Sr. Élvio Rech, representando a União Nacional dos Estudantes; Prof. Clovis Arante, representando o SINTEP; Sr. Getúlio Alves da Silva, representando o Diretório Central dos Estudantes da UFMT; Sra. Marilene Guimarães, representando o SINDSEF-MT, Srta. Léa Oliveira de Souza, Presidente eleita da ASSUMT; Sra. Nilza Maria Barros Almeida Curvo, Delegada do MEC em Mato Grosso; Profª Sery Shessarenko, Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores; Vereador Antônio Augusto de Carvalho; Vereador Rinaldo Ribeiro de Almeida, Profª Heloísa Tupiná Prof. Fernando Rodal, Vice Presidente Regional Sul da Confederação de Educadores Americanos - CEA; Prof. Raul Cariboni, Diretor para a América do Sul da Confederação Mundial de Organizações de Profissionais em Educação - CMOPE; Prof. Jorge Cardelli, Diretor da Confederação de Trabalhadores em Educação da República da Argentina - CETERA e o Prof. Carlos Augusto Abicalil, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhados em Educação - CNTE, convidando-os a ocuparem a primeira fila de poltronas do Teatro. Dando prosseguimento, o Prof. Tomás pronunciou seu discurso, cuja a íntegra é o Anexo I desta Ata, passando, após, a direção dos trabalhos ao Prof. Carlos Eduardo Baldijão, Presidente da ANDES SN. Dando prosseguimento o Prof. Baldijão convidou o Prof. Valter Freitas, para, em nome da Diretoria da ANDES SN e Movimento Docente, homenagear a memória do Companheiro João Silva Filho. A íntegra da homenagem constitui-se no Anexo 2 da presente Ata. A seguir a palavra foi concedida a Profa Heloísa Tupiná a qual denunciou ao Plenário fatos que envolveram a morte de seu filho Cristhian, assassinado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Prosseguindo, o Prof. Baldijão comunicou o falecimento do Companheiro Francisco Zoccolli, Presidente do SINDISEP-DF e membro da Executiva Nacional da CUT, solicitando que todos os presentes guardassem um minuto de silêncio em homenagem aos Companheiros João e Zoccolli e ao jovem Cristhian. A seguir a palavra foi concedida, pela ordem ao Sr. Élvio Rech, representante da UNE, ao Prof. Augusto Frederico Muller Júnior, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, ao Dr. Valfran Miguel dos Anjos, representante da CUT, os quais teceram considerações a respeito da conjuntura atual do país e manifestaram sua confiança e desejo de que o XI Congresso venha a deliberar ações visando resgatar as condições necessárias ao desenvolvimento educacional do Brasil. A palavra também foi concedida à Profª Lésbia que saudou os congressistas e reportou-se,

sucintamente, sobre as atuais condições de vida e sobre a política educacional em Cuba. Dando continuidade, o Prof. Carapeto, por solicitação da Presidência da Mesa, procedeu a leitura das mensagens que haviam chegado até o momento à Secretaria Geral da ANDES SN e cuja a relação se encontra anexa a presente Ata - Anexo III. A seguir o Prof. Baldijão proferiu seu discurso e ao final deu por aberto os trabalhos do XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL. Nada mais havendo, eu, Prof. Luiz Paiva Carapeto, Secretário Geral da ANDES SINDICATO NACIONAL, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada. Cuiabá, 16 de fevereiro de 1992, às vinte e duas horas e quarenta minutos.

ANEXO I

DISCURSO PROFERIDO PELO PROF. TOMAS BOAVENTURA NA PLENÁRIA DE ABERTURA DO XI CONGRESSO DA ANDES SINDICATO NACIONAL

Como Presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso Seção Sindical - ADUFMAT SSIND, anfitriã do XI Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL e em nome de todos os professores da Universidade Federal de Mato Grosso, expresso nossos votos de boas vindas a todos os companheiros que aqui se encontram, desejando que este seja um momento de pleno exercício de nossa capacidade de reflexão, de elaboração de propostas e de enfrentamento corajoso das questões cruciais, colocadas pela conjuntura política do país.

Que este Congresso reafirme a tradição histórica da ANDES SINDICATO NACIONAL de ser uma instância de pleno exercício da prática democrática, que nos une em torno de bandeiras comuns, sem prejuízo do convívio com diferenças e diversidades, que fazem parte do nosso Movimento Docente.

O XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SN, que tem sua Plenária de Abertura nesse momento, se realiza literalmente no centro da problemática crucial deste país. Mato Grosso, juntamente com outros Estados das regiões Centro Oeste e Norte, constitui a fronteira do capitalismo brasileiro. Lugar para onde esse capitalismo se expande desconhecendo a diversidade cultural de sua gente, expulsando com violência os donos de territórios, cuja a posse é imemorial ou foi historicamente conquistada, e destruindo a própria natureza.

A fronteira, para onde milhões de brasileiros se dirigem em busca de uma vida melhor, é na verdade lugar privilegiado do poder e da desfaçatez de velhas oligarquias rurais, de grandes empresários industriais e financeiros e de seus prepostos na máquina do Estado.

A fronteira é o Brasil, e aqui como alhures, é a resistência e a capacidade de luta de trabalhadores urbanos e rurais, e das comunidades indígenas, que vão construindo nesses lugares a utopia e a esperança de uma vida e de um Brasil melhor.

Essa condição de fronteira - enquanto espaço que vai sendo conquistado e submetido a lógica do capitalismo monopolista - expressa em sua singularidade processos sociais, que são próprios da dinâmica desigual e perversa do sistema.

Certamente que os problemas econômicos, sociais e culturais decorrentes desse processo tem desdobramentos sobre a política educacional relativa ao ensino superior legitimando, nessas regiões, a ação da classe dominante local e do Estado brasileiro submetendo as Universidades aqui sediadas a um processo que dificulta a consolidação dessas Instituições como verdadeiros centros de pesquisa e de produção do conhecimento, restringindo-as à formação de mão de obra para o mercado. No entanto, tal processo, associado a uma política de clientela, ao autoritarismo e ao descompromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão, tem sido revertido por docentes comprometidos com o avanço da democratização interna, com a construção de um conhecimento voltado

para a crítica ao modelo de desenvolvimento com a elaboração de propostas alternativas, buscando concretizar a função social da Universidade.

Hoje, o discurso modernizante do governo Collor, e de seus ministros da Educação, traduz as diferenças regionais como polaridade entre centro e periferia. Diferenças que são reais porque históricas, entre as Instituições universitárias do país, tem sido avaliadas de forma preconceituosa para sugerir diferenciações na alocação de recursos e nas políticas de capacitação e de salários que, se implementadas, estarão longe de garantir um padrão único de qualidade para a universidade brasileira.

É importante destacar que esse discurso atual não diz respeito exclusivamente às universidades localizadas nas regiões Centro Oeste e Norte, mas também a algumas universidades do Nordeste consideradas como periféricas.

É preciso desmascarar essa situação, reconhecendo as diferenças históricas e culturais entre as regiões do país, responsáveis em parte pela singularidade e a diversidade das várias instituições, que compõem a universidade brasileira. E esta Universidade deve se afirmar como instituição única em todo o país - capaz de contribuir para o avanço do processo de conhecimento universal, sem perder de vista as exigências sociais e políticas e as peculiaridades culturais e históricas de caráter nacional e regional.

Seguramente é nessa linha que o movimento docente tem encaminhado sua reflexão e sua luta. A ANDES SN, enquanto Sindicato Nacional tem reiterado seu compromisso histórico de representar o conjunto de docentes de todas as Instituições de Ensino Superior do país, públicas e privadas integrando-os na luta por melhores condições de trabalho e salários e por uma política educacional voltada para os anseios e necessidades da grande maioria da população brasileira.

Cabe ressaltar que esse Congresso se realiza em um momento de profunda crise econômica, política, social e moral cuja expressão mais cruel é a ampliação cotidiana daquela já enorme parcela da população sistematicamente alijada do acesso e usufruto da riqueza, dos bens e serviços socialmente construídos e ainda, de qualquer possibilidade do exercício da cidadania. Todos sabemos que o aprofundamento desse quadro é fruto de um governo calcado no absurdo e sustentado pelo que há de pior e mais reacionário - entre velhos e novos personagens - do cenário brasileiro.

Cabe a esse Congresso, em sua reflexão sobre o tema "Movimento Docente e Conjuntura Nacional" fazer a efetiva articulação entre os dois termos, definindo uma ação política articulada com todos os setores da sociedade que reclamam uma transformação radical desse estado de coisas. Mais do que nunca, é preciso resistir, ousar e avançar na luta conjunta com as demais categorias dos trabalhadores assumindo, de uma vez por todas, que a educação - como dimensão fundamental da cidadania - não poder ser resgatada sem uma profunda mudança política no país.

E, finalmente, companheiros e companheira, que vocês possam, nos poucos momentos de folga, conhecer um pouco do Mato Grosso, o calor da terra, dos bares, dos abraços, a singularidade de seu povo e sua cultura, a beleza de sua natureza e as possibilidades históricas de melhores dias que a luta de tantos brasileiros permite descortinar. Muito obrigado.

ANEXO II

HOMENAGEM DA ANDES SINDICATO NACIONAL AO COMPANHEIRO JOÃO SILVA FILHO

A vida se desdobra além da própria vida e isto que se consagra na vida vivida.

Há pessoas que mesmo ausentes, reafirmam, na presença doce e forte, no exemplo maior a ser seguido, na luta a ser vencida e na vitória a ser gozada, sua própria vida.

Isto és tu, COMPANHEIRO JOÃO.

Tua ausência doída só reforça em nós o desejo de continuarmos seguindo juntos, fortes, unidos, respeitando a luta que não, minha ou nossa mas que foi principalmente tua até o último momento em que vivestes.

Esta saudade, machuca, dói, arrebenta, mas se transforma em vida e força no enfrentamento desigual, numa sociedade que agoniza, pela injustiça social e pela crueldade que nos impõe.

Tu, COMPANHEIRO, durante estes 11 anos do nosso Sindicato fostes presença marcante na defesa da justiça, da igualdade e permanecer em cada um de nós como centelha viva e pulsante da ação revolucionária.

COMPANHEIRO JOÃO esta homenagem não teria nenhum sentido se fosse apenas para imortalizar tua pessoa entre os que lutam, mas sim eternizar uma presença que nos ajudou a pensar na possibilidade de construir uma utopia.

XI CONGRESSO DA ANDES SINDICATO NACIONAL

Cuiabá, 16 de fevereiro de 1992

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 1992, às 10:00 horas e cinco minutos, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT, reuniram-se os delegados das ADs Seções Sindicais para dar início a Plenária de Instalação do XI Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL. A Mesa Coordenadora dos trabalhos esteve composta pelo Prof. Carlos Eduardo Baldijão, Presidente; pelo Prof. Luiz Paiva Carapeto, Vice Presidente; pela Profª Edilamar Rezende, 1ª Secretária e pela Profª Edna Valim, 2ª Secretária. O quorum estatutário para o início desta Plenária foi de 104 delegados, conforme o credenciamento efetuado até aquele momento de 32 ADS SSIND, totalizando duzentos e seis (206) delegados, quatro (04) convidados e três (03) observadores. Na primeira contagem para verificação de quorum foi registrado a presença de 98 delegados. Na segunda contagem, ocorrida às dez horas e dez minutos, registrou-se a presença 123 delegados, quando iniciou-se os trabalhos. A Ordem do Dia aprovada para os trabalhos da Plenária de Instalação foi a seguinte: 1 - Apreciação e deliberação sobre o Regimento do XI Congresso; 2 - Apreciação e deliberação sobre a Pauta do XI Congresso; 3 - Apreciação e deliberação sobre o Cronograma do XI Congresso; 4 - Apreciação e deliberação sobre o recurso da delegação da APUBH ao XXIII Conad; 5 - Apreciação e deliberação dos casos pendentes de credenciamento ao XI Congresso; 6 - Homologação de Seções Sindicais, e 7 - Alterações Estatutárias. Precedendo a discussão da Ordem do Dia da Plenária de Instalação, a Mesa alertou as delegações para o proposição de Moções tendo em vista que no XXIII Conad foi aprovada Moção que quando enviada para o destinatário, o mesmo retornou-a dando devidos esclarecimentos a respeito do assunto em questão, caracterizando engano inconcebível por parte da ANDES SN ter aceito e aprovado a referida Moção. Ponto nº 1 da Ordem do Dia - Regimento do XI Congresso - Inicialmente foi feita correção no Artigo 34, sendo que a data constante no caput do Artigo passou a ser 21 de fevereiro de 1992 e o horário constante no Parágrafo 10, passou a ser vinte (20) horas. Colocado em discussão, não houve nenhuma inscrição, passando, imediatamente, a deliberação o Regimento proposto foi aprovado com uma (01) abstenção. O Regimento aprovado constitui-se no Anexo I desta Ata. A partir deste momento, por deliberação de Plenária, aconteceu inversão da Ordem do Dia e a sequência aprovada foi a que se segue, com as respectivas deliberações. Ponto nº 2 da Ordem do Dia - Cronograma - Tendo em vista que os Palestrantes do Seminário "A luta pela terra como uma luta sócio-ambiental", por compromissos anteriormente assumidos, só poderão estar presentes na manhã do dia 19/02, a Mesa propôs a inversão das atividades deste dia, o que foi aceito, por unanimidade pela Plenária. Com a inversão das atividades do dia 19/02 o Cronograma do XI Congresso da ANDES SN foi aprovado por unanimidade. O Cronograma constitui-se no Anexo 2 desta Ata. Ponto nº 5 da Ordem do Dia - Questões pendentes de Credenciamento - Foram apresentadas, para deliberação a respeito de credenciamento de delegados para o XI Congresso, as seguintes pendências: APRUMA SSIND - débito dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1991. Acordado o pagamento em três (03) parcelas, corrigidas pelo ICV/DIEESE. Aprovado o credenciamento por unanimidade. ADCEFET-MG SSIND - falta de dados referentes as mensalidades de dezembro/1991 e janeiro/92. Acordado o pagamento imediato após o levantamento dos dados que faltam. Credenciamento aprovado com três (03) abstenções. ADUFPI SSIND - débito de

mensalidades posterior ao XXIII CONAD. Acordado o pagamento do débito, em duas (02) parcelas, corrigido pelo ICV/DIEESE. Credenciamento aprovado com uma (01) abstenção. ADFUNREI SSIND - débito no pagamento das mensalidades em razão de não ter ainda implantado a arrecadação de 0,2% sobre o sal rio do sindicalizado. Acordado o pagamento parcelado do débito. Credenciamento aprovado com um (01) voto contra e sete (07) abstenções. ASDUERJ SSIND - falta de dados sobre o aumento salarial para verificar o débito real. Acordado apresentação de proposta para quitação do débito. Credenciamento aprovado com duas (02) ADUFAC SSIND - débito desde o XXIII CONAD e Tesouraria não recebeu informações solicitadas. Feita proposta de saldar totalidade do débito. Credenciamento aprovado por unanimidade. ADUNIFOR SSIND - não faz repasse das mensalidades para a ANDES SN. Delegada apresentou as razões do não repasse, ou seja, em questão judicial para o recebimento da taxa assistencial já recolhida. Credenciamento aprovado com um (01) voto contra e sete (07) abstenções. ADUSP SSIND - débito parcial com a ANDES SN desde 1990. Tesourarias da ANDES SN e ADUSP SSIND deverão contatar para acerto do pagamento do débito. Credenciamento aprovado com dez (10) votos contrários e quinze (15) abstenções. ADUNESP SSIND - débito com a ANDES SN em 1990, tendo feito neste ano somente dois (02) repasses, nenhum repasse no ano de 1991 e nenhum repasse no ano de 1992. Não apresentou nenhuma proposta para saldar o débito. Prof. Am,rico pronunciou-se dizendo que se deve dar tratamento político na questão de finanças e ser fundamental que as ADS SSIND implantem imediatamente o desconto da mensalidade aprovada, ou seja 0,2% do salário do docente e que se deve ter cuidado com as diversidades de arrecadação uma vez que pode trazer dificuldades financeiras para o Sindicato. O credenciamento dos delegados da ADUNESP foi aprovado com dois (02) votos contrários e doze (12) abstenções. ADUNICAMP SSIND - o repasse , regular por,m em valor abaixo do correto. Dever ser apresentada proposta para saldar o débito e regularização da mensalidade. Credenciamento aprovado com duas (02) abstenções. ADUNEB SSIND - débito com a ANDES SN, devendo antes da Plenária Inicial apresentar proposta para saldar o débito. Credenciamento aprovado com seis (06) abstenções. Ponto nº 6 da Ordem do Dia - Homologações de Seções Sindicais - Foram apresentados os Pareceres Favoráveis da Secretaria Geral da ANDES SN a respeito da homologação em Seção Sindical da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - ADUFRGS, da Associação de Docentes da Academia da Força Área - ADAFA e da Associação de Docentes Universitários de Porto Nacional - ADUPN. A homologação da ADUFRGS SSIND foi aprovada com uma (01) abstenção, a da ADAFA SSIND foi aprovada com dois (02) votos contra e (01) abstenção e da ADUPN SSIND, por unanimidade. Os Pareceres se encontram no Relatório do Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras. Ponto nº 4 da Ordem do Dia - Recurso da Delegação da APUBH ao XXIII CONAD - Inicialmente foi apresentado o Recurso da delegação da APUBH Sindical apresentado ao XXIII CONAD (Anexo 3 desta Ata), os documentos apresentados pela delegação da APUBH solicitando credenciamento pleno no XI Congresso (Anexo 4 desta Ata) e o Parecer da Secretaria Geral a respeito do assunto (Anexo 5 desta Ata). Iniciou-se a discussão com diversas inscrições, tendo no decorrer das inscrições o Presidente da APUBH, Prof. José Maurício Machado da Silva, através de Questão de Ordem, apresentou a retirada do Recurso, o que foi acatado pela Plenária. A Questão de Ordem do Prof. José Maurício , o Anexo 6 da presente Ata. Em razão da retirada do Recurso foram apresentadas propostas para o credenciamento da delegação da APUBH sendo aprovada a seguinte e que, em parte, se constituir em Alteração Estatutária, nas Disposições Transitórias do Estatuto da ANDES

SINDICATO NACIONAL, por proposição do Prof. Carlos Eduardo Baldijão, por unanimidade: O XI Congresso da ANDES SN considerando as seguintes condições: 1 - Que os docentes da UFMG são fundadores da ANDES e da ANDES SN: 2 - Que a recém criada APUBH Seção Sindical ter seu regimento em acordo com os Estatutos da ANDES SN até o XXIV CONAD, e 3 - Que até o XXIV CONAD ser apresentado documento comprobatório da transformação da APUBH Sindical em Associação dos Docentes da UFMG - APUBH, o XI CONGRESSO da ANDES SINDICATO NACIONAL RESOLVE: 1 - Credenciar plenamente os delegados da APUBH ao XI Congresso, e 2 - Registrar, expressamente, a excepcionalidade do caso, que teve o intuito de solucionar o impasse criado no movimento docente da UFMG. Tendo em vista a deliberação tomada deve ser criado um Parágrafo 30 ao Art. 76 da Disposições Transitórias do Estatuto da ANDES SINDICATO NACIONAL, com a seguinte redação: "Por deliberação da Plenária de Instalação do XI Congresso, conferir prerrogativa de Seção Sindical à APUBH, cuja a constituição foi deliberada em Assembléia Geral de 07 de fevereiro de 1992, até o prazo improrrogável do dia anterior a data de início do XXIV CONAD da ANDES SINDICATO NACIONAL". Esta proposta foi aprovada com cinco (05) votos contrários e nove (09) abstenções. Ponto nº 7 da Ordem do Dia - Alterações Estatutárias - Por deliberação do XXIII CONAD foram apreciadas nesta Plenária Alterações Estatutárias referentes a composição da Diretoria da ANDES SN e que passaram a vigorar a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do XI Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL. As alterações aprovadas foram as que se seguem: a - O Art. 32 do Estatuto da ANDES SN passa a ter a seguinte redação: A Diretoria é composta de membros efetivos assim distribuídos: I - Cargos da Presidência, em número de quatro (04): Presidente, Primeiro Vice Presidente, Segundo Vice Presidente e Terceiro Vice Presidente; II - Cargos da Secretaria, em número de quatro (04): Secretário Geral, Primeiro Secretário, Segundo Secretário e Terceiro Secretário ; III - Cargos da Tesouraria, em número de três (03): Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro e Terceiro Tesoureiro; Primeiro Vice Presidentes Regionais e Segundo Vice Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões: a) Norte: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Amazonas e Par ; b) Nordeste I: Cear , Maranhão e Piauí; c) Nordeste II: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte; Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia; Centro Oeste: Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Leste: Espírito Santo e Minas Gerais; Rio de Janeiro; São Paulo, Sul: Paraná e Santa Catarina, e Rio Grande do Sul. V Fazem parte ainda da Diretoria um Primeiro Secretário Regional, um Segundo Secretário Regional, um Primeiro Tesoureiro Regional e um Segundo Tesoureiro Regional, cujo âmbito de competência e atuação se limita à área de sua Regional. Parágrafo 1º - É vedada a acumulação de cargos na Diretoria. Parágrafo 2º - É vedada a participação de membros da Diretoria como delegados ao CONAD e ao Congresso e como representantes de ADS SSIND ou de sindicalizados via Vice presidência Regional a reuniões setoriais, excetuados os membros das Secretarias e Tesourarias Regionais. Parágrafo 3º - Na primeira reunião da Diretoria serão atribuídas, entre outras, as seguintes atribuições de responsabilidade a Diretores: a) encarregado de relações internacionais; b) encarregado de imprensa e divulgação; c) encarregado de relações sindicais; d) encarregado de assuntos jurídicos, e e) encarregado de assuntos de docentes aposentados. Parágrafo 4º - Devem ser divulgados, para conhecimento imediato das ADS SSIND, os Diretores responsáveis pela atribuições de responsabilidade constantes no Parágrafo 3º deste Artigo. Aprovado por unanimidade. Ponto nº 2 da Ordem do Dia - Pauta do XI Congresso - A Pauta apresentada pela Diretoria para o XI

Congresso foi aprovada por unanimidade, passando a ser a seguinte: Tema I - Movimento Docente e Conjuntura; Tema II - Política Educacional, Ciência e Tecnologia e de Saúde; Tema III - Carreira Docente e Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras. Seminários: " Política Neoliberal e Educação na América Latina", "Os desafios para o desenvolvimento Educacional, Científico e Tecnológico em Cuba, face ao bloqueio Econômico" e "A luta pela terra como uma luta sócio-ambiental". Tendo em vista o adiantado da hora, dezoito horas e quinze minutos, por proposta da Mesa, foi definida nova alteração do Cronograma do Evento, passando a Plenária Inicial para às nove (09:00) horas do dia 18/02; para às quatorze (14) horas do dia 18/02, Grupos Mistos sobre o Tema I; para às quatorze (14) horas do dia 19/02, Grupos Mistos Tema II; para às dezoito (18) horas do dia 19/02, Grupos Mistos Tema IV, e para às nove (09) horas do dia 20/02, Grupos Mistos Tema III. Nada mais havendo a tratar, eu, Edilamar Rezende lavrei a presente Ata que vai por mim assinada. Cuiabá, 17 de fevereiro de 1992, às dezoito horas e vinte e cinco minutos.

ANEXOS A ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

- I - Regimento do XI CONGRESSO ANDES SN
- II - Cronograma do XI CONGRESSO ANDES SN
- III - Recurso apresentado pela APUBH no XXIII CONAD
- IV - Documentos apresentados pela APUBH solicitando credenciamento pleno de sua delegação no XI CONGRESSO
- V - Parecer da Secretaria Geral sobre a solicitação de credenciamento pleno da delegação da APUBH no XI CONGRESSO
- VI - Declaração de voto do Prof. José Maurício
- VII - Correspondências Recebidas

ANEXO I

Regimento do XI Congresso da ANDES SN

Capítulo I - Do Congresso

Art. 1º - O XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes Sindicato Nacional, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XIII do Art. 30 do Estatuto, reúne-se de 16 a 22 de fevereiro de 1992, na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, organizado pela Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - ADUFMAT SSIND, e pela Andes Sindicato Nacional.

Art. 2º - O XI Congresso da Andes Sindicato Nacional tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada no seu início, de acordo com o disposto no Art. 19 e seus Parágrafo s do Estatuto da Andes Sindicato Nacional.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do XI Congresso da Andes Sindicato Nacional

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5o;

II - excluir associados, em consonância com o Art. 11 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do XXIII CONAD ou da Diretoria, e que constem da PAUTA do XI Congresso;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos associados da Andes Sindicato Nacional;

V - alterar, no todo ou em parte, o Estatuto da Andes Sindicato Nacional;

VI - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pelo CONAD ou pela Diretoria;

VII - referendar a constituição de ADS SSIND, ou revogar sua homologação, observado o disposto no Art. 44 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional;

VIII - decidir sobre a filiação da Andes Sindicato Nacional a organizações nacionais ou internacionais, conforme o disposto no Art. 65 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional, e

IX - referendar as alterações verificadas nos Regimentos das S.Sind, observado o disposto no Art. 45.

Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - São participantes do XI Congresso da Andes Sindicato Nacional

I - os delegados, devidamente credenciados:

a - das diretorias das ADS SSIND (Art. 16, inciso I, do Estatuto);

b - de base, das ADS SSIND (Art. 16, inciso II, do Estatuto); e

c - representantes dos sindicalizados via Vice Presidência Regional (Art. 16, inciso III).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do XI Congresso.

III - os demais associados da Andes Sindicato Nacional devidamente credenciados pela sua respectiva AD S.Sind ou Vice Presidência Regional, como observadores

IV - os convidados pelas Comissões, Organizadora ou Diretora.

Parágrafo Único - O delegado, devidamente credenciado, só poder ser substituído, uma única vez, durante a realização do XI Congresso se:

a - comprovar a necessidade de ausentar-se definitivamente do XI Congresso, junto a Comissão Diretora, e

b - o suplente, indicado da mesma forma que este, estiver presente no XI Congresso e credenciado como observador.

Art. 5º - O Presidente da Andes Sindicato Nacional preside o XI Congresso, tendo direito a voz e voto em seus órgãos (Art. 16, Parágrafo único e inciso IV).

Parágrafo Único - Os demais membros da Diretoria da Andes Sindicato Nacional participam do XI Congresso com direito a voz, sem direito a voto.

Capítulo IV - Do Funcionamento

Seção I - Dos órgãos

Art. 6º - São órgãos do XI Congresso

I - As Comissões:

a - Organizadora, e

b - Diretora.

II - Os Grupos Mistos

III - As Plenárias

Parágrafo 1º - As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do XI Congresso.

Parágrafo 2º - Os demais órgãos tem existência restrita ao período de realização do XI Congresso.

Parágrafo 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do XI Congresso, de metade mais um dos membros desse órgão com direito a voto.

Parágrafo 4º - Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para um terço dos seus membros com direito a voto, sendo que as deliberações só poderão ocorrer após verificado o quorum previsto no Parágrafo 3º deste Artigo.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 7º - A Comissão Organizadora do XI Congresso, constituída por representantes da ADUFMAT SSIND, seção sindical sede do XI Congresso, e por dois (02) Diretores da Andes Sindicato Nacional.

Art. 8º - Compete a Comissão Organizadora:

I - preparar toda a infra-estrutura necessária à realização do XI Congresso;

II - organizar e instalar a Plenária de Abertura do XI Congresso;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do XI Congresso, organizando o rateio financeiro entre as ADS SSIND, submetendo-as à apreciação e aprovação da Comissão Diretora do XI Congresso;

IV - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do XI Congresso, e

V - indicar entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora do XI Congresso.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 9º - A Comissão Diretora do XI Congresso é composta pelos membros da Diretora da Andes Sindicato Nacional e por três (03) representantes da Comissão Organizadora.

Art. 10 - Compete a Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo Credenciamento dos participantes do XI Congresso;

II - decidir sobre a substituição de delegados de acordo com o disposto no Parágrafo único, alíneas "a" e "b" do Art. 4º deste Regimento.

III - fiscalizar, deliberar e aprovar as contas do XI Congresso;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do XI Congresso;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do XI Congresso em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos

Sub Seção I - Da Composição

Art. 11 - Os Grupos Mistos, no XI Congresso, são compostos por:

I - delegados de ADS SSIND e de delegados de sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz e voto;

II - observadores de ADS SSIND e de sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz, e

IV - convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 12 - Cada Grupo Misto é composto de, no máximo, vinte e cinco (25) delegados de ADS SSIND e de sindicalizados via Vice Presidência Regional e de, no máximo, igual número de observadores de ADS SSIND, sindicalizados via Vice Presidência Regional e convidados.

Parágrafo Único - Só poder haver mais de um (01) delegado de ADS SSIND ou representativo de sindicalizados via Vice Presidências Regionais caso o número de delegados destes seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma disposição aplica-se no caso de observadores.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art. 13 - Os trabalhos de cada Grupo são conduzidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Coordenador, um (01) Relator e um (01) Secretário é eleito entre seus pares, pelos delegados membros dos grupos.

Parágrafo único - A qualquer momento os integrantes do Grupo Misto podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 14 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo Misto, orientando as discussões e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 15 - Compete ao Relator elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo Misto fazendo constar do mesmo o número de votos de cada proposta submetida a deliberação, de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora.

Art. 16 - Compete ao Secretário auxiliar ao Coordenador e ao Relator em suas atividades, substituindo-os em suas ausências ou impedimentos.

Art. 17 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de três (03) horas após o encerramento da reunião para entregar aos membros da Comissão Diretora responsáveis pela consolidação dos Relatórios, o Relatório consolidado de seu Grupo.

Parágrafo 1º - excetuam-se do prazo estabelecido no caput desse Art., os Relatórios de Grupos Mistos cuja as reuniões terminarem até as 19 horas. Para estes casos o prazo limite é até às 12 horas do dia seguinte.

Parágrafo 2º - A não observação no disposto no caput deste Art. e no Parágrafo anterior, implicar na exclusão das deliberações aprovadas pelo Grupo, do Relatório consolidado a ser apresentado à respectiva Plenária.

Art. 18 - Os membros da comissão diretora responsáveis pela consolidação dos relatórios reunir-se-ão com os relatores dos grupos para verificação final do relatório consolidado.

Parágrafo único - A reunião prevista no Caput deste artigo ser amplamente divulgada e da mesma ser redigida uma ata.

Art. 19 - Do relatório consolidado dos Grupos Mistos constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas, e

II - as propostas rejeitadas que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados presentes no Grupo.

Art. 20 - As reuniões de trabalho dos Grupos Mistos terão a duração de três (03) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do XI Congresso.

Seção III - Das Plenárias

Sub Seção I - Da Composição

Art. 21 - As Plenárias são compostas por:

I - Delegados das ADS SSIND e de delegados representativos dos sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciado, com direito a voz e voto;

II - Observadores das ADS SSIND e representativos dos sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

IV - Convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art.22 - Os trabalhos das Plenárias do XI Congresso serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Presidente, um (01) Vice Presidente, um (1) 1º Secretário e um (01) 2º Secretário .

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

Parágrafo 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes a Comissão Diretora do XI Congresso serem eleitos pelos delegados presentes à Plenária.

Parágrafo 3º - As deliberações observam a maioria simples dos delegados presentes a cada sessão (Art. 28).

Art. 23 - Compete ao Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia das Plenárias, e

II - dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 24 - Compete ao Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o Presidente em suas atividades;

II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 25 - Compete ao 1º Secretário :

I - preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia das Plenárias;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

Art. 26 - Compete ao 2º Secretário :

I - auxiliar o 1º Secretário em suas atividades;

II elaborar a ATA da sessão Plenária.

Art. 27 - A duração de cada sessão Plenária ser de cinco (05) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo 1º - Por deliberação da Plenária, o prazo estipulado no caput deste Art. poder ser prorrogado por mais uma (01) hora.

Parágrafo 2º - As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no Caput e Parágrafo 1º deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 28 - A verificação do quorum no início nas Plenárias do XI Congresso será feita através de lista de presença onde constar o nome do Delegado, o nome da AD S.Sind, assinatura do delegado e o horário da assinatura e da contagem dos presentes através do cartão de voto.

Parágrafo único - A verificação de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária ser feito pela contagem dos delegados através do cartão de voto.

Capítulo V - Das Discussões e Votações

Art. 29 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões a palavra somente ser concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 30 - Para a discussão de cada matéria será estabelecido um prazo de tempo, compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração do Grupo ou Plenária.

Parágrafo Único - o número de inscrições observará estritamente o prazo definido no caput deste Artigo.

Art. 31 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de três (03) minutos improrrogáveis para cada orador;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte do Plenário, dos oradores.

III - fase de votação através do levantamento do cartão de voto pelos delegados em acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora.

Parágrafo Único - na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haver encaminhamento a favor.

Art. 32 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - na fase de encaminhamento das votações só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento..

Parágrafo 2º - na fase de votação não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 33 - As deliberações são adotadas por maioria simples dos delegados presentes em cada sessão, ressalvado o disposto no Parágrafo único do Art. 21 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional.

Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 34 - As propostas de Moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do XI Congresso até às dezoito (18) horas do dia 21 de fevereiro de 1991, endereçada à Comissão Diretora, sendo especificado os responsáveis e os destinatários com endereço completo.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do XI Congresso, uma cópia das Moções propostas até às dezoito (18) horas do dia 22 de fevereiro de 1992.

Parágrafo 2º - A critério do Plenário, podem ser acrescentadas outras Moções cuja a natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Parágrafo 3º - A não observação do especificado no caput deste Artigo implicará na exclusão da proposta de moção do Relatório a ser apreciado na Plenária de Encerramento do XI Congresso.

Art. 35 - As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 36 - A Diretoria tem um prazo máximo de 30 dias úteis para divulgar o Relatório Final do XI Congresso.

Art. 37 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 38 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do XI Congresso da Andes Sindicato Nacional.

ANEXO II CRONOGRAMA DO XI CONGRESSO

16 DE FEVEREIRO DE 1992 (domingo).

09:00 h - Reunião dos Grupos de Trabalho da ANDES SN.

14:00 h - Reunião Setorial.

20:00 h - Plenária de Abertura do XI CONGRESSO da ANDES SINDICATO NACIONAL.

17 DE FEVEREIRO DE 1992 (2ª feira).

09:00 h - Plenária de Instalação.

14:00 h - Plenária Inicial.

20:00 h - Seminário I.

18 DE FEVEREIRO DE 1992 (3ª feira).

09:00 h - Grupo Misto Tema I.

14:00 h - Grupo Misto Tema II.

20:00 h - Seminário II.

19 DE FEVEREIRO DE 1992 (4ª feira).

09:00 h - Seminário III

14:00 h - Grupo Mistos Tema III.

20 DE FEVEREIRO DE 1992 (5ª feira).

09:00 h - Grupo Misto IV.

16:00 h - Plenária Tema I.

21 DE FEVEREIRO DE 1992 (6ª feira).

09:00 h - Plenária Tema II.

16:00 h - Plenária Tema III.

22 DE FEVEREIRO DE 1992 (sábado)

09:00 h - Plenária Tema IV.

14:00 h - Plenária de Encerramento do XI CONGRESSO.

TEMÁRIO DO XI CONGRESSO DA ANDES SN

TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA NACIONAL.

TEMA II - POLÍTICA EDUCACIONAL, DE SAÚDE E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

TEMA III - CARREIRA DOCENTE.

TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS.

SEMINÁRIO I - POLÍTICA NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.

SEMINÁRIO II - OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM CUBA, FACE AO BLOQUEIO ECONÔMICO.

SEMINÁRIO III - A LUTA PELA TERRA COMO UMA LUTA SÓCIO-AMBIENTAL.

ANEXO III

Recurso apresentado pela APUBH no XXIII CONAD

Maceió, 13 de novembro de 1991.

Ao Presidente da ANDES SN

Com solicitação expressa para encaminhar à Diretoria e aos participantes do XXIII Conad

Vimos impetrar recurso à decisão da Plenária de Instalação do XXIII Conad que deliberou, acatando proposta da Diretoria, pela exclusão da APUBH-Sindical, enquanto Seção Sindical da ANDES SN, acarretando com isto, que os representantes do MD UFMG fossem aceitos no evento apenas na qualidade de convidados.

A proposta da Diretoria foi motivada pelo ofício APUBH 077/91 de 06/11, pelo qual solicitava a suspensão do processo de transformação da seção sindical provisória da ANDES SN em seção permanente.

A Diretoria alegou que o fato de haverem sido, registradas alterações estatutárias, representou um desrespeito ao Estatuto da ANDES SN e as deliberações do Congresso de Curitiba.

O presente recurso fundamenta-se nas seguintes razões:

1. Não consta do Estatuto da ANDES SN nenhuma proibição de que as Ads/S.Sind. que ainda têm estatutos, promovam alterações dos mesmos e que as registrem em cartório.
2. A deliberação do Congresso de Curitiba foi de remeter para o XXIII Conad, a decisão sobre a transformação da APUBH de Seção Sindical provisória em Seção definitiva da Andes. portanto, caberia ao XXIII Conad acatar ou não o processo de transformação na forma apresentada. Não houve delegação de poderes para eliminar qualquer Ad da condição de Seção provisória da Andes.
3. O Congresso de Curitiba determinou que, sob a responsabilidade da Diretoria da ANDES SN e da APUBH, fosse feita até o XXIII Conad divulgação de documentos com finalidade de subsidiar as discussões que ocorressem nas Ads/S.Sind. Em virtude da greve das Federais em 1991, não foi possível desencadear um processo de discussão que possibilitasse a explicitação da problemática política, jurídica e administrativa envolvida na questão. Sequer foi possível um processo de discussão entre a Direção do MD nacional e a Direção do MD da UFMG em conjunto com suas assessorias jurídicas para encontrar uma solução adequada.
4. A decisão, tomada em AG da UFMG, de registrar as alterações estatutárias com urgência, durante a greve não teve objetivo de afrontar o Estatuto da ANDES SN nem as deliberações do movimento. Ao contrário, tomou-se o cuidado de, ao se registrar o novo Estatuto, suprimir os artigos que se referiam à constituição de Seção Sindical da ANDES SN em caráter permanente suspendendo-se a dupla condição de Estatuto / Regimento, uma vez que esta proposta seria objeto de deliberação das instâncias nacionais. Introduziu-se ainda no novo Estatuto cláusula referente à continuidade da condição de

Seção Sindical da ANDES SN em caráter provisório que não constava do estatuto original de 1977, até que se concretize a transformação em caráter definitivo. Isto é mais uma prova de disposição do MD da UFMG de participar do MD nacional através da ANDES SN.

5. Várias circunstâncias motivaram a urgência do registro e podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

a) A anterioridade da transformação da Associação dos Servidores em Associação Sindical à qual está filiada número significativo de docentes, constituía-se em alternativa para a condução declaratórias trabalhistas, sem as limitações da provisoriedade das prerrogativas de Seção Sindical, esvaziando a APUBH e a ANDES SN.

b) Recrudescimento de posições internas na UFMG que defendem a constituição de entidade sindical representativa dos servidores docentes e não docentes.

c) Necessidade de atualização do Estatuto original da APUBH que abrangia todos os professores universitários de Belo Horizonte circunscrevendo-o, na versão registrada, à representação dos professores da UFMG, como determina o Estatuto da ANDES SN. (vide anexo 1)

d) As pressões da base, no meio da greve, manifestas em expressivas Ags, para que se entrasse imediatamente na justiça com reclamatória trabalhistas, inclusive como substituto processual.

e) Há além disso, outras providências de ordem legal e administrativas que requeriam o registro, tais como: organização da entidade, liberação de dirigentes, recebimento de taxas de contribuições deliberadas nas Ags, para associados e membros da categoria, processo sucessório interno em curso etc.

Não cremos que a decisão tomada na Plenária de Instalação no momento do credenciamento e dado o adiantamento da hora, a falta das informações que ora apresentamos, do clima que se gerou tenha sido a mais adequada. É uma decisão grave a exclusão de uma Ad, fundadora da Andes e da ANDES SN, que tem participado de todos os eventos nacionais, setoriais e regionais.

Mantida a decisão da Plenária de Instalação, configura-se uma situação de impasse com graves consequências políticas para o movimento na UFMG e no conjunto, fragilizando-nos para os enfrentamentos que a conjuntura impõe.

A delegação do Movimento Docente da UFMG permanece em Maceió aguardando o resultado do presente Recurso. Estamos desde já disposição da Diretoria da ANDES SN para buscar uma solução deste impasse a ser construída, discutida nos grupos e submetida à próxima Plenária do XXIII Conad. Anexamos ao Recurso, parecer de nossa assessoria jurídica e uma cópia das primeira e última páginas do Estatuto original de 1977 como documentos complementares. Consideramos de fundamental importância que os participantes do Conad tenham acesso ao Recurso e aos documentos anexos.

Atenciosamente,
José Henrique Maia Filho
Domingos A. Girolletti
José Antônio Armanelli

Maceió, 14 de novembro de 1991.

Excelentíssimo Sr. Prof.
Doutor Carlos Eduardo Malhado Baldijão,
DD. Presidente da ANDES SN.

Prezado Sr. Presidente

Ref.: Decisão da Plenária de Instalação do XXIII Conad: Exclusão da APUBH das deliberações e admissão como ouvinte - Recurso.

1. É-nos solicitado parecer jurídico, em caráter de urgência, daí porque apresentado de forma resumida, acerca da questão incidental surgida na Plenária de Instalação do XXIII Conad, que deliberou por excluir a representação da pessoa jurídica sucessora da antiga Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH, a hoje denominada "Associação Sindical dos Docentes da UFMG - APUBH-Sindical".

I - do Recurso - Competência para julgamento

2. Contra a decisão da Plenária de Instalação, os representantes do interessado interpuseram recurso dirigido à pessoa do Senhor Presidente da ANDES SN "com solicitação expressa para encaminhar à Diretoria e aos participantes do XXIII Conad.

3. Em primeiro lugar, há de se ponderar que a competência para julgamento de recurso contra decisão do Conad e do Congresso e não do colegiado que ora se reúne, como se observa pela simples leitura dos seguintes dispositivos estatutários:

Art. 15 São atribuições do Congresso:

(...)

III - Decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do Conad ou da Diretoria, que constarão obrigatoriamente da pauta do mesmo;"

Art. 23 São atribuições do Conad:

(...)

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

Lamentavelmente, o Estatuto não prevê como seria salutar, a reconsideração das decisões pelo próprio órgão prolator. Assim, evidencia-se a impossibilidade de modificação imediata da deliberação sob foco.

4. Sugiro, entretanto, para que não haja a configuração de prejuízo incontornável para a APUBH e para as próprias deliberações do presente evento, que além da qualidade de "convidados", conferida aos seus representantes, seja-lhes dada a oportunidade de

VOTAR. Estes votos, por,m, devem ser computados em separado para posterior convalidação ou eliminação, a depender da decisão recursal.

II - da questão de fundo: possibilidade de Seção Sindical configurar-se com personalidade jurídica própria.

5. Apesar da necessidade de opinar sobre o m,rito do problema, haja vista a conclusão do tópico prejudicial supra elaborado, faz-se interessante apresentar algumas breves considerações, que podem ser posteriormente aprofundadas na época pertinente.

6. Por diversas razões , irrepreensível a decisão da Secretaria geral da ANDES SN, que entendeu inaceitável a estruturação híbrida da APUBH de associação sindical independente, com personalidade e autonomia jurídica, e, concomitantemente, Seção Sindical da ANDES SN.

7. A intenção óbvia da Recorrente é a representação da categoria, no seu âmbito territorial, em nome próprio, vale dizer, independentemente do Sindicato Nacional. É o que restou confessado no recurso, na letra "d" do item 5:

"d) ... que se entrasse imediatamente na justiça com reclamações trabalhistas, inclusive como substituto processual". (grifos atuais)

8. Ora, a pretensão colide claramente com o espírito do Estatuto da Andes, que acata Seções ou delegacias sindicais na forma como ali definida (art.43), com Regimento próprio, mas não Estatuto, e com autonomia "política, administrativa, patrimonial e financeira", mas nunca jurídica, para apresentar-se em nome próprio. Desnecessárias maiores digressões jurídicas para evidenciar-se que a pretensão é atentatória à estruturação da ANDES SN, baseada na representação da categoria em sua forma mais básica - o sindicato -, evitando-se a perigosa verticalização federativa, que tantos estragos provocou à defesa da classe trabalhadora ao longo dos anos.

9. Importante verificar que a proposta de as Seções Sindicais poderem possuir "Estatuto e/ou Regimento", aliás apresentada pelos representantes da APUBH, já foi rejeitada no Congresso de fevereiro de 1989. O Estatuto apresentado para aprovação, portanto, ofende deliberação da categoria já expressamente manifestada em outra oportunidade.

10. Está correta, por outro lado, a decisão deste Conad, pois não se vislumbra possível aceitar novas associações com status de Seção Sindical, só sendo admissível filiação de novos entes configurados como Seções Sindicais propriamente ditas. É o que deflui do seguinte estatutário:

Art. 75 O II Congresso Extraordinário reconhece e dá prerrogativas de Ads/S.Sind. da ANDES SN a todas as Associações de Docentes (Ads) filiadas à Andes até a data de aprovação deste Estatuto, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem em contrário." (grifos atuais)

11. Assim, o pedido de suspensão do processo de transformação em Seção Sindical, encaminhado em 06/11/91, torna inexoravelmente impossível o intuito de participação ativa como membro da ANDES SN -- não só no Conad como nas futuras deliberações coletivas -- por total destom de sua forma de organização com os atos constitutivos e com a filosofia inspiradora do Sindicato Nacional.

III - Conclusão

12. Assim, opinamos:

a) que seja indeferido o pedido de apresentação do recurso ao Conad em razão deste não deter competência para reconsideração de decisão sua;

b) que seja dado direito de voto aos representantes da APUBH, que devem ser contados em separado;

c) que o mérito da questão deve ser analisado em outra oportunidade futura.

É o nosso entendimento, s.m.j.

Roberto de Figueiredo Caldas

Assessor Jurídico da ANDES SN

ANEXO IV

Documentos apresentados pela APUBH solicitando credenciamento pleno de sua delegação no XI CONGRESSO

Cuiabá, 15 de fevereiro de 1992

Ao

Prof. Luiz Paiva Carapeto

Secretário Geral da ANDES SN

Membro da Comissão Organizadora do XI Congresso da ANDES SN

Senhor Secretário ,

Vimos solicitar o credenciamento pleno da delegação da APUBH ao XI Congresso e, para tanto, estamos encaminhando a esta Secretaria Geral e à Comissão Organizadora os seguintes documentos para que sejam considerados quando da discussão desse credenciamento pela Plenária de Instalação.

1. PROPOSTA DA AG (de 14-02-1992) DOS DOCENTES DA UFMG AO XI CONGRESSO DA ANDES SN;
2. EXTRATO DA ATA DA AG DE 14-02-1992;
3. EXTRATO DA ATA DA AG DE 07-02-1992;
4. CARTA AOS PARTICIPANTES DO XI CONGRESSO E DEMAIS ASSOCIADOS DA ANDES SN.

Solicitamos, para subsidiar as discussões pela Plenária de Instalação, que sejam providenciadas cópias dos documentos para os participantes do XI Congresso.

Desde já colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Prof. José Maurício Machado da Silva
Presidente da APUBH

PROPOSTA DA AG DOS DOCENTES DA UFMG AO XI CONGRESSO DA ANDES SN

Os professores da UFMG, reunidos em AG no dia 14-02-1992, considerando:

1. que é importante e necessária a unidade do MD com a permanente discussão sobre a plena autonomia das ADs;
2. que o movimento docente da UFMG sempre esteve presente na construção do movimento nacional, da ANDES e da ANDES SN;
3. que a permanência do MD da UFMG na ANDES SN só faz sentido dentro dos princípios do direito, da dignidade e do respeito mútuo mantida a unidade com autonomia;
4. e que, pelas razões acima expostas, a AG de 7-02-1992 deliberou transformar a associação sindical, APUBH-Sindical, em Associação Profissional dos Docentes da UFMG, APUBH, restituindo-lhe, assim, o caráter original de AD, que remonta à sua fundação em 1977. Concomitantemente, deliberou por constituir a Seção Sindical da ANDES SN na UFMG (a APUBH-S. Sindical) com Regimento próprio que será oportunamente encaminhado à Secretaria Geral da ANDES SN para o respectivo processo de homologação.

DECIDEM encaminhar ao XI Congresso da ANDES SN a presente proposta para ser objeto de discussão e deliberação da Plenária de Instalação, compreendendo os seguintes pontos correlacionados:

1. credenciamento pleno de sua delegação, enquanto representantes de AD com prerrogativas de seção sindical, APUBH, conforme deliberação do X Congresso da ANDES SN.
2. que a deliberação pelo não credenciamento da delegação da UFMG, tomada na Plenária de Instalação do XXIII CONAD, tenha seus efeitos suspensos, seja pelo fato de que a decisão do X Congresso da ANDES SN de manter as prerrogativas de seção sindical só poderia ser revista por outro Congresso; seja, sobretudo, por entendermos que o objetivo político da decisão do XXIII CONAD não foi o de excluir o MD da UFMG do âmbito da ANDES SN.
3. que seja retirado o pedido de homologação do Estatuto/Regimento da APUBH Sindical (cuja suspensão já fora solicitada à Secretaria Geral no XXIII CONAD), pois este não está em vigor e nem constitui a proposta atual do MD da UFMG.

Esta AG, ciente da importância do MD e da autonomia da AD, ao formular esta proposta, como uma solução política, espera contar com a receptividade necessária ao debate para a resolução deste problema e aproveita o ensejo para desejar que este seja um Congresso produtivo, na esperança de que, conjuntamente, se avance no enfrentamento dos magnos problemas que afetam a Educação, a Universidade Pública e ao País como um todo.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 1992
ASSEMBLÉIA GERAL DOS DOCENTES DA UFMG.

EXTRATO DA ATA DA AG EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO O PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG, EM 14-02-1992

A reunião iniciou-se às 10:30, tendo sido a mesa composta pelos Profs. José Maurício Machado da Silva (presidente), Délcio Vieira Salomon, Herzila Bastos e Beatriz Alencar de Araújo Couto (secretária). A pauta constou de preparativos finais para o XI Congresso da ANDES SN em Cuiabá, com a discussão de temas do Congresso e a constituição definitiva da delegação da APUBH a este Congresso; encaminhamentos relativos à AG Extraordinária do dia 7-02-1992; e outros assuntos. Após as discussões, a AG deliberou: 1. ratificar os nomes anteriormente indicados para constituição da delegação ao XI Congresso da ANDES SN, os quais serão: José Maurício Machado da Silva, como delegado da diretoria, e os seguintes delegados de base: Laura S. Miccoli, José Antônio Armanelli, Délcio Vieira Salomon, Júlio Maria de Paulo, José Henriques Maia Filho, Elza Machado de Melo, Marildes Marinho, Beatriz Alencar de Araújo Couto, Otávia Fernandes de Souza Rodrigues e Domingos Giroletti. Os suplentes serão: Luiz Pompeu de Campos e Carlos Eduardo Ataíde de Castro; 2. elaborar a proposta da AG a ser encaminhada ao XI Congresso da ANDES SN com o objetivo de viabilizar o credenciamento da delegação na plenitude de seus direitos e deveres; 3. delegar poderes à representação da APUBH para dar seqüência aos encaminhamentos, após seu credenciamento pleno junto ao XI Congresso da ANDES SN; 4. determinar a convocação de uma AG imediatamente após o referido congresso para dar seqüência aos encaminhamentos aprovados na AG de 7-02, à luz das deliberações do XI Congresso da ANDES SN

EXTRATO DA ATA DA AG EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA EM 2ª CONVOCAÇÃO EM 7-02-1992

A reunião iniciou-se às 10:00, tendo sido a mesa composta pelos professores José Maurício Machado da Silva (presidente) e Beatriz Alencar de Araújo Couto (secretária). Constatado o quorum mínimo estatutário, através da verificação nas listas de presença, foi formalmente instalada a AG para discutir e deliberar sobre as alterações estatutárias constantes do edital: 1. constituição da Seção Sindical do Sindicato Nacional ANDES SN, com aprovação de seu Regimento; 2. alteração do caráter de Associação Sindical (APUBH-Sindical) em Associação de Docentes da UFMG com modificações estatutárias. Ficou caracterizado o cumprimento de preceito estatutário da ANDES SN, de comunicação prévia ao Vice-presidente da Regional Leste, o Prof. Elias Antônio Jorge, através de sua presença na AG Extraordinária. Após os debates e considerações de ordem política, jurídica, administrativa e organizacional, a AG Extraordinária deliberou: 1. aprovar alterações estatutárias que transformam a Associação Sindical (APUBH-Sindical) em Associação Profissional dos docentes da UFMG (APUBH) restituindo-lhe, assim, o caráter anterior de AD que remonta à sua fundação em 1977; 2. constituir a Seção Sindical da ANDES SN na UFMG (APUBH S. SINDICAL) com Regimento próprio, cujo anteprojeto ser oportunamente encaminhado à Secretaria Geral da ANDES SN para o respectivo processo de homologação; 3. manter as prerrogativas da APUBH de Seção Sindical da ANDES SN até que seja concluído o processo de homologação do Regimento da APUBH S. Sindical; 4. estabelecer que a APUBH e a APUBH-S.Sindical tenham a mesma diretoria, os mesmos órgão de deliberação e os mesmos filiados; 5. aprovar e encaminhar Carta aos Participantes do XI Congresso e Demais Associados da ANDES SN; 6. Delegar à AG de preparação final para o X Congresso da ANDES SN poderes para dar continuidade aos encaminhamentos que se fizerem necessários na consolidação das alterações estatutárias aprovadas nesta assembléia extraordinária, podendo, inclusive, fazer ajustes de redação que não impliquem em mudanças nas diretrizes políticas.

A PROPÓSITO DA TRANSFORMAÇÃO DA APUBH EM SEÇÃO SINDICAL DA ANDES SN

CARTA AOS PARTICIPANTES DO XI CONGRESSO E AOS ASSOCIADOS DA ANDES SN

Desde 1988, a APUBH tem procurado uma forma para a sua transformação em Seção Sindical da ANDES SN, que respeite o desejo da autonomia sempre manifestado pela sua base e contribua para a unidade do Sindicato Nacional.

É bom lembrar que a APUBH é uma das ADs fundadoras da ANDES e do Sindicato Nacional ANDES SN e sempre participou de todos os eventos, tarefas e encargos do Sindicato Nacional, cujos objetivos, princípios e preocupações sempre assumiu.

Dentro deste espírito, após consulta à nossa assessoria jurídica, à da ANDES SN e à sua Diretoria, propusemos ao X Congresso a transformação, em Seção Sindical da ANDES SN, sendo que o Estatuto desta era o Regimento daquela. O objetivo era assegurar a consolidação da Seção Sindical da ANDES SN na UFMG, em caráter definitivo, mas preservando a personalidade jurídica e política de Entidade Sindical - condição que a APUBH sempre possuiu de fato.

A Secretaria Geral da ANDES SN firmou parecer de que nossa proposta caracterizava a criação de um sindicato dentro do Sindicato Nacional, levando-o à "federalização". A APUBH, ao contrário, entende que a existência de uma entidade ou Associação Sindical, com estatuto e da Seção Sindical, com regimento, não transforma a ANDES em federação e que a forma encontrada apenas contornava gravíssimos problemas de diluição da personalidade política e jurídica das ADs- Seções Sindicais na personalidade da ANDES SN.

Além disso, a afirmação da Diretoria da ANDES SN, baseada em parecer de sua Assessoria Jurídica, de que as Seções Sindicais têm personalidade jurídica própria, só seria verdadeira caso estas possuíssem estatuto próprio. Portanto, as Seções Sindicais que têm apenas regimento e que continuam utilizando os atributos da pessoa jurídica "Associação de Docentes", extinta ao substituir seu estatuto por regimento, encontram-se em situação juridicamente inconsistente, que pode gerar grande fragilidade política nos embates jurídicos e administrativos.

A Plenária do X Congresso não deliberou sobre a homologação da APUBH como Seção Sindical mas decidiu "encaminhá-la junto a outros documentos, para discussão nas ADs e apreciação no XXIII CONAD". A delegação da APUBH divulgou, entre os participantes do Congresso, um documento contendo alguns de nossos argumentos.

Entre a realização do X Congresso e o CONAD de Maceió não nos foi possível dar maior conhecimento de nossa proposta às outras ADs, nem houve discussões nacionais sobre o tema, principalmente devido à greve de 124 dias que deflagramos no interregno.

A não homologação da APUBH como Seção Sindical deixou-nos diante de grave problema, estabelecido de um lado pelo obsoletismo do nosso estatuto de 1977, então em vigor e de outro pelo fato de que prerrogativas de Seção Sindical, só têm valor interna corporis. Do ponto de vista legal, nas questões jurídicas ou administrativas que

ultrapassem as fronteiras da ANDES SN, ou se é uma Seção Sindical ou não se é, nada significando ter apenas tal prerrogativa.

Para solucionar provisoriamente este problema, após várias assembleias, a Assembleia Geral da APUBH, de 16.05.91, deliberou pelo registro de alterações estatutárias, necessárias e urgentes, resguardando-se de não efetuar registro do Estatuto/Regimento apresentado ao Congresso de Curitiba, pois o mesmo ainda seria objeto de deliberação nas instâncias nacionais da ANDES SN.

O Estatuto levado a registro não foi o mesmo apresentado ao X Congresso. Em seu Artigo 46, das Disposições Transitórias, afirma "o reconhecimento da condição de Seção Sindical da ANDES SN em caráter provisório até que seja viabilizada sua transformação em caráter definitivo". Isto torna absurda a afirmação de que o MD da UFMG pretendeu se auto-excluir da ANDES. A APUBH-Sindical é sucessora da APUBH, na plenitude de seus direitos e deveres.

A Diretoria da ANDES SN tomou conhecimento, através do ofício nº 077/91 do Conselho de Representantes da APUBH, de que algumas alterações estatutárias que se faziam necessárias e urgentes foram registradas em cartório.

Ressalte-se que a decisão política de se fazer tais alterações estatutárias que atribuíam à APUBH o caráter de Entidade Sindical fora tomada na Assembleia Geral de 06.12.90 e já do conhecimento da Diretoria da ANDES SN e do MD Nacional desde o Congresso de Curitiba, o que não impediu que suas prerrogativas de Seção Sindical fossem prorrogadas até o XI Congresso, como o fora de resto para as demais ADs que ainda não haviam se transformado em Seção Sindical.

Neste mesmo ofício, foi comunicada à Secretaria Geral da ANDES SN a decisão do Conselho de Representantes de retirar o pedido de homologação, ou seja que a tramitação burocrática fosse formalmente sustada porque o MD da UFMG necessitava de informações para subsidiar a discussão local, mas, principalmente, porque efetivamente, não se realizara nenhuma discussão em nível nacional sobre a questão, desde o X Congresso.

Apesar disso, por encaminhamento da Diretoria da ANDES SN, a Plenária de Instalação do XXIII CONAD decidiu, sem maiores discussões, não credenciar a delegação da APUBH-Sindical, que arguiu a deliberação interpondo recurso desta decisão. Como o CONAD não tem competência para julgar recursos às suas próprias decisões, a delegação da APUBH foi credenciada sob a condição de que seus votos "fossem computados em separado, para posterior convalidação ou eliminação, a depender da decisão recursal" (parecer do Assessor Jurídico da ANDES SN).

A despeito da solicitação formal da delegação da APUBH, o texto do recurso interposto não foi distribuído aos grupos para discussão e, assim, apenas o grupo Misto II, por iniciativa própria, discutiu e encaminhou propostas à Plenária sobre o tema. Esta aprovou parte da proposta do Grupo II, a saber: "Que a Plenária afirme a impossibilidade de transformar em Seção Sindical uma entidade que tenha se transformado em Sindicato, de acordo com o Estatuto da ANDES SN". Após a votação foi feita alteração da redação da proposta que fora aprovada, constando em ata o seguinte registro: "O XXIII CONAD delibera pela não homologação da APUBH-Sindical como Seção Sindical da ANDES SN, pelos seguintes motivos: 1) A APUBH foi transformada em uma entidade sindical com Estatuto e personalidade jurídica própria, que contraria o estatuto da ANDES SN; 2) a

deliberação da Assembléia da APUBH contraria as deliberações do X Congresso da ANDES SN, pois procedeu ao registro do Estatuto em cartório, antes de o submeter à homologação do XXIII CONAD".

Ora, o processo de homologação da APUBH como Seção Sindical havia sido solicitado formalmente através de ofício; também, formalmente, através de ofício, foi encaminhada decisão de suspender a solicitação. Portanto, não estava a APUBH requerendo sua homologação como Seção Sindical da ANDES SN. Ainda que coubesse negar ao MD da UFMG o direito de suspender um processo por sua iniciativa deflagrada, as duas razões alegadas no texto da Ata do Tema IV são inconsistentes e equivocadas. Primeiro porque não há nenhum dispositivo no Estatuto da ANDES SN que proíba a uma Associação Docentes transformar-se em Associação ou Entidade Sindical; segundo, porque o X Congresso não estabeleceu nem mesmo que o Estatuto/Regimento a ele submetido não fosse registrado, menos ainda estabeleceu que antes do XXIII CONAD qualquer alteração estatutária da APUBH ou de qualquer outra AD com prerrogativa de Seção Sindical pudesse ser concretizada. Além de tudo não foi o Estatuto/Regimento apresentado ao X Congresso aquele levado a registro.

Entretanto, consideramos inequívoca a intenção dos delegados presentes de não aprovar a alteração estatutária feita pela APUBH, bem como seu registro em cartório (apesar dos vieses já apontadas na discussão da matéria).

Passamos, então, a uma fase de intensas discussões sobre os aspectos políticos e jurídicos do problema, incluindo um debate com parte da Diretoria da ANDES SN, em Belo Horizonte, discussão do tema na reunião do Setor das Federais de 26.01.92, em Brasília e na reunião da Secretaria da Regional Leste, nos dias 1o e 2 de fevereiro de 1992, em Belo Horizonte, nas quais ficou evidenciada a preocupação do MD em discutir os problemas da estrutura organizativa da ANDES SN.

Tais considerações, aliadas ao desejo de permanecermos na ANDES SN, pela unidade e pelo fortalecimento do Movimento Docente e Sindical, nos levam na direção de constituirmos a APUBH-Seção Sindical da ANDES SN na UFMG, com regimento submetido ao Estatuto da ANDES SN, mantendo, entretanto, a existência de nossa Associação de Docentes, com estatuto e personalidade jurídica própria. Desta forma, fica eliminada a possibilidade de interpretações que apontem conflitos entre o Estatuto da ANDES SN e o Regimento da instância organizativa e deliberativa do Movimento Docente da UFMG no âmbito da ANDES SN, a APUBH - Seção Sindical.

Acreditamos que os acontecimentos descritos contribuíram para o afloramento de problemas fundamentais na estrutura organizativa da ANDES SN e que prosseguimento dos debates, certamente, induzirá o aperfeiçoamento da democracia interna e a ampliação efetiva da autonomia das Seções Sindicais da ANDES SN

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 1992

Assembléia Geral dos Docentes da UFMG

ANEXO V

Parecer da Secretaria Geral sobre a SOLICITAÇÃO de credenciamento pleno da delegação da APUBH no XI CONGRESSO

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1992

Ref.: Apreciação da Solicitação de Credenciamento de delegação da APUBH

Foi encaminhada a esta Secretaria Geral solicitação de "Credenciamento Pleno da Delegação da APUBH ao XI Congresso". Para tanto, apresentou-se os seguintes documentos, com expresse pedido de que fossem providenciadas cópias para distribuir aos participantes do Congresso:

- a) Proposta da Assembléia Geral dos Docentes da UFMG de 14.02.92, ao XI Congresso;
- b) Extrato da ata da Assembléia Geral de 14.02.92.;
- c) Extrato da ata da Assembléia Geral de 07.02.92;
- d) Carta aos participantes do XI Congresso e demais associados da ANDES SN.

Para um melhor esclarecimento, é importante relembrar o processo que ora culmina na solicitação encaminhada.

A APUBH propôs ao X Congresso a sua transformação em Seção Sindical. Esta Secretaria-Geral, baseada na documentação apresentada, posicionou-se desfavoravelmente ao pleito, ante os descumprimentos às determinações estatutárias da ANDES SN. O assunto foi levado à apreciação da Plenária do Tema IV e esta deliberou pelo adiamento até o XXIII CONAD.

O XXIII CONAD, já na Plenária de Instalação, decidiu por não credenciar a representação da APUBH pelos seguintes motivos:

- "1) A APUBH foi transformada em entidade sindical com Estatuto e personalidade jurídica própria, que contraria o Estatuto da ANDES SN;
- b) A deliberação da Assembléia da APUBH contraria as deliberações do X Congresso da ANDES SN, pois procedeu o registro do Estatuto em Cartório antes de o submeter à homologação do XXIII CONAD."

Contra a referida decisão foi interposto recurso para o próprio XXIII CONAD, que o remeteu ao XI Congresso, instância competente para apreciar decisões do CONADs.

Passando à análise dos documentos ora encaminhados, verifica-se que subsiste o recurso interposto no CONAD, devendo este Congresso julgá-lo antes de mais nada.

Caso a APUBH tenha êxito em seu recurso, o credenciamento é automático. Em caso negativo, quanto ao pedido de credenciamento pleno da delegação da APUBH, h de se verificar que os documentos apresentados são absolutamente insuficientes e inábeis. Em

primeiro lugar porque o Estatuto da APUBH-Sindical ainda está registrado em Cartório, sem que se haja pedido sua retirada, permanecendo a situação, do ponto de vista formal, inalterada. Em segundo porque só se credenciam delegados de Seções Sindicais e de ADs com tais prerrogativas, característica que a APUBH ora não possui.

Por outro lado, a APUBH não apresentou ao Congresso qualquer pedido de homologação como Seção Sindical, tanto que nenhum documento hábil foi trazido, como as "atas das Assembléias Gerais que convocadas especificamente para este fim, com ampla divulgação prévia, propuseram sua constituição e aprovaram seu Regimento (art. 44 do Estatuto da ANDES SN). Não foi apresentada prova de ampla divulgação exigida no Estatuto da ANDES.

Ademais, a resolução da Assembléia Geral dos Docentes da UFMG, no sentido de modificar a associação sindical para associação profissional ainda não surtiu efeito formal, não só pela ausência de registro em Cartório, como também pela falta de apresentação de um Regimento. Ainda que já houvesse registro em Cartório da nova transformação da natureza jurídica da APUBH, a atitude não teria o condão de restaurar a prerrogativa de Seção Sindical, ante a clareza do art. 75 do Estatuto da ANDES SN:

"Art. 75 - O II Congresso Extraordinário reconhece e d prerrogativas de ADs-SEÇÕES SINDICAIS da ANDES- SINDICATO NACIONAL a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas à ANDES até a data de aprovação deste Estatuto, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem em contrário". (grifos atuais)

Vê-se, portanto, que as prerrogativas extraordinárias de Sessão Sindical só são deferidas estatutariamente para as ADs filiadas à ANDES até a data da aprovação do seu Estatuto. Os documentos apresentados não restauraram a AD anterior e nem mesmo mantiveram aquele regimento anterior. Ao contrário, tudo indica que a entidade tem modelo totalmente novo, pois a anterior tinha base territorial em todo o Município de Belo Horizonte, enquanto a atual busca representar apenas os Docentes da UFMG.

Insustentável, conseqüentemente, o pleito de ter prerrogativa de seção sindical até que se ultimem os procedimentos necessários ao registro como tal, pois a AD ora criada é nova.

A solução para o problema é portanto, após os passos estatutariamente exigidos pela ANDES SN, registrar-se logo a seção sindical, a partir de quando terá os direitos de outro filiado qualquer.

Entretanto, como a documentação apresentada indica a intenção dos Docentes da UFMG de corrigirem os rumos anteriores, opinamos pela participação dos delegados como convidados.

É o nosso parecer, s.m.j.

LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE VOTO DO PROF. JOSÉ MAURÍCIO

A delegação da APUBH em nome da unidade nacional e considerando manifestações de delegados de várias ADS SSIND, vem retirar o recurso que havia interposto a deliberação do XXIII CONAD, no sentido de permitir que a Plenária de Instalação do XI Congresso, resolva a questão politicamente diante dos fatos novos apresentados pela APUBH, especialmente a decisão de suas AGs de 07/02 e 14/02 de restaurar o caráter de A.D. à APUBH.

José Maurício Machado da Silva - APUBH

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1992

ANEXO VII

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS

A Diretoria da ANDES SN, recebeu as seguintes correspondências que se encontram arquivadas na Sede do Sindicato:

- 01 – Profª Vanessa Guimarães Pinto - Presidente ANDIFES
- 02 - Prof. Manuel Lopes dos Santos - Diretor da Escola Paulista de Medicina
- 03 - Prof. Paulo-Edgar Almeida Resende - Reitor da Católica de SP
- 04 - Marcus Antônio Bittencourt - Presidente SINPOL
- 05 - Fernando Lezcano - Secretário Geral CC.OO Federación de Enseñanza
- 06 - Éfrem de Aguiar Maranhão - Reitor da Univ. Federal Pernambuco
- 07 - Antônio Teodoro - Secretario Geral FENPROF
- 08 - Dr. Marcerllo Lavenere Machado - Presidente do Conselho Federal da OAB
- 09 - Prof. Geraldo dos Santos Queiroz - Reitor Univ. Federal Rio Grande do Norte
- 10 - Osvaldo Verdugo Pena - Presidente Nacional Colégio de Profesores de Chile A.G.
- 11 - Dep. Benedito Domingos - PT
- 12 - Prof. Carlos Alberto Faraco - Reitor da Univ. Federal do Paraná
- 13 - Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana - BA
- 14 - Luís Eduardo - Presidente da AFIPE
- 15 - Luís Santini - Diretor Executivo ABEM
- 16 - Prof. Luís Abreus - Sindicato Nacional Educacion y el Deporte Cuba
- 17 - Prof. Hésio Cordeiro - Reitor da Universidade do Estado do RJ
- 18 - Maurício de A. Rocha - Coordenador de Imprensa e Divulgação Fasubra-Sindical
- 19 - Prof. Antônio de Souza Sobrinho - Reitor da Univ. Fed. Paraíba
- 20 - Michel Agnaieff - Diretor Geral da CEQ
- 21 - Senador Humberto Lucena - Líder do PMDB
- 22 - Senador Marco Maciel
- 23 - Senador Fernando Henrique Cardoso - Líder do PSDB
- 24 - Prof. Luiz Henrique Schuch - Vice-Reitor da UFPEL
- 25 - Dep. Maria Luiza Fontenele - Vice-Líder do PSB
- 26 - Prof. Antonio Ibanez Ruiz - Reitor da UnB
- 27 - Gerard Montant - Secretário Geral FISE
- 28 - Juan Ambrosio Sabio - Presidente del Colprosumah
- 29 - Prof. Tabajara Gaucho da Costa - Reitor da Universidade Federal de Santa Maria
- 30 - Prof. José Goldemberg - Ministro da Educação
- 31 - Prof. Carlos Poblete Avila - Secretario da FISE na América Latina Y El Caribe
- 32 - Senador Maurício Correa
- 33 – Profª Maria da Conceição Bernardo Silva - Reitora Universidade de Mogi das Cruzes
- 34 - Prof. Josué da Silva Mello - Reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana
- 35 - Prof. Roberto da Cunha Penedo - Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo
- 36 - Sindicato Trabalhadores Educação de Marrocos

37 - Prof. José Passini - Reitor Universidade Federal de Juiz de Fora

38 - Prof. Newton Lima Neto - Ex-presidente ANDES

39 - Prof. Amilcar Gigante - Reitor da UFPel

40 - Prof. Eduardo Coelho - Presidente do CRUB

PLENÁRIA INICIAL

ATA PLENÁRIA INICIAL

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de 1992, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, com a presença de 127 delegados ao XI Congresso, portanto com quorum regimental, às dez horas e dez minutos, foi iniciada a Plenária Inicial do XI Congresso da ANDES Sindicato Nacional. A Mesa foi composta pelos Profs. Carlos Eduardo Baldijão e Luiz Paiva Carapeto. Inicialmente foram feitos os lançamentos do INFORMANDES e do CADERNO nº 9 - O REGIME JURÍDICO Único. Dando prosseguimento os Profs. Paulo Rizzo, Sílvio Frank Alem e Angela Tygel apresentaram os textos da Diretoria, da ADUFPB-JP SSIND e ADUFF SSIND, respectivamente, que constavam do Caderno de Textos como colaboração ao Tema I, Movimento Docente e Conjuntura Nacional. A seguir foi aberto um período para pronunciamentos sobre a Conjuntura Nacional e ao final escolhida uma Comissão para a redação de um texto sobre Conjuntura para ser apreciado e discutido nos grupos mistos. A comissão foi composta pelos Profs. Valter Freitas, Sílvio Frank Alem, Angela Tygel, João Zanetic e Adelaide Maria Gonçalves Pereira. Nada mais havendo, eu, Prof. Luiz Paiva Carapeto, Secretário Geral da ANDES SN, lavrei a presente Ata. Cuiabá, 18 de fevereiro de 1992, às 14:30 horas.

PLENÁRIA TEMA I
MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA NACIONAL

ATA DA PLENÁRIA TEMA I

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 1992, às 18 horas, no Auditório do Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, iniciou-se a Plenária do Tema I - Movimento Docente e Conjuntura Nacional, do XI Congresso da ANDES - SN. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta pelo Prof. Carlos Eduardo Baldijão, Presidente; Prof. Luiz Paiva Carapeto, Vice-Presidente; Prof^a Lucia Lodi, 1^a Secretária e Prof. Noval Benaion Mello, 2^o Secretário, tendo havido, no decorrer dos trabalhos, a substituição do Prof. Carapeto pelo Prof. Moacir Feitosa. O encaminhamento do trabalho, de leitura do texto apresentado pela comissão definida na Plenária Inicial, destacando as partes sujeitas ... discussão, foi aprovado por unanimidade. Deliberou-se, também, que os textos de colaboração apresentados pela Diretoria da ANDES SN, pela ADUFF SSIND e pela ADUFPB JP SSIND farão parte dos Anais do XI CONGRESSO da ANDES SN. A Plenária teve seu período prorrogado por duas vezes, até a uma (01) hora do dia 21. Ao final dos trabalhos, a Prof. Lúcia Lodi ficou encarregada da elaboração do Relatório Final do Tema I compatibilizando o texto com as propostas e encaminhamentos aprovados pela Plenária. À uma (01) hora do dia 21 de fevereiro de 1992, nada mais havendo a tratar sobre o Tema I, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Plenária da qual eu, Noval Benaion Mello lavrei a presente Ata. Cuiabá, MT, 21 de fevereiro de 1992.

RELATÓRIO DO TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

DOCUMENTO FINAL DO XI CONGRESSO

Apresentação

Ao adotar uma nova sistemática de discussão e deliberação a propósito da avaliação de conjuntura, o XI Congresso propiciou o aprofundamento da compreensão coletiva do tema.

Três importantes contribuições foram dadas a público previamente ao evento - os textos de análise de conjuntura da Diretoria da Andes SN, da ADUFPB-JP SSind e da ADUFF.SSind. Tratam-se de avaliações que em grande medida podem ser consideradas complementares, ainda que expressem compreensões divergentes a propósito de certas questões relevantes. Tais divergências refletem a essencialidade democrática do MD e de seu sindicato.

Os Grupos Mistos, ao discutirem um roteiro previamente aprovado pela plenária, devolveram à Comissão de Redação eleita, 11 relatórios que expressavam contribuições cuja minuciosa consolidação não seria possível no período de tempo regimentalmente a isto destinado. A Comissão de Redação, ao remeter ao debate este texto, considera que as Três avaliações de conjuntura supra mencionadas devem fazer parte dos Anais do XI Congresso, sendo remetidas às bases como subsídios indissociáveis de suas conclusões.

Introdução

A razão de ser de um texto que analisa a conjuntura nacional, e sua inserção no contexto internacional, para o movimento docente, tem dupla mão. Assim, que essa análise tem que indicar até que ponto essa conjuntura afeta os interesses imediatos e mediatos de nosso movimento, tanto no que diz respeito à dimensão econômica (nossos salários, por exemplo) quanto às dimensões mais amplas (política educacional, de ciência e tecnologia.

Dessa análise também devem nascer indicadores de nossa intervenção nessa mesma conjuntura, delineando o leque de relações com os demais setores organizados da sociedade.

Cabe nesta introdução uma observação particularmente importante no momento histórico que atravessamos a nível internacional com claros reflexos na conjuntura nacional.

Trata-se, de um lado, do novo quadro geopolítico que surge em função das profundas transformações sofridas pelas nações do leste europeu. E de outro lado, do impacto dessas transformações no restante do mundo, seja nos países capitalistas centrais, nos que experimentam diferentes modelos social-democratas, nos países capitalistas dependentes e na experiência cubana de socialismo. Em particular do impacto disso tudo no chamado modelo neoliberal do governo Collor e a nova força que ganha em favor de sua implementação no país.

Conjuntura Internacional

As mudanças no "Mundo Socialista".

Os acontecimentos em curso nos países do até recentemente chamado mundo socialista provocam perplexidade e múltiplas interpretações. O debate sobre as causas do processo que resultou no fim da URSS e nas mudanças políticas, sociais, e econômicas dos países do centro e do leste europeu prosseguir ainda por muito tempo. O tema deve ser objeto permanente de discussão no âmbito do nosso sindicato, uma vez que, os desdobramentos da Revolução de 1917 deve ser objeto de reflexão aos que pretendem - como nós - a construção de uma sociedade solidária, fraterna, igualitária e portanto justa.

Após a derrubada de governos e/ou implantação de uma nova institucionalidade política e econômica, verifica-se que os "Novos Regimes" expõem a agudização de problemas econômicos e sociais. A expectativa de maciços investimentos oriundos do ocidente não se concretizou, a implantação da "Economia de Mercado" desorganizou o antigo sistema produtivo e claramente retirou ou ameaça conquistas sociais consolidadas.

Tomando em consideração as análises formuladas tendo em conta a premissa de que a possibilidade de construção do socialismo persiste, duas avaliações, pelo menos, estão presentes no movimento docente.

Para alguns a situação é ainda de indefinição em relação aos rumos que tomar aquela parte do mundo; o estabelecimento de Instituições políticas democráticas formais, combinada com o agravamento das condições sociais, tornando possível sem definir ritmos ou prazos a vitória dos interesses das classes trabalhadoras.

Outra avaliação é a de que uma série de determinantes (dentro os quais a pregressa ausência de liberdades democráticas, geradora de despolitização; o nível de degenerescência do aparato produtivo e a interferência do Ocidente) resulta na irreversibilidade, a curto prazo, da implantação de relações capitalistas de produção no território em questão. Não se concretizou portanto, a expectativa de que o fim do domínio burocrático daria lugar ao poder operário, popular.

Há consenso, contudo, quanto às conseqüências imediatas que a transformação verificada provoca para a classe trabalhadora de todo o mundo capitalista. A burguesia pretende retirar dos trabalhadores conquistas sociais dela arrancadas ao longo de décadas.

Difundindo a ideologia do "Fim da História", da eternidade do modo capitalista de produção, o que a burguesia pretende é intensificar a exploração - a liberdade patronal de sujeitar completamente a classe trabalhadora à lógica mais imediata da reprodução capitalista.

Outro consenso é relativo à necessidade do debate sobre referências teóricas a ser assumido de forma continua pela classe trabalhadora, a fim de que esta possa se instrumentalizar para responder aos desafios que a conjuntura ofereça.

De todo modo, deve-se trabalhar na direção do entendimento crítico e revolucionário do que pode significar uma crise, não cabendo lugar ao niilismo ou rendição às teses do liberalismo.

Projeto Neoliberal e Estado

A compreensão da realidade do capitalismo ao nível internacional passa hoje, inicialmente, pela constatação de que uma revolução técnico-científica está em curso. Sua resultante, a enorme multiplicação da produtividade da força de trabalho, obrigando à reavaliação de seu valor, bem como das implicações em gerar desemprego.

Enormes alterações no perfil da sociedade já vinham se verificando no espaço dos países capitalistas centrais. Modifica-se a composição da classe trabalhadora. As contradições se explicitam mais claramente com o abandono das políticas sociais pelo Estado, com o retorno dos movimentos nazifacistas, com desemprego também ao nível de seu espaço. Multiplica-se a ocupação no chamado setor terciário da economia, gerando necessidade de analisar mais profundamente o que são as classes sociais hoje.

Ao tornar obsoleto todo um conjunto de estruturas produtivas, a revolução técnico-científica concomitantemente ao acréscimo de produtividade acima referido - leva a gestação de uma nova e mais perversa divisão internacional do trabalho; a perspectiva da adequação da capacidade produtiva das nações subdesenvolvidas ao quadro econômico capitalista internacional, levando ao cenário de miséria em que se apresenta nesses países.

É sob essas determinações que deve principalmente ser entendido o papel que a burguesia monopolista atribui ao Estado. Vendo-se fortalecida pelo fim da bipolaridade vigente desde o último pós guerra alicerçada nas novas tecnologias produtivas, propõe o "Estado Mínimo" como forma de ampliar a massa de masvalia extraída dos trabalhadores e garantir transferência brutais de recursos ao centro desenvolvido. O primeiro objetivo leva à desobrigação do Estado para com suas funções de interesse social-saúde, educação, infra-estrutura em geral. A privatização oferece campo à venda como mercadorias da saúde, educação, transporte, comunicação e até mesmo estradas.

A manutenção do pagamento da dívida externa alimenta, ainda mais o capital financeiro internacional.

Cabe destacar que a proposta de "Estado Mínimo" apresenta-se num contexto em que o Estado se mundializou e onde a problemática do Estado nação se submete aos ditames do controle internacional. O neoliberalismo supõe um movimento de privatização de setores da economia e da estatização daqueles que interessam a segmentos do capital. Parcelas do fundo público são entregues à iniciativa privada retirando da classe trabalhadora serviços públicos fundamentais para a obtenção de seus direitos sociais.

Admitir que o capitalismo monopolista logrou superar obstáculos e que vive uma época de hegemonia, não significa desconhecer a persistência estrutural de suas contradições.

Estas fricções e mesmo contradições hoje se manifestam claramente na disputa entre os chamados blocos econômicos multinacionais (EUA-Canadá, CEE, Japão - Extremo Oriente Asiático). A agudização da situação, previsível.

Se a curto prazo o poderio militar norte-americano, dissuasório, a ampliação do exército nos EUA e CEE favorece a extração da mais valia e não se pode ignorar a incapacidade que demonstram as economias centrais de resolver graves questões sociais.

Internamente, as sociedades constitutivas do primeiro mundo vivem situações que expressam, ao menos potencialmente, a agudização da luta social. Tal fato se comprova na recessão norte-americana, no fortalecimento da extrema-direita europeia e na resistência operária lá verificada; mesmo no bloco nipo-asiático insatisfações se manifestam.

Na América Latina a aplicação do receituário neoliberal expressa a operacionalização acelerada da nova dependência. Abertura ao comércio internacional, aos investimentos externos, desregulamentação, venda de empresas estatais, controle de inflação pela política monetária, submissão ao monitoramento do FMI... São as regras de jogo imposto pelo capital multinacional aliado às burguesias locais.

Encarar de frente as dificuldades é a melhor forma de lograr sua superação. Não pode haver lugar para o desânimo e a desesperança, se temos consciência da persistência das contradições estruturais do mundo capitalista.

Conjuntura Nacional

Todos os indicadores sociais mostram a gravidade dos efeitos provocados pela recessão imposta ao Brasil pela política econômica do governo. Potencializa-se o quadro derivado de uma situação determinada pela histórica ausência de reformas estruturais que beneficiassem a maioria da população.

As avaliações produzidas pelos IX e X Congresso da ANDES SN e as projeções daí derivadas mostraram-se, no fundamental, como corretas.

A recessão, a corrupção e os escândalos, a incapacidade do executivo em debelar a inflação levam o governo Collor a altíssimos níveis de rejeição; a insatisfação popular nunca foi tão alta quanto agora.

O acordo de rolagem da dívida dos Estados, a reforma ministerial e sobretudo a assinatura da Carta de Intenções com o FMI resultam momentaneamente em que Collor apazigue parcelas importantes da oposição burguesa que foi se constituindo a seu governo. Os cenários que se delineiam, a partir das análises já elaboradas, mostram que a possibilidade de persistência deste apaziguamento é limitada. Causas estruturais podem resultar em que o receituário ortodoxo tenha o mesmo efeito que os planos heterodoxos postos em prática sob Sarney e mesmo Collor - a não obtenção da contenção das taxas inflacionárias.

A recessão, a política de privatização, o apoio de boa parte da mídia ao sindicalismo de negócios... tem trazido crescentes desafios ao movimento sindical combativo, organizado no campo da CUT. A avaliação quantitativa e qualitativa das greves realizadas em 1991 mostra esta realidade.

Para 1992, dois aspectos dessa conjuntura são importantes para o aprofundamento da análise no interior do MD. O desgaste político e social do governo, sua incapacidade de atender minimamente às exigências da imensa maioria da população, permitem antever nos próximos meses uma tendência às ações políticas e às mobilizações.

Por outro lado, o quadro recessivo apontaria a intensificação das dificuldades verificadas em 1991 quanto à implementação de movimentos massivos de luta econômica. Se no ano passado, foi possível aos trabalhadores do setor público, predominantemente, mobilizarem-se de modo firme em defesa da sua dignidade salarial, tal não se deu, com a mesma intensidade, com os da iniciativa privada. Além disso a acomodação ao projeto neoliberal do governo das forças burguesas de oposição a Collor - apontada pelos defensores dessa visão como tendência historicamente predominante no curso das relações frações de classe dominante de periferia/capital internacional - traria dificuldades adicionais à luta dos trabalhadores.

Há convergência de posicionamentos quanto a necessidade que tem o movimento sindical de dar uma resposta, no campo da luta política, à conjuntura - resposta que signifique a inviabilização da continuidade de implementação da atual política econômica, parte da construção de uma alternativa de poder para nossa sociedade. A resposta política que o momento exige supõe uma efetiva unidade de ação dos trabalhadores e de suas organizações, a sensibilização da sociedade civil organizada ao apelo em defesa da democracia e dos interesses majoritários no país.

O fato de se vivenciar um ano eleitoral favorece o debate político e a intervenção, nele, das organizações sindicais e da sociedade civil.

Educação, Ciência, Tecnologia

Ainda que textos específicos contemplem as avaliações do XI Congresso sobre a política educacional, de ciência e tecnologia, é necessário dizer destas questões numa análise de conjuntura global. Nossa concepção sindical rejeita o corporativismo e o economissismo e, como já foi afirmado na Introdução, contempla a preocupação permanente com as dimensões mais amplas de nossos interesses sociais.

É unânime nossa avaliação de que a política empreendida, nos campos referidos, pelo governo Collor é completamente lesiva aos interesses da imensa maioria da população. As tentativas cada vez maiores de privatização da educação e da saúde, a submissão da atividade de produção científica e tecnológica à divisão internacional de trabalho pretendida pela burguesia internacional monopolista é que definem o atual governo.

Por definição, a educação implementada nas sociedades periféricas é desideologizante, despolitizante, voltada para a mera reprodução do conhecimento, aspirando a atender as meras exigências imediatas do sistema produtivo. O adestramento e não a educação desalineadora é o que é proposto pela classe dominante. Este objetivo, no particular contexto do ensino superior, a perpetuação dos mecanismos de dependência científica e tecnológica, dentro da ótica de "integração" do mercado brasileiro ao capitalismo internacional, bem como a reprodução dos recursos materiais e humanos a isso necessários.

Manifestação recente da proposta privatizante do governo é o projeto Goldemberg de modelo de financiamento das IFES, que pretende implantar objetivamente os principais eixos presentes no projeto político neoliberal para a educação superior (Projeto GERES, Relatório da Comissão de Alto Nível do MEC, etc), dicotomizando-a entre Instituições de ensino e centros de excelência, com rebaixamento da qualidade dos cursos de graduação, de um lado e de outro, com o alinhamento da pesquisa ao eixo universidade-indústria. Conjuga-se tal proposta tecnocrática com a prática autoritária de rejeição à

vontade das comunidades universitárias, no que diz respeito a escolha de dirigentes naquelas Instituições.

A tramitação da LDB é outro exemplo de ação deletéria do governo, que este Congresso em documento específico, avaliação (Substituir pelo texto de política educacional o item da LDB, Caderno de Textos ANDES SN)

No que diz respeito ao ensino superior, é relevante assinalar a crise que assola a majoritária rede de Instituições privadas. Sofrem a recessão e exigem recursos públicos para não verem a lucratividade de seu negócio atingido. O crédito educativo, forma de financiamento estatal às mantenedoras de IES privadas, enfrenta problemas de repasse. A demissão, em massa de docentes, o rebaixamento da qualidade dos serviços prestados, arrocho de salários, reajustes altíssimos nas mensalidades são respostas que as mantenedoras das IES particulares vem utilizando para adequar-se a situação. Outra saída que algumas mantenedoras estão encontrando é a estadualização oportunista, como já ocorreu e ameaça continuar em São Paulo, incorporando inclusive as dívidas contraídas por elas.

A busca da escola pública amplia-se, no país, podendo constituir-se em importante pressão social pelo acesso a educação e a melhoria da rede pública. Ao mesmo tempo, são relatadas experiências que podem implicar na instituição do ensino público pago no país, que deve ser objeto de nossa avaliação - a formação de associações ou cooperativa de pais de classe média, dispostos a contribuir financeiramente para o funcionamento de escolas públicas diferenciadas.

Deixamos de aprofundar aqui os temas C&T e Saúde, em função de debate específico a ser registrado no relatório do tema 2 deste XI Congresso.

Nosso sindicato e a atual conjuntura - Perspectivas de luta

A ANDES SN avançou significativamente na consolidação de sua proposta sindical, ao cabo de mais de três anos de formalização desta identidade. Problemas e dificuldades persistem, contudo - sobretudo aqueles relacionados com a expansão e condução das lutas dos docentes das IES privadas. O reacionarismo patronal e o grave problema derivado da política empreendida pela CONTEE e vários SINPROS (portadores de concepção sindical distinta da nossa) estiveram na base desta questão. No que respeita às Instituições estaduais de ensino superior, assiste-se a uma expansão, com objetivos eleitoreiros no número de unidades, seja pela criação de novas faculdades/unidades, seja pela estadualização de escolas particulares isoladas, nas quais não são considerados o arrocho salarial e a precariedade das condições de trabalho nas IEES.

O reconhecimento da existência de deficiências e insuficiências no relacionamento entre a ANDES SN e a CUT é consensual. De um lado, nossa inserção nas instâncias orgânicas e deliberativas da CUT é ainda limitada, inferior a nosso potencial de intervenção. Ao mesmo tempo, cobranças sobre a insuficiência da atuação da CUT em nossas lutas são assinaladas, quer se tratem de lutas econômicas ou daquelas mais amplas, em defesa da escola pública - entre outras.

Para que consigamos prosseguir avançando na construção de nosso projeto sindical, cabe implementar - na prática - muitas das resoluções e recomendações estabelecidas

em eventos anteriores, inclusive aquelas estabelecidas no GT de Política Sindical neste XI Congresso.

Os desafios que a conjuntura oferece ao MD, já assinalados, supõem um enfrentamento urgente.

É indubitável a necessidade de se constituir estratégias para o enfrentamento com o executivo, de modo a apontar para uma luta que envolva toda a sociedade. Trata-se de buscar a ruptura com o modelo neoliberal praticado pelo governo, tentando buscar políticas sociais que considerem os interesses da classe trabalhadora. Isto só será possível pela construção da articulação com seu conjunto, organizado no campo da CUT. Em primeiro lugar é fundamental a articulação com os trabalhadores da educação.

Nossa luta deve ter como horizonte, proposta concreta para o enfrentamento, a construção da cidadania da classe trabalhadora. Esta supõe a defesa da educação, saúde, gratuita e de qualidade para todos, a defesa da seguridade social estatal, a defesa do emprego e de salários de acordo com o índice do DIEESE, defesa de qualidade ambiental, o apoio às lutas dos trabalhadores rurais e urbanos.

A questão da comunicação é essencial como alternativa de enfrentamento num campo onde somos amplamente desprivilegiados; deve ser uma preocupação permanente o uso da mídia e a exigência de sua democratização.

A universidade deve ser um espaço privilegiado para o debate sobre C&T, cultura, política educacional. Um maior relacionamento universidade pública-sociedade criar os mecanismos de fortalecimento e aumento de sua credibilidade, contrapondo-se ao discurso neoliberal veiculado pela mídia.

Uma frente na qual o MD organizado na ANDES SN deve engajar-se, a da questão ambiental, cuja importância social, política e ideológica precisa ser melhor assimilada e privilegiada pelo movimento sindical.

Encaminhamentos

Cabe à ANDES SN:

Engajar-se decididamente em defesa da escola pública e gratuita em todos os níveis, de qualidade, tratando de articular entidades sindicais e populares num amplo movimento de defesa do acesso à educação pública e de sua qualidade. É fundamental, neste processo, buscar integrar docentes e estudantes das Instituições privadas.

Priorizar a articulação com organizações populares e sindicais, com o objetivo de ampliar a luta contra a recessão, o desemprego e em defesa da democracia. Aí também a defesa ao direito à educação pública, gratuita e de qualidade será bandeira significativa.

Participar da campanha nacional proposta pela CUT contra o arrocho, a recessão e a fome. As AD/S. Sind. devem estar presentes nos fóruns que devem organizar a campanha.

Discussão nas Ad/S. Sind. da regularização da contribuição financeira às CUTs regionais de modo a propiciar a sua efetiva participação nestas instâncias.

Somando-se a esses encaminhamentos, e em função da análise de conjuntura elaborada e de suas implicações ao MD, surge a necessidade do aprofundamento de partes centrais

dessa análise. Esse é o caso, por exemplo, da abordagem sobre os acontecimentos recentes no mundo socialista. Há uma clara necessidade de se difundir no MD as diferentes concepções que surgiram no XI Congresso, culminando com a realização de um seminário específico nas proximidades do próximo Conad.

Para tornar mais eficientes esses encaminhamentos urge implementar uma maior divulgação e melhor comunicação da ANDES SN com seus sindicalizados, utilizando-se para tanto os mecanismos que permitam alcançar tais objetivos. Para tanto seria importante a rearticulação do GT de comunicação.

É necessário também que a ANDES SN entre em contato com os partidos de oposição ao governo COLLOR, as centrais sindicais e demais entidades do campo democrático para formular propostas que reagrupem o movimento social na via de construção de uma alternativa a este governo.

É preciso ainda apontar para as ADS SSIND a importância de se efetuar nas bases a discussão sobre a relação entre as lutas de nosso movimento e as próximas eleições.

Sobre Educação

a) Manutenção da campanha na LDB, articulação com os Fóruns Estaduais e Nacional em defesa da escola pública.

b) Trabalhar de forma articulada com os movimentos do 1º e 2º graus, visando intensificar a luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade. para tanto procurar o apoio das Instituições democráticas da sociedade civil, em especial dos sindicatos dos trabalhadores e de entidades representativas das classes populares.

c) Enfatizar a necessidade da luta pela autonomia e democratização da universidade avançando na sua conceituação e análise da sua prática. Pressionar os reitores e conselhos universitários nessa atuação.

d) Explicitar melhor a problemática das licenciaturas nas IES e da finalidade do 1º e 2º graus dentro das mesmas. Levantar índices da situação alarmante de baixa procura dos cursos de licenciatura. Esclarecer e defender a importância do 1º e 2º graus dentro das IES.

e) Enfatizar junto às ADS SSIND. das IFES a necessidade de se efetivar pressões junto aos colegiados superiores no sentido de se posicionar contrariamente ao "modelo de financiamento do MEC para as IFES.

Sobre eventos e documentos:

a) Realizar em conjunto com Fasubra e UNE, um seminário nacional em defesa da universidade.

b) Realizar ato público na ECO-92.

c) Produzir documento-denúncia por ocasião dos dois anos de governo Collor.

d) No próximo Conad aprofundar a questão do público e do privado.

TEMA I

TEXTOS DE CONTRIBUIÇÃO AO TEMA I

Avançar nas propostas e Ações políticas

No âmbito mais geral, a conjuntura política nacional e internacional no início de 1992 não apresenta fatos relevantes que questionem as avaliações que o MD vem realizando nos últimos Congressos e CONADs. Tem-se na verdade, um aprofundamento do quadro recessivo e da crise política. Ao XI Congresso cabe debater as consequências do aprofundamento da crise econômica, do desenvolvimento da situação política, apreciar as dificuldades e desafios que têm se colocado para o movimento e definir suas ações para o próximo período.

Indefinição, instabilidade e crise na política internacional

A conjuntura internacional encontra-se marcada por um quadro de indefinição e instabilidade, desenhando-se uma situação de crise econômica e política.

Os países capitalistas trabalham a perspectiva do reordenamento geo-econômico e político através da formação de blocos de países de interesses comuns. No Leste europeu presencia-se a tentativa de reestruturação de um Estado que congregue unitariamente as repúblicas da ex-URSS.

Em relação aos países capitalistas a saída para a crise estaria sendo conduzida através de princípios e de ações políticas inseridas no modelo neoliberal. O que se verifica na prática é que países como a Inglaterra e os EUA, que adotaram o neoliberalismo, têm apresentado perdas nos seus ganhos de produtividade, o que, por via de consequência, tem lançado um contingente significativo de suas populações num elevado nível de desemprego e acelerado processo de pauperização. Nos EUA, dados recentes apontam a expansão do mercado informal de trabalhadores, além da existência de 8 milhões de mendigos que, sem moradia, perambulam pelas ruas.

No Leste europeu, o anseio dos nossos em conquistar liberdades e ampliar direitos foi canalizado e dirigido pelas cúpulas para a implantação de economias de livre mercado apresentadas como solução aos problemas de ordem econômica e política daquela região. Os primeiros sinais de que esse tipo de economia não corresponde aos interesses dessas populações começam a se evidenciar. Os preços das mercadorias se elevam em escala hiper-inflacionária, a escassez de produtos não se reduz e os sinais de desemprego são evidentes.

Manifesta-se ainda um desenfreado processo de privatização do Estado por grupos de privilegiados da cúpula que lideram as mudanças.

O capitalismo encontra-se cada vez mais incapaz de assegurar as necessidades mais elementares dos povos do planeta, disseminando a miséria e a fome e, sobretudo, é incompetente para promover a estabilidade política em qualquer parte.

O fato relevante, exatamente este. Em que pesem os discursos de apologia ao sistema, como o faz o presidente do país, que declara que o que deu certo no mundo moderno, o capitalismo, difundindo a idéia da perpetuidade do sistema, a realidade tem sido o aprofundamento da instabilidade econômica e política.

O projeto do atual governo brasileiro, denominado de social-liberal, inserido no sistema capitalista internacional, trata-se de um sofisma que segue a mesma orientação do modelo neoliberal.

Conjuntura nacional: recessão e degradação

Resultado da política deliberada do atual governo o quadro recessivo do país se aprofunda, com queda de produção em quase todos os setores da economia brasileira. O desemprego adquire expressão de tragédia: aumenta a capacidade ociosa das máquinas e equipamentos e a força de trabalho é atingida pelas demissões em massa. Podemos afirmar que o custo da crise vem sendo paga pelos trabalhadores e pelos pequenos e médios setores da produção nacional e multinacional consegue, à luz de seu poder de monopólio, manter suas margens de lucro.

A inflação, apesar de todos os planos econômicos do atual governo, não foi debelada, dando sinais de continuar em patamares elevados. Na medida em que é um instrumento perverso de concentração de renda, os assalariados, - por conta dos preços administrados, preços dos monopólios privados e das tarifas públicas, - são penalizados nos seus ganhos reais, deteriorando progressivamente suas condições de vida. O combate a inflação não tem passado, na prática, de um instrumento de retórica do governo cada vez mais enfraquecida e de mecanismo de concentração de renda. As políticas salariais até aqui adotadas não só têm garantido a recuperação das perdas salariais, como têm-nas aprofundado. No caso dos servidores públicos a política salarial definida têm se revestido de uma conotação extremamente autoritária e maléfica, ao impor a esses trabalhadores elevadas perdas.

O arrocho salarial no serviço público é feito em nome do controle do déficit público, mas representa uma política deliberada que prioriza o pagamento da dívida externa e a desorganização dos serviços públicos com o objetivo de privatizá-los. Esta ação é orquestrada com os governos estaduais, que como o federal arrocha e recusam negociações coletivas com seus servidores.

No decorrer de 1991, usando-se o índice do custo de vida do DIEESE, registra-se uma inflação de 535%, enquanto os reajustes concedidos à categoria até dezembro não ultrapassaram os 333%. Por outro lado, numa ação negociada com o Legislativo o governo, agora em dezembro, para a data-base dos SPF, contrariando os interesses destes e sem permitir qualquer possibilidade de negociação com seus sindicatos, reajusta seus salários em 100% parcelados em três vezes. Este reajuste já terá se evaporado completamente em março, caso os índices de inflação se mantenham no patamar de 26% , observado em novembro de 1991.

O governo que se elegeu com o discurso da honestidade e do combate à corrupção instituiu em pouco menos de dois anos de mandato a corrupção como instrumento de apropriação privada dos recursos públicos. Estamos a presenciar as fraudes da LBA, da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do INCRA etc. O capitalismo brasileiro, como diz Francisco de Oliveira, transforma-se em bordel da corrupção. Enquanto isto ocorre, os direitos dos cidadãos e os interesses da nação são desconsiderados, o caso da alegada falta de recursos para o pagamento dos aposentados e do financiamento de políticas públicas de educação, saúde, moradia e saneamento básico.

Este aspecto é extremamente penoso para a sociedade pois a impunidade se estabelece como regra e parece não existir qualquer instituição ou força política capaz de frear esse processo de degradação moral e de dilapidação dos recursos públicos. No caso da seguridade social a fraude permanece com o desvio dos recursos do FINSOCIAL e com, o governo tentando a todo custo, demonstrar à sociedade da inviabilidade da previdência social pública para privatizá-la, inclusive fazendo referência positiva à eficiência de determinados grupos que já atuam no mercado da previdência privada.

Dando seqüência ao desrespeito à Constituição e às determinações da justiça no que se refere às causas trabalhistas, no caso dos aposentados, mais uma vez, o Executivo afronta tanto o Judiciário como os aposentados e toda a sociedade civil, na medida em que nega o direito ao reajuste de 147,06% aos aposentados, bem como, numa espécie de manobra, busca transferir para o restante dos trabalhadores e aos próprios aposentados a responsabilidade da geração dos recursos financeiros para cobrir este reajuste. O absurdo nisso tudo é que o governo estima que Cr\$ 11 trilhões serão necessários para o pagamento das aposentadorias quando, na verdade, apenas cerca de Cr\$ 6 bilhões serão exigidos da previdência. Oportunisticamente busca, além de transferir o "nus financeiro do pagamento aos aposentados, sacar mais recursos dos assalariados já extremamente sacrificados pela pesada carga tributária brasileira.

Vale a pena destacar que a perversidade que, imposta à sociedade brasileira encontra-se inserido no âmbito da subordinação do Estado brasileiro aos interesses dos Bancos internacionais, na medida em que o governo tem se disposto a cumprir na íntegra o programa do FMI e a sujeitar-se ao seu monitoramento. Significa dizer que as políticas governamentais adotadas para o país encontram-se inteiramente subordinados ao pagamento da dívida externa. A previsão do governo é de pagar este ano US\$ 8 bilhões, valor correspondente a 2,5% do PIB, aproximadamente ao que se investe em educação no país. Mas, nem todos são penalizados pelo pagamento da dívida externa. Alguns são até beneficiados pelo Estado, caso dos usineiros anistiados de suas dívidas.

A Educação no país e na América Latina

A crise pela qual passa a educação na América Latina e, em particular no Brasil, reflete o modelo político e econômico que as elites dirigentes vem implantando em suas práticas sociais com o objetivo de se manterem, destacadamente, no processo de expansão e consolidação da exploração capitalista.

É importante ressaltar que em sociedades de economia dependente e periférica, todo e qualquer modelo de projeto educacional, já está, "a priori", determinado a cumprir a função desideologizante da luta política, cultural e social em defesa da soberania e da plena liberdade por qualquer que seja a nação. O ensino a ser ministrado deve cumprir o

papel secundário de mero reprodutor de conhecimentos técnicos em termos da instrumentalização para o meio produtivo ou, dependendo das próprias condições do nível tecnológico existente, como centro de desenvolvimento associado e dependentes da matriz científica dos países centrais.

Uma das questões cruciais para o avanço da educação pública nestes países, sem dúvida, a dívida externa, a atuação dos oligopólios e a elevada concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de pessoas, pois disto resulta, necessariamente, o aprisionamento da riqueza a alguns, a privatização do saber a poucos e o autoritarismo na direção do Estado e no interior das relações sociais, entre outros.

Como a não universalização da educação a todos e, sobretudo com a manutenção de péssimas condições na rede existente que recebe escassos investimentos, o avanço das condições culturais, tecnológicas e intelectuais estão prejudicados e, conseqüentemente, o país permanecer domesticado e a educação refém dos ditames do FMI e objeto de políticas populistas e convenientes aos períodos transitórios de cada governo no poder. É o que se observa com a LDB e os CIACs do atual governo.

O processo de privatização em desenvolvimento dado pela política neoliberal do governo federal demonstra cumprir dois objetivos centrais: desobrigar o Estado de suas funções (obrigações) sociais e, oferecer à iniciativa privada - em nome da livre concorrência - a educação -, um bem social de importância vital para o cidadão e para a soberania do país. É importante atentar para o fato de que, ao imperialismo não interessa o desenvolvimento da educação nos países dependentes, mas sim o adestramento de sua força de trabalho. Com isto coloca-se para os países subjugados o risco de sua própria soberania, o que, obviamente, aprofundar o fosso em relação aos países centrais.

Um quadro dessa natureza, apesar de sombrio, jamais poderá servir de objetivo ao desânimo para o atendimento dos interesses da classe trabalhadora, ou ainda, como elemento imobilizador das perspectivas históricas do MD na realização plena de seus princípios, mas sim, como preocupação em construir soluções práticas na ofensiva correta para superar a crise, e, em ações compartilhadas com outros setores progressistas da sociedade civil para reverter o quadro caótico - ampliado por Collor e seus co-responsáveis internacionais, numa nova direção social.

No que diz respeito ao ensino superior, importante registrar a crise que assola a rede privada que nas últimas décadas teve grande expansão no país. Como empresas privadas, as universidades e escolas particulares sofrem os efeitos da recessão, sobretudo a contração da demanda causada pela pauperização da população, e o governo não repassa os recursos do crédito educativo que teve a procura extremamente ampliada no último ano.

Com as Instituições privadas respondem a isto: reduzindo custos e elevando preços, diminuindo a mão-de-obra, arrochando salários, rebaixando a qualidade dos serviços prestados e aumentando mensalidades.

A busca da escola pública amplia-se no país nos três graus de ensino constituindo importante pressão social pelo acesso à educação e a melhoria da rede pública.

Para o movimento docente coloca-se como tarefa aprofundar a luta em defesa da escola pública observando esta disposição social crescente combinando a exigência de ampliação de vagas às exigências de qualidade e controle social.

A respeito de um debate

Desde o IX Congresso (Londrina, fevereiro/90) o MD vêm analisando a evolução do quadro econômico e político do país através de diagnósticos precisos e prognósticos que se confirmaram quanto às iniciativas governamentais. O debate, então, sobre o enfrentamento a este governo vem desde aquela época, anterior à sua posse.

O IX Congresso define como primeiro encaminhamento no texto de conjuntura que "a médio prazo, o marco de referência política para o MD será sem dúvida a eleição de outubro próximo para os Executivos estaduais e os Legislativos federal e estadual, pleito para o qual convergirão as atenções do governo eleito, na tentativa de assegurar um parlamento majoritário que lhe dê respaldo, parte da estratégia de evitar ou impedir os riscos de uma derrota eleitoral na próxima campanha presidencial". Afirma ainda que , indispensável, entre as ações possíveis, prever o engajamento maciço e redobrado dos docentes na campanha eleitoral deste ano.

Passado um ano, não se confirmando a previsão do Congresso de Londrina e não havendo modificações significativas nos governos estaduais e no Congresso Nacional, o X Congresso (Curitiba, fevereiro/91) observou que "no decorrer do primeiro ano do governo Collor não chegou a se constituir uma alternativa que, contrapondo-se ao projeto governamental, pudesse aglutinar amplos setores de massa numa perspectiva oposicionista capaz de estimular mobilizações unitárias"; propondo, então, que "hoje, coloca-se como tarefa central dos setores organizados que se opõem aos planos de Collor construir uma alternativa democrática. Ela deve ser capaz de aglutinar amplos setores de massa na luta pelos direitos democráticos, assumindo a bandeira de que é ilegítimo um governo que trai seus compromissos de campanha e desrespeita os direitos mais elementares da cidadania".

O X Congresso apontou a greve geral proposta pela CUT como ação importante no caminho da construção de "um amplo movimento democrático de defesa dos interesses da maioria do povo brasileiro".

O movimento docente engajou-se na Greve Geral em 91, que não conseguiu a mobilização geral dos trabalhadores, concentrando-se, sobretudo no serviço público.

O XXIII CONAD (Maceió, novembro/91) promoveu intensa discussão sobre o problema da construção de uma alternativa para a superação da crise que o atual governo impôs ao país. Saídas como o parlamentarismo ou o "*impeachment*" presidencial foram lançados ao debate entendendo que a "legitimidade da representação da ANDES SN e a maturidade adquirida na luta sindical, nos credencia a defender uma proposta de enfrentamento da profunda crise política e econômica na qual o país está imerso", para que se possa, "em conjunto com outros setores da sociedade civil, definir os caminhos em que se deve engajar".

Para o XXIII CONAD "as saídas passam necessariamente pelo coletivo" expressando a consciência do MD de que as soluções para cada um dos problemas que vivemos requerem tal enfrentamento ao atual governo na busca de sua superação e que o MD não deve se paralisar e sim contribuir na reorganização da sociedade civil.

Assim como o X Congresso constatou, o XI também verifica que em dois anos de governo ainda não se constituiu qualquer alternativa democrática de enfrentamento da crise, hoje

muito mais agravada. A continuidade desta discussão deve levar em consideração alguns problemas que o desenvolvimento da situação objetiva tem gerado, criando dificuldades para a ação política da classe trabalhadora.

Crise no movimento sindical

Em que pese a defesa de um movimento sindical autenticamente representativo da luta de resistência da classe trabalhadora, seja ela internacional ou não, o que se percebe hoje na direção política ou na ação prática do movimento sindical, é uma certa apreensão sobre o que fazer ou um imobilismo de orientação política na organização, nos encaminhamentos das resoluções e no enfrentamento concreto das questões de fundo da realidade.

Tal crise evidenciada, se por um lado pode ser analisada como crise de paradigmas (teorias) na condução do movimento sindical como um todo, no mundo do trabalho e na educação dos trabalhadores, o que se verifica é que o mundo do capital, ainda que numa correlação privilegiada na conjuntura internacional, mantém-se inalterada em seus princípios estruturais e em suas determinações sociais. Sua lógica continuar perversa, pois define-se pelo desequilíbrio e pela exploração enquanto força motriz de seu desenvolvimento.

A direção prática na condução dos interesses sindicais, problemática e requer imediata solução. Além do enfrentamento à mídia capitalista, ao sindicalismo pelego e conservador atrelados ao aparelho do Estado, é preciso construir a unidade da luta sindical com vigor e urgência.

A ANDES SN, compreendendo a importância desse momento histórico, coloca-se enquanto entidade sindical e enquanto movimento na ação prática para a transformação de tais condições e na revitalização de seus princípios.

Perspectivas e encaminhamentos

O ano de 92, diante do nível de insatisfação popular, do grau de revolta que atinge milhões de brasileiros apresenta uma tendência às ações políticas e às mobilizações. Para o movimento docente a retomada de lutas e mobilização está no horizonte imediato de suas bases.

Trata-se de um quadro em que as ações de massa podem pavimentar o caminho para o desenvolvimento de alternativa à crise imposta pelo governo Collor em que o movimento docente se fará presente e atuante:

a) em defesa da escola pública e gratuita de qualidade, tratando de articular entidades sindicais e populares num amplo movimento de defesa do acesso à educação pública e da sua qualidade. É fundamental, neste processo, buscar e integrar docentes e estudantes das Instituições privadas.

b) em defesa da democracia, dando prioridade à articulação com ações populares, sindicais com o objetivo de ampliar a luta contra a recessão, o desemprego e em defesa da democracia. Aí também a defesa ao direito à educação pública, gratuita e de qualidade será bandeira significativa.

Capitalismo da década de 90

O Grupo dos Sete (G-7) - final de século: mudanças no jogo

Setenta por cento do PIB mundial está presentemente, concentrado no G-7. Esta porcentagem continua aumentando e a projeção para o ano 2000 é algo em torno de 75%. Os mais ricos continuam aumentando sua riqueza. Porém, particularmente no caso dos EUA, embora a classe mais rica continue expandindo seu capital, vem se constatando um "encolhimento" na classe média. Costuma-se atribuir tais encolhimentos a fatores econômicos cíclicos do capitalismo. Logo adiante vai ocorrer um "desencolhimento" e assim por diante neste mecanismo de sístole e diástole.

Parece-nos, no entanto, que fatores novos estão agora entrando em jogo. Tais fatores modificarão as expectativas usuais de reversão de "desencolhimento" acima previsto. São eles:

a) um forte aumento da competição interna, isto é dentro do G-7, pela venda de seus produtos entre esses mesmos e a este mercado periférico dos 30% do PIB mundial. Antes cada um deles tinha seu próprio "quintal".

b) Revolução tecnológica, este é um fator realmente inédito em termos de suas consequências econômicas. Com o enorme avanço em áreas como a ciência de novos materiais, e compra de matérias primas das áreas periféricas do capitalismo, mesmo a preços vis, já começa a desinteressar ao G-7.

O ciclo simples de exploração está se desmontando. Os EUA terão que inventar outro modo de manter "aquecida" a economia da sua classe média. Talvez dentro do comércio interno dos grandes blocos" do G-7 que envolvem também os "tigres asiáticos" e restante "rico" da Europa. E nós, periferia? Sem acesso a esta revolução tecnológica. O canto da sereia é a "integração" na ordem mundial.

Está deixando de ser atraente para o grande capital, mesmo valendo-se da miséria dos países mais pobres, realizar grandes investimentos neste mundo periférico. Ao contrário, estes investimentos passam a se dar prioritariamente dentro do próprio G-7. Isto retroalimenta, internamente, a concentração de riqueza. Como consequência a mão de obra (periférica) está agora correndo atrás do capital (emigração para as áreas centrais do capitalismo) e não o contrário, como acontecia até agora. A tendência, obviamente, é destas áreas centrais selecionarem cada vez mais pessoal qualificado do mundo periférico que bate a sua porta (neste ponto veja-se a edição de março/abril de Harvard Business Review). Este efeito precisa ser devidamente avaliado pelo MD pois terá importantes reflexos na nossa comunidade universitária.

O que está acontecendo com o consumo de matérias-primas nas áreas centrais do capitalismo? Esta é outra tendência das áreas centrais, cujas consequências para as áreas periféricas precisam ser melhor avaliadas: o consumo de matéria prima pelas áreas centrais do capitalismo está se tornando estacionário, apesar do seu baixo preço. Aliás, não só matéria prima, mas também o consumo de água, energia etc. se tornam estacionários. Isto é mais ou menos o que se denomina de "desenvolvimento auto-sustentável".

Novas tendências na relação governo/empresa

Está havendo uma intensificação da interpenetração entre Estado/empresa, seja pelo agravamento da assunção da ética empresarial pelos Estados, seja pela assunção, pelas grandes empresas ou conglomerados multinacionais, de funções anteriormente de competência estritamente estatal, principalmente no âmbito das relações entre Estados.

Este novo interfaciamento Estado/empresa, nas áreas centrais do capitalismo, vai "facilitar" muito, doravante, ações de "internacionalizações a bem da humanidade ou da ecologia". O caso da Amazônia nos vem logo à mente. Cremos que a escancarada pressão externa sobre o Brasil, mais especificamente sobre o Congresso Nacional para a aprovação do pacote de "reformas neoliberais" já deve ser encarada dentro desta nova ótica ou ética...

E o Leste Europeu?

Qual será a postura do G-7 face a ex-URSS? Que tipo de auxílio financeiro ser concedido, principalmente a Rússia de Yeltsin? Um novo Plano Marshall? Cremos que esta última alternativa está descartada. A Europa ocidental "pagou" o Plano Marshall com a OTAN, isto é, com a "guerra fria", programada para inviabilizar economicamente a URSS e impedir a disseminação do comunismo do lado ocidental (principalmente Itália e França). Pode-se hoje dizer que os americanos acabaram alcançando seu objetivo... O passo seguinte - de ordem geopolítica - também está atendendo a estratégia americana: o desmembramento, a fragmentação da URSS. O terceiro passo seria a desnuclearização total das novas repúblicas. A partir de princípio elementar de geopolítica, não é de se esperar que isto ocorra nem rápida nem incruentamente.

Precisamos avaliar que implicações a curto prazo ter a "inexistência do grande inimigo" para os EUA.

Será, por um lado, "benéfica" para eles: reforça o interfaciamento planetário Estado/empresa, a grande "empresa mundial", de Nova York até Vladivostok e Tóquio. Como ironicamente colocou Umberto Eco, até para se declarar guerra a outro país ser preciso pedir "permissão"...

Por outro lado, é "maléfica": impede um possível mecanismo de geração de solidariedade interna (o grande inimigo externo) e, daí impede que se mantenham simultaneamente aquecidos, o lobby militar e a população, para enfrentar a crise econômica.

A América Latina: o (mau) exemplo argentino

Os próprios EUA, com toda sua "farmacopéia" neoliberal, enfrentam hoje uma de suas maiores crises recessivas, com o empobrecimento e proletarização da classe média e a perda de competitividade para outros países capitalistas. Não se pode prever as consequências a mais longo prazo deste processo, especialmente no movimento sindical e social nos EUA. O que estão a nos prescrever, portanto, é a própria recessão que os está minando.

O "receituário" neoliberal

O receituário neoliberal de "salvação econômica", prescrito a todos os governos latino-americanos, foi muito bem sintetizado por um porta-voz brasileiro dos próprios "médicos",

o dep. fed. Roberto Campos (PDS-RJ). Não se trata propriamente de um novo receituário. A novidade fica por conta do "ar novo" que ele parece inspirar em boa parte das cabeças pensantes (?) latino-americanas. Vamos então ao "elixir da felicidade" do FMI (Roberto Campos, O Globo, 15/12/91):

a) Abertura ao comércio internacional. a América Latina já teria alcançado, na média, um excelente patamar de rejeição ao protecionismo com: a) tarifa máxima - da ordem de 20% e b) tarifa mínima - da ordem de 10%, sobre produtos importados.

b) Abertura a investimentos estrangeiros. ausência de restrições a investimentos estrangeiros, liberdade empresarial de transferência de tecnologia.

c) Desregulamentação. "Bons" exemplos já alcançados por alguns países latino-americanos: a) desregulamentação portuária, este é o caso do Chile, México, Argentina e Peru. b) a livre negociação salarial e redução de encargos trabalhistas. c) a eliminação da unidade sindical, permitindo-se por exemplo, sindicatos por empresa (Argentina). d) a unificação de taxas (dólar comercial/ turismo/ paralelo) e liberação dos mercados de câmbio.

d) Privatização de empresas estatais. "Bons" exemplos: México, já privatizou cerca de 80% de suas empresas; Venezuela, o presidente Perez promete privatizar um estatal por mês até o término de seu mandato.

e) Controle da inflação. Boa parte dos países latino-americanos já teriam conseguido controlar seu déficit fiscal, segundo Campos. A Argentina ainda não teria conseguido cumprir suas metas de ajuste fiscal, "mas está conseguindo através da desregulamentação reduzir custos e, através de privatização acelerada, reforçar as receitas públicas".

f) Reinserção internacional. Regrinhas para quem quiser voltar ao "aprisco" dos credores: 1) abertura para capitais estrangeiros. 2) abertura para importações com baixo nível tarifário. 3) acordo com o FMI e bancos credores.

O caso Menem

Vamos nos debruçar mais atentamente sobre o caso argentino. Ao lado de vários outros governos latino-americanos (Salinas, Perez, Fujimori, etc), Menem está fazendo muito corretamente o "dever de casa" do FMI.

Vários fatores podem estar favorecendo a relativa facilidade de implantação do modelo do FMI na Argentina, inclusive as características do movimento sindical, esfacelado no período ditatorial, e o desmonte acelerado da coisa pública.

Nas universidades, um professor iniciante, com 12 horas de aulas semanais, começaria com U\$ 40,00 mensais. Para se ter um termo de comparação, um ajudante de pedreiro pode chegar a algo como U\$30,00 por dia, devido a escassez de mão de obra na construção civil. Professores em final de carreira podem chegar a cerca de U\$ 600,00 mensais, sendo que quase metade deste total vem do tempo de serviço. Mesmo este valor ainda é insuficiente para se manter uma família dentro de padrões de classe média.

A situação está tão ruim que médicos de setores universitários, em Buenos Aires, os quais deveriam atender gratuitamente os associados, estão cobrando uma taxa de U\$ 8,00 a U\$ 10,00 aos pacientes.

Porém Menem parece longe de satisfazer-se. Segundo a revista Visão, de 18.12.91, uma série de novas proezas está em andamento:

a) acordo com o EUA. Permite que multinacionais recorram a tribunais fora do país, configurando-se clara perda de soberania jurídica.

b) Megadecreto. Um megadecreto, com 122 artigos, desregulou quase tudo na Argentina, inclusive regras em vigor desde 1930: 1) remédios que não exijam prescrição médica poderão ser vendidos em supermercados. 2) sal rios negociados empresa por empresa, e não mais via sindicatos unificados nacionalmente. Trata-se da quebra do movimento sindical. 3) Comissão tratar de desregular: transportes públicos, aeroportos, rádio, televisão, mineração, transporte ferroviário de carga etc etc.

c) a febre da privatização. Treze empresas estão relacionadas para privatização 1992: de ferrovias, eletricidade, navegação, sistemas sanitários, transportes subterrâneos, correios e energia.

d) reforma do código de trabalho. Introdução do recrutamento provisório de operários até 1 ano e meio. Estabelece fundos privados de pensão para quem tiver menos de 43 anos, com contribuição obrigatória.

Ao fazer corretamente o dever de casa do FMI, Menem fez a inflação argentina desabar (1,3% em agosto e menos de 1% em novembro de 91): com o "plano Cavallo". Resultado? Foi o grande vencedor das eleições legislativas e para governador, em setembro. O povo argentino, o mais otimista do mundo em relação a 1992 (Jornal do Brasil, 04/01/92).

Até onde e quando irá este sucesso em cooptar a classe média e o povo argentino em geral? Difícil prever. Boa parte da "liquidez" atual de caixa do governo deve-se as privatizações, o que tem permitido Menem evitar trabalhar no vermelho. Porém, parece que o próprio FMI avalia que essa receita poderia ter "melhor uso".

Outrossim, com contração das rendas pessoais e vendas, cai a arrecadação de impostos. A viagem do presidente argentino aos EUA, com o objetivo de obter a liberação de 3 bilhões de dólares, não foi bem sucedida, pelo menos até agora.

Adicionalmente aos próprios problemas domésticos argentinos, a economia americana ainda não saiu de seu ciclo recessivo (na nossa avaliação mais do que um mero ciclo recessivo). Em países da América Latina, inclusive a Argentina, já apareceram os efeitos indesejáveis da recessão e da desordem mundial, apesar da abertura comercial, do ajuste recessivo e do acordo com os credores externos (ver Folha de S. Paulo, 12/12/91), isto é, apesar de Menem etéallia terem feito corretamente o dever de casa do FMI. O articulista da Folha arrematou então: "A conclusão, desanimadora: a recessão mundial anula a tentativa de ajuste da periferia (...) Simplesmente inexiste a "ordem" mundial na qual procura se integrar o Brasil."

Brasil: avaliação do Governo Collor - projeções

Antecedentes, a ditadura da razão econômica (importada).

A direita nacional nos brindou com dois diferentes e sucessivos modelos de "modernização" nos últimos trinta anos:

a) o modelo da revolução de 64.

b) o modelo do governo Collor, a partir de 90.

Tais modelos apresentam pontos de convergência e divergência. As comparações devem, porém, ser cautelosas pois os modelos estão situados em contextos históricos diferentes.

Uma das semelhanças que mais aproxima os dois modelos, o apego "científico" e exclusivista à razão econômica e técnica e o conseqüente enfoque da atividade político-partidária como um obstáculo "irracional" às atividades daquela razão. O conhecido economista liberal Milton Friedman dá seu recado claramente:

"Não há qualquer dificuldade técnica acerca de como acabar com a inflação. Os verdadeiros obstáculos são políticos e não técnicos".

Para Otávio Soares Dulci (tese de Doutorado em Glasgow, citado pela Folha de São Paulo, 10/12/78) o movimento de 64, principalmente a partir do AI-5:

"despolitizou a política. O programa de modernização tinha agora campo aberto (...) Era uma escolha política entre outras, mas apresentava-se como a única via, excluindo-se as demais. Tinha o aval dos técnicos que lhe conferia a autoridade da ciência e o revestimento de racionalidade. A proliferação dos tecnocratas era justificada por sua alegada neutralidade em relação aos interesses sociais (...) Num país como o Brasil, onde a ciência é atividade residual, essa técnica era geralmente aplicação de conhecimentos científicos importados (...)

A prática do governo (de 64), entendida como "engenharia política" deveria pautar-se pela racionalidade. A política (...) passava a ser tratada como atividade técnica. Em consequência, as questões políticas (isto é, públicas) eram subtraídas ao público para evitar interferências tidas como irracionais, ideológicas, particularistas examinadas separadamente em bases técnicas."

Este apelo exclusivista de nossas elites dominantes à "razão pura econômica" na solução de problemas sociais e, para piorar, usando uma razão importada, é o que J. L. Fiori (Jornal do Brasil, 08/12/91) denominou de "preguiça da razão prática".

O antecedente anti-liberal: 64.

O modelo de 64 acentuou o papel anti-liberal de intervenção do Estado no planejamento econômico, através de conceitos como "macro-marketing" (planejamento incompleto), "segurança empresarial", "eficiência oligopólica". Tais conceitos, conclui O. Dulcié "são as bases da legitimidade social do sistema, os valores pelos quais ele busca adesão das pessoas em sua fase contemporânea (ele fala em 78), já não mais liberal, mas monopolística."

Até 1968 a revolução de 64 enfrentou muita resistência política para a aceitação deste seu projeto de modernidade. A ditadura total ocorre então a partir de 69. Os membros do grupo que a partir daí assumem o poder sabem muito bem que o terror policial era apenas uma das faces que precisavam impor a sociedade (mormente a classe média) para abafar descontentamentos e reivindicações sociais ainda latentes. A outra face deveria ser a exibição de um claro "êxito econômico" do modelo, a curto prazo. E isto começou a acontecer já a partir de cerca de um ano depois, no início da década de 70: era o "milagre

econômico" do governo Médici. Controle total da inflação, crescimento econômico, euforia das Bolsas etc. Boa parte da classe média foi assim cooptada e a parte restante foi "assustada". Aceitou-se acriticamente a "necessidade" de endurecimento do regime e do severo controle estatal da economia, como hoje começa-se a aceitar, também acrética e inversamente, as idéias neoliberalizantes do atual governo.

Em suma, a junta militar de 69 sabia que enfrentava um problema de "timing" (tal como hoje está acontecendo com Collor). É preciso administrar o tempo que medeia o início do receituário amargo até o "restabelecimento do paciente". No caso do "golpe dentro do golpe", isto é, a partir do AI-5, este intervalo de tempo foi de cerca de um ano, quando a economia foi reaquecida, ainda que a um custo social enorme. Durante o período de "ajuste" a sociedade andou ainda esperneando, como está esperneando agora. Mas se tudo "de certo", ela (principalmente a classe média) se esquece e coopta novamente o sistema, racionalizando o "sacrifício" da "entressafra" como sendo uma "mal necessário".

O dever de casa do FMI e o (mau) aluno Collor

Estamos em novos tempos... O governo Collor adotou conceitos "liberais" da moda, em oposição aos do modelo anti-liberal empresarial-militar de 64. Agora os conceitos "corretos" são: mercado, livre iniciativa/privatização, competição e desregulamentação.

O governo Collor (tal como os autores do golpe dentro do golpe acima) sabe que precisa cooptar a sociedade para seu projeto modernizante, sintonizado com nossos credores e maravilhosamente resumido por Campos citado acima. Para esta cooptação é preciso, via "razão pura econômica": a) vencer os "obstáculos políticos" (lembre-se da política partidária como mero "obstáculo irracional" etc, tal como visto acima, pelos defensores desta ótica "racional"). b) fazer "seu" projeto econômico "dar certo".

O que vem "impedindo" este "dar certo"? E daí vem impedindo a cooptação da sociedade?

Vamos procurar traçar três dos cenários possíveis para o governo Collor dentro do raio de poucos meses a frente.

Cenário (a) o caminho para "dar certo"

Embora "reprovado" no dever de casa por dois anos consecutivos, o governo Collor ainda, teoricamente, dispõe de mais três oportunidades para "provas de recuperação". Podemos hoje afirmar com razoável segurança que é o próprio estilo desastrado de Collor que tem sido o principal fator destas "reprovações". Somos, infelizmente, obrigados a avaliar o Congresso - nosso aliado tático no momento - como o jornalista Castello Branco (Jornal do Brasil, 21/12/91):

"Como se sabe, não há incompatibilidades de fundo entre a filosofia deste governo e a da maioria do Congresso, independentemente de filiação partidária. O grosso dos parlamentares dos grandes e médios partidos está pela modernidade, como tal entendidas a privatização e a abertura aos investimentos estrangeiros".

Em outras palavras, basta conduzir-se normalmente em relação ao Congresso e teremos as medidas liberalizantes aprovadas, mais cedo ou mais tarde. O que é o normalmente?

Inicialmente, a política do "dando é que se recebe". Num segundo tempo, a medida que se alcançar a "estabilidade financeira", Collor, com a devida cooptação da sociedade, poderá construir uma sólida base parlamentar, como acontece com o mais "afortunado" colega Menem. Neste caso, prossegue Castello Branco: "A maioria nacionalista e socialista do Congresso, que pode ainda mobilizar na luta pela reivindicações sociais, já não terá forças para se opor a uma política liberalizante, como a preconizada pelo atual governo."

Infelizmente existem sintomas favoráveis ao governo nas duas direções, a política e a econômica:

a) finalmente - via Passarinho/Marcílio - o Congresso começa ser tratado "normalmente". O primeiro passo: a escandalosa "rolagem das dívidas" de estados e municípios em troca da aprovação de alguns ajustes fiscais (Os seus efeitos sobre a sociedade, e particular sobre o pessoal das IES ainda estão por ser avaliados).

b) a nível econômico, embora o próprio movimento docente devesse constantemente realizar tal avaliação, há sinais de que a política recessiva do governo poderá atingir seus objetivos. O jornalista Aloysio Biondi anotou alguns destes sintomas em artigo para Visão de 18/12/91. Em termos bem claros: talvez a inflação seja controlada como prevê o governo para o FMI. Esta última afirmação merece ser melhor avaliada. Não será apenas pelos "méritos" da atual equipe econômica que, possivelmente, ter-se-á o controle da inflação. Também contar o "cansaço político".

"A crise econômica vai enfraquecendo e vai minando a capacidade de resistência da sociedade. As coisas vão tão mal, que planos e propostas antes inaceitáveis passam a ser recebidas sem escândalo (...). A recessão desorganiza tanto a sociedade, que qualquer ilusão de método, qualquer "plano", qualquer "reforma estrutural", qualquer violência se admitem, ao menos como tema a ser discutido e negociado. Não será a ameaça de hiperinflação, mas o esvaziamento, a desistência, a fraqueza do organismo social - resultados visíveis da recessão - o que pode ano que vem (1992) tornar um pouco mais viáveis as propostas de entendimento (...). Para sorte de Marcílio, que parece crescer na abulia geral." (M. Coelho, Folha de S. Paulo, 30/12/91).

Cenário (b) golpe militar

Do ponto de vista internacional não há estímulo a esta possibilidade. Muito pelo contrário. Os norte-americanos reavaliaram sua política para a periferia nesta área. O "bom" agora são regimes "democráticos". Por que esta guinada americana?

A resposta é simples e "empírica". Casos como a ditadura Saddam "demonstram" que tais regimes, controlados por poucos, foram "bons" para os interesses norte-americanos no passado, mas hoje não são mais. O problema situa-se a nível de armamentos nucleares. Uma vez que regimes como Saddam disponham de arsenais nucleares tornam-se incontroláveis e imprevisíveis face a "argumentos persuasivos" que os americanos costumavam, com sucesso, usar no passado. Taticamente pode-se hoje avaliar que se Saddam tivesse agido um pouco mais inteligentemente no conflito do Golfo - por exemplo, adiando-o por uns poucos anos a mais, de modo a alcançar a autonomia nuclear - a história teria sido outra. Assim sendo, tal como no passado e capitalismo evoluiu da escravidão para o trabalho assalariado, assim também os norte-americanos estão concluindo que , mais eficaz o controle sobre "democracias", isto é sobre "muitos". De

fato, com as técnicas na área de comunicação hoje disponíveis, pode-se eleger presidentes e legisladores, forjar partidos democráticos únicos, etc. Em suma, democracias são mais previsíveis e controláveis.

Cenário (c) a impossibilidade de "dar certo"

A análise da implantação do modelo "neoliberal" preconizado pelo FMI no Brasil, assim como a comparação entre a forma como o processo está se dando aqui e em outros países da América Latina, só permitirá conclusões válidas se englobar não apenas os aspectos conjunturais (econômicos e políticos) mas também os fatores estruturais, historicamente determinados.

Há diferenças fundamentais entre a estrutura sócio-econômica brasileira e a da Argentina ou a do México, por exemplo, diferenças que já determinaram, em outros momentos, diferenças de ritmo e de alcance na implantação de outros modelos (ênfase na produção de bens de produção, por exemplo, na Vargas, substituição de importações de 50 etc).

É indispensável aprofundarmos hoje essa análise, pois uma boa compreensão destes fatores estruturais nos dará a possibilidade de traçar as consequências que as atuais medidas governamentais poderão ter a curto e médio prazos.

Talvez haja obstáculos insuperáveis até para a obtenção, pelo governo brasileiro, dos "resultados" que começam a ser alardeados na Argentina e no México. Nossa estrutura agrária, o nível de concentração da terra e de renda, a gênese e o desenvolvimento do nosso complexo urbano, industrial, taxa de exclusão e marginalização da população etc, todos esses fatores devem ser avaliados e considerados, até mesmo para apontarmos as perspectivas de nossa luta nos próximos meses não apenas deduzindo-as da conjuntura política imediata.

Em suma, é possível que o cenário (a) do "dar certo" no máximo se dê num contexto muito superficial, que logo seria varrido ao sabor das contradições geradas pelos obstáculos estruturais acima apontados, além da própria atuação do movimento sindical e popular que através de seu fortalecimento tem condições de enfrentar as políticas recessivas e privatizantes do governo Collor.

Movimento docente em 92: ampliar a luta

GT de Análise de Conjuntura

Uma das maiores tarefas para o movimento docente nos próximos meses é exatamente o aprofundamento da análise de conjuntura, que aponte os caminhos, as bandeiras e as formas de luta mais adequadas.

Nesse sentido, uma primeira proposta ao XI Congresso, a formação de um GT de Análise de Conjuntura, que esteja permanentemente acompanhando e instrumentalizando o MD nas questões de:

a) Avaliação de conjuntura. a nível nacional: avaliação das políticas governamentais (federais e estaduais), do Legislativo e do Judiciário, análise da correlação de forças, do

comportamento das diversas forças políticas e sociais: Igreja, partidos, Forças Armadas, sindicatos e demais entidades da sociedade civil, meios de comunicação etc. A nível internacional: avaliação das tendências do capitalismo e suas implicações no contexto brasileiro e latino-americano, comparação dos processos nos diversos países, a questão do socialismo, a questão ambiental etc.

b) Propostas de ação ao movimento docente. Propostas baseadas nessas avaliações, apresentando concretamente articulações pertinentes com outros setores e forças sociais, critérios para trabalho junto ao Legislativo e ao Judiciário etc.

c) Relação entre os GTs da ANDES SN. Alimentação e retroalimentação constante, com a integração dos trabalhos diversos GTs.

Bandeiras abrangentes

Considerando as profundas mudanças que estão se realizando na conjuntura nacional e internacional, já é possível prever que as grandes bandeiras para a luta nos próximos meses devem se originar de um movimento mais abrangente e não devem se ater apenas às questões específicas do movimento docente.

Por um lado, a luta em defesa da Universidade pública e gratuita deverá se intensificar, diante das novas ameaças que o governo deverá fazer nos próximos meses. Por outro lado, coloca-se, desde já, como palavra de ordem para o ano de 92, a necessidade de ampliar a luta.

No XI Congresso, apontamos a necessidade de organizar e resistir, no X colocamos a possibilidade de avançar na luta. De fato, com a vitória do Collor, organizamo-nos para a resistência e, em 91, fomos capazes de desencadear, no setor das federais, nossa mais longa greve, cujo significado político se refletiu no grau de adesão e de espaço conquistado, no Congresso e na própria opinião pública.

Temos ainda alguns desafios, a nível organizacional, principalmente a dificuldade de consolidação do sindicato no setor do IES particulares. Este deve ser o primeiro significado da idéia ampliar a luta, o processo de privatização já atinge as próprias Instituições públicas e não temos ainda um diagnóstico preciso da situação e da adequação de nossa forma de organização e de atuação nos diversos setores.

Além disso, ampliar a luta significa, mais que tudo, a busca da canalização, pelo movimento social do qual somos parte, da indignação e da insatisfação hoje ainda difusas na sociedade, mas que devem se agravar nos próximos meses com o aprofundamento da política recessiva, anti-democrática e socialmente injusta deste governo.

EPPUR SI MUOVE

I - Marco internacional: o triunfo do Capital?

As dificuldades que apresenta a conjuntura ao conjunto da classe trabalhadora brasileira e ao movimento docente supõem uma reflexão acurada sobre o quadro internacional.

Como em poucos momentos a necessidade de avaliação histórica se apresenta para os trabalhadores de forma tão dramática e urgente. Como ferramenta da ação política, uma compromissada análise de estruturas e conjuntura precisa ser feita com a máxima competência. Os desafios que o projeto burguês apresenta para os (pelo menos) 5/6 da humanidade condenados a uma perspectiva de barbárie no Século XXI (1) são imensos; tomar consciência deles é um primeiro passo para que se vislumbrem horizontes distintos daqueles que quer o Capital.

Uma nova Belle Époque

O capitalismo monopolista, inaugurado no final do Século XIX, sobreviveu a duas guerras mundiais, expressão das crises endógenas que gera permanentemente; ao confronto com o hoje esfacelado "mundo do socialismo real" e às lutas de libertação anti-imperialistas.

A chamada revolução técnico-científica esteve e está na base disso que constatamos. A automação, a robótica, a computadorização, a cibernética responderam às necessidades de reprodução ampliada do capital. Só foram possíveis graças à monopolização; ampliaram enormemente a divisão técnica do trabalho e realimentam o processo de concentração capitalista, em escala mundial.

A nova revolução industrial (uma terceira revolução industrial?) alterou profundamente o perfil da sociedade onde logrou se instalar. A divisão social do trabalho vigente na Europa Ocidental, EUA, Canadá Japão, Austrália... em nada se parece com aquela que vigia no começo do século e potencializou a tendência que as vésperas da 2ª Guerra Mundial desenhava. O contingente num,rico e as características da classe operária se modificaram radicalmente. Novos segmentos sociais surgiram - produtores de colarinho branco, massa imensa de prestadores de serviço, campesinato que se fez residual.

As consequências políticas e ideológicas destes fatos, conhecidos e aqui só mencionados, se estenderam necessariamente à cultura - ela também feita objeto da indústria. Um mundo fascinante, aos olhos de quase 5/6 da humanidade; um mundo de real (ou, ao menos aparente) abundância. Um mundo que passou a se definir como "pós-moderno"; o fim da história expresso na concepção de um tempo circular, do eterno retorno, da irrazão do consumismo.

Este, o mundo no qual o conflito de classes decretou-se ter sido abolido: nada mais diverso da multidão de famintos trabalhadores que as primeiras Internacionais quiseram organizar do que os dignificados e bem nutridos eleitores da social-democracia alemã ou, mesmo, do Partido Democrata norte-americano. Um mundo do qual a própria idéia de revolução foi banida, e as teorias da revolução acabaram por se tornar mero objeto acadêmico de cada vez menos numerosos "scholars". A prosperidade torna conservadoras as sociedades.

"Só em restaurantes e supermercados dos USA, gasta-se a cada ano US\$ 30 bilhões em Pepsi e Coca-Cola. Quase o dobro do PIB de Bangladesh"(2)

A Guerra Fria, mesmo degelada, funcionou como justificativa para que os EUA e seus aliados europeus tivessem investido maciçamente em gastos públicos de finalidade militar ou correlata, década após década. O mundo do liberalismo pós o Estado a seu serviço, um socializador às avessas de recursos coletivos. A ação estatal foi decisiva na revolução industrial contemporânea. (3)

A dêbacle do mundo do socialismo real faz parecer triunfar este universo privilegiado que se constitui na quinta-essência do capital monopolista. O futuro efetivamente parece lhe sorrir. O futuro, ou a ausência dele - num tempo "pós-moderno", circular, dado "o fim da História". O fim deste século sorri à burguesia monopolista e a seus intelectuais como uma nova "belle époque".

"Eppur si muove". O mundo das nações monopolistas não está contudo, infenso à contradições.

Por mais integrado que esteja hoje o capital monopolista a nível internacional e superados os conflitos nacionais interburgueses que levaram às guerras mundiais, não desapareceram as disputas entre blocos. É consensual que pelo menos três grandes conglomerados disputam a hegemonia mundial e entre si se ameaçam: o norte-americano, a CEE e o nipônico-asiático.

Cada bloco é espaço onde se verificam problemas que podem ameaçar as taxas de acumulação; se não é visível ou previsível a curto prazo um novo enfrentamento bélico entre superpotências, indesejável hipótese que levaria à destruição da humanidade, como exercício de lógica a perspectiva não pode ser descartada ainda que o tempo não seja circular e a História jamais se repita.

O gigante norte-americano, dono de um PIB de trilhões de dólares, não saiu da recessão e vê a invasão japonesa se concretizar: para alguns, um Pearl Harbour movido não a canhões mas a Yenes.(4) Com o fim da guerra fria, como justificar os bilhões da máquina militar aos olhos dos contribuintes - que se não tem consciência classista, tem consciência de seus bolsos?

Três elementos, de natureza e qualidade distintas podem ser referidos a favor da afirmação de que a hegemonia de Tio Sam não está ameaçada no interior do clube das nações monopolistas a curto prazo. Mas, só a curto prazo.

O primeiro, a formação do mercado comum da A. do Norte, que visa em última instância propiciar a associação dos monopolistas de três países - EUA, Canadá, México (estes, radicalmente minoritários) e maximizar a acumulação nesta parte do mundo, em detrimento do super-explorado trabalhador mexicano e mesmo do primeiro-mundista produtor canadense.

Quanto a isso, a questão é saber até quando as sociedades canadense e mexicana aceitarão passivamente uma situação que as desfavorece enormemente; se serão, ou não, capazes de reagir a uma "integração" que ameaça conquistas históricas - da relativa autonomia canadense, à própria reforma agrária oriunda da revolução mexicana de 1910.

O segundo elemento a considerar, a possibilidade que tem os EUA de contar com o crescente exército de reserva que passa suas fronteiras: "chicanos", latinos em geral, gente de toda a parte que no período 1981-1990 somou 8 milhões de imigrantes legais, afora um contingente desconhecido que a cada dia passa as fronteiras sem autorização e lá permanece.

A possibilidade de rebaixar salários reais pela brutal ampliação do exército de reserva é uma compensação à perda de competitividade verificada em vários setores da produção. A Flórida tem hoje 7,4% de força de trabalho (legalmente considerada) ociosa. Queixa-se um imigrante brasileiro, clandestino, na Folha de S. Paulo: "Quando cheguei aqui ganhava

US\$ 14.00 por hora. Hoje não ganho nem a metade disso". Trabalho seis dias por semana, até 16 horas diárias. (5) Ou se submete ou o "paraíso" não o emprega.

Diga-se desta força de trabalho que ela por seu perfil e expectativas não constitui ameaça imediata ao "establishment"; sua capacidade de organização e mobilização é absolutamente limitada pela origem cultural, ideológica; o gueto urbano a estigmatiza a curto e médio prazo, como no passado. Mas até quando a perspectiva de "integração" e de superação da discriminação racial será mais forte que a objetividade da vida? (6)

A terceira questão a ser assinalada deriva da incontestável superioridade militar e nuclear dos EUA face a seus parceiros de exploração do planeta. A guerra do Golfo explicitou o papel de Estado Policial, com jurisdição sobre o planeta, que os EUA se auto-atribuem.

O "big-stick," está ao alcance da mão do canastrão que passeie seu desfazido pelo Salão Oval da White House. Não apenas para cuidar do quintal (Granada, Panamá), mas para atingir a região onde quer que considere que seus interesses estejam ameaçados. É o principal instrumento para que se busque operacionalizar uma nova situação de poder a nível planetário: de um mundo bipolarizado para um mundo hegemônico pelo Império americano; para que se evite uma multipolarização, superado o conflito leste-oeste.

O fim da guerra fria amplia o apetite belicista de Tio Sam. A questão, saber se - por exemplo - a CEE, livre do confronto com a URSS, aceitar um mundo submetido a tais apetites, aceitando um papel de coadjuvante perpétuo na divisão dos butins.

A geopolítica da guerra fria é responsável pelo enorme crescimento da economia japonesa, recuperada rapidamente no pós guerra como bastião do modo capitalista de produção na Ásia da China Popular e das guerras de libertação do sudeste. Tensões existiam, desde antes da queda do muro de Berlim, entre EUA e Japão; elas tendem a se agravar.

De imediato, predomina (ainda?) a política de temporização. O Estado nipo programa uma desaceleração do crescimento; o superávit da balança comercial com os yanques pode ameaçar de morte a galinha dos ovos de ouro. Sua classe trabalhadora uma das que mais fornece masvalia absoluta ao capital no Primeiro Mundo ser brindada com uma redução progressiva da jornada de trabalho, ao contrário do que tem sido tendência em outras partes do seleto clube das nações desenvolvidas.

Interesses japoneses e norte-americanos podem vir a se chocar a propósito de novas questões, além da já referida "invasão amarela" da economia ocidental - é o caso da disputa de mercado no oriente soviético, o da definição da "responsabilidade japonesa" nos assuntos de auto-defesa bélica e "policiamento" mundial.

A CEE, em plena construção de uma economia integrada, a curto prazo se beneficia da ampliação do exército de reserva de força de trabalho gerado pela falência do bloco soviético. A médio prazo a situação é outra. O exemplo da Itália, devolvendo à força multidões de albaneses, dramático; o crescimento da direita nacional-racista nas eleições de vários países é a expressão generalizada do potencial de desestabilização que a nova realidade contém. (7)

As últimas décadas tinham feito da Europa a expressão maior da alteração do comportamento classista da classe trabalhadora, a nível mundial (afirmamos isto dando por herdada do pós-guerra a fragilidade classista - para dizer o menos - do sindicalismo norte-americano e japonês). O corporativismo, a colaboração de classes no sentido

histórico social-democrata se afirmavam paralelamente à perda da influência (ou descaracterização) dos partidos de esquerda.

Já referimos a hipótese clássica para explicar a questão - a elevação dos salários reais e a melhoria das condições de vida, sob as condições do capitalismo.(8) Como reagirão os trabalhadores da Europa Ocidental face à perspectiva de perda de condições trabalhistas consolidadas? A extrema direita beneficia-se da insatisfação das pequenas-burguesias e da desmoralização do ideal socialista; certamente vai capturar (como no passado) respaldo também na classe trabalhadora. Alternativas de esquerda (ainda que distintas das que vêm da tradição leninista) deverão surgir; não podemos prever nem o como, nem o quando. Mas é algo que certamente não se pode descartar.

Ao tratar das fricções e contradições relativas aos blocos hegemônicos da economia mundial, não pretendemos dar conta do universo de questões possíveis. Importa levantar o debate, corrigir eventuais equívocos de avaliação, tornar esta uma preocupação coletiva.

A débâcle do mundo do socialismo real. E nós com isso?

Como foi possível? A questão ocupa corações e mentes. Desperta desde as "interpretações" da calhorda Rede Globo (9) até uma gama divergente de honestas tentativas de explicação no seio da inteligência, partidos e facções de toda esquerda.

Este texto não pretende apresentar uma resposta aos porquês dos acontecimentos. Entendemos que, a exemplo do que ocorreu no XXI CONAD (Aracaju), o tema da experiência socialista e sua crise devem ser objeto de permanente debate em nosso Sindicato.

No momento em que se elabora esta contribuição ao XI Congresso, Gorbachev já renunciou, a cadeira da URSS na ONU está ocupada pelo representante da Rússia e a "Comunidade de Estados Independentes" discute qual é, afinal, a Independência da Comunidade. Talvez, quando nosso Congresso estiver ocorrendo, o debate já se trave a propósito de quais são os Estados da comunidade - entre as muitas especulações possíveis está colocada a de desagregação de algumas das Repúblicas que constituíram a URSS.

Em meio a um universo de incertezas a propósito dos desdobramentos decorrentes das mudanças verificadas na Europa Central e Oriental e do desaparecimento da URSS, alguns fatos já estão estabelecidos e algumas hipóteses podem e devem ser afirmadas.

A mais óbvia é a de que uma alternativa de poder operário não sucedeu à crise dos regimes. A expectativa de algumas análises era de que, formalizada uma ampla liberdade política, a burocracia seria substituída no poder pelos trabalhadores reorganizados em novas estruturas sindicais e político-partidárias.

Estas avaliações otimistas subestimaram a despolitização da classe trabalhadora, o nível de degeneração do aparato produtivo e a capacidade de interferência do ocidente no mundo do socialismo real.

Mesmo na Polônia, onde a oposição ao regime contava com a forte presença de um operariado organizado (no Solidariedade), o que se viu foi a rápida (re)construção do

capitalismo; mesmo considerado o forte apelo que a questão nacional apresentava, o voto alemão-oriental na Democracia Cristã (março/90) foi surpreendente.

Não pode mais haver ilusão: o capital recuperou o território que tinha perdido a partir de 1917, eis o trágico balanço do que se passou.

A segunda constatação, a de que esta recuperação de território perdido (10) se faz e se fará com toda a selvageria que caracteriza o modo burguês de tratar a questão da reprodução capitalista. As políticas econômicas postas em prática em toda a área antes hegemônica pela URSS seguem a mais rígida ortodoxia. Nenhuma complacência, nem algo parecido a um Plano Marshall de reconstrução. O caos econômico favorecerá a "compra", a preço de banana centro-americana do acervo produtivo construído por gerações; facilitará a rendição da força de trabalho aos ritmos e jornadas de trabalho determinados pelas empresas internacionalizadas; a taxas de exploração de masvalia que sejam as mais convenientes aos que pretendam "investir" na região. Tal a lógica da ação monopolista.

A expectativa de maciços investimentos ocidentais efetivamente não se realizou. Michel Candessus, diretor do FMI, afirmou peremptoriamente na reunião anual do Fundo (Bangkok, out/91): - toda dívida externa do leste ex-socialista tem de ser paga.

Os dados são conhecidos. A reforma econômica de Ieltsin, na Rússia, já deve estar mostrando suas consequências sociais quando se reunir o XI Congresso. O Izvestia de 26 de outubro calcula que 45% da população russa não contará com alimentação mínima neste inverno; com o fim dos subsídios estatais a partir de 1º de janeiro, os preços subirão astronômicamente.

Na Polônia a reforma econômica ditada pelo FMI (janeiro de 1990) fez com que a produção industrial caísse, naquele ano, em 25%. 10% da força de trabalho estava desempregada em outubro de 1991.(11). Na Hungria, a produção industrial caiu em 10% no mesmo período (1990).(12). Na Bulgária, a reforma econômica elevou o custo de vida em 451% apenas no 1º semestre de 1991.(13). O território do leste alemão é tratado de forma colonialista! A indústria existente é sucateada, o programa de privatização atinge toda a economia da antiga propriedade estatal; há avaliação que já fixa em 30% o desemprego nos 5 estados federais anexados.(14)

A guerra civil que infelicitava a Iugoslávia tem explicação em questões étnicas que o socialismo de Tito não conseguiu superar. Mas tais questões se agudizaram também em função da reforma econômica de 1989, que se reduziu a inflação de 2.500% a.a. para 3% ao mês, provocou uma brutal recessão e piorou sensivelmente a qualidade de vida. (15)

O "assalto ao território", a transição para o capitalismo e para a dependência explícita também se realiza no plano da cultura; a ruptura com o controle estatal alterou radicalmente a situação e propiciou já também uma ação de tipo colonialista. O fim da censura veio junto ao corte dos subsídios estatais às editoras, Instituições artísticas e culturais etc. No vazio, penetra a indústria cultural do ocidente (16)

Como se comportarão os trabalhadores do mundo hegemônico até há pouco pela ex-URSS nos próximos anos é questão que não pode dar mais que lugar a conjecturas. Certamente não haverá resposta homogênea - quer na direção da aceitação da nova ordem dita "de mercado", quer na mobilização em respaldo a alguma tentativa de retorno ao "status quo ante", quer na luta pela construção de uma nova experiência de efetiva democracia socialista. Um respeitável analista com o qual temos enormes divergências foi

feliz ao comentar a derrotada tentativa de golpe de agosto na URSS: "Agora, a tentativa de por fim à perestroika favoreceu as alas anticomunistas mais radicais. Gorbachev está ameaçado de se transformar num novo Kerenski, rejeitado por todos. (...) Em termos da consolidação da democracia, o perigo reside não apenas num novo outubro (de 1917), mas também num retrocesso para antes de fevereiro, o que significa dizer para alguma forma de autoritarismo combinado com economia de mercado" (...) (17)

Mesmo a hipótese de que parcelas do território da ex-URSS venham a ser capturadas pelo fundamentalismo islâmico não podem ser descartadas. Todas as possibilidades estão abertas para aqueles povos. Da suserania de um Romanov xiita até o avanço na direção de um novo socialismo democrático. Mas esta questão não se resolverá a curto prazo.

E nós com isso? A curto - e pode-se afirmar - a médio prazo, a situação do mundo ex-soviético leva a que se fortaleça a ação do Capital, contra nós. Contra os trabalhadores de todo o mundo, contra os trabalhadores brasileiros, contra os docentes brasileiros e seu movimento.

Ao longo de décadas a burguesia mundial teve diante de si a materialidade geopolítica de um mundo dividido em dois sistemas. (18) Na definição de seu relacionamento com os trabalhadores, esta burguesia teve de levar em conta a possibilidade do "perigo vermelho" materializar-se em sua sala, tendo ele já residência na Terra.

Mesmo os movimentos trabalhistas e sindicais mais hostis ao socialismo beneficiaram-se deste fato. Uma série de conquistas foram arrancadas ao Capital e a seus Estados. Do voto feminino ao reconhecimento legal dos sindicatos, de reformas agrárias a legislações trabalhistas, algo ou um pouco em toda parte tiveram a ver com a experiência iniciada em 1917 - que a burguesia, não só pela repressão, quis sempre deter ou exorcizar. (18A)

Afora Cuba, Coréia do Norte, Vietnã e a problemática China, o mundo é "branco"; o "vermelho" sumiu.

Neste fim de século, contando com as possibilidades decorrentes da revolução técnico-científica, e (mesmo) as fricções e contradições entre blocos e interesses, a burguesia pretende a volta aos bons tempos da Rainha Vitória. Um mundo "liberal", sujeitando às canhoerias os povos que não se submeterem; um mundo desregulamentado, privatizado, em que as relações sociais se dão entre indivíduos "livres" - mesmo que alguns, e cada vez mais poucos, tenham a propriedade dos meios de produção, e a imensa maioria só possua sua força de trabalho. A lógica "neoliberal" , esta - a de volta ao passado.

Esta avaliação não resulta de nenhuma atitude de valoração positiva a propósito do que existia enquanto "socialismo real". Impõe-se, quaisquer que sejam as críticas que tenhamos àquela construção histórica. Impõem-se, para nós, que enquanto movimento docente assumimos, desde o nascedouro, princípios que certamente não coincidiam com muitas das realidades estabelecidas no mundo dito do socialismo. (19)

Com a revolução técnico-científica a burguesia monopolista já tentava redesenhar a divisão internacional do trabalho que se tinha esboçado a partir do pós-segunda guerra mundial. Nos anos 50 e 60 excedentes de capitais foram canalizados para o financiamento da industrialização em certas nações da periferia, que abandonavam assim o papel clássico de exclusivos exportadores de produtos primários. As crises recessivas de 74/75 e do início da década de 80 puseram fim a tal perspectiva; fizeram deslanchar novas propostas de gerenciamento e tecnologia; levaram a incrementos de produtividade,

à formação de novos enclaves (as zonas de produção para exportação em neocolônias asiáticas ou da A. Central, p. ex.). Fazem dos países que tinham assumido dívidas externas volumosas, exploradores compulsórios de capitais. (20)

Na América Latina a proposta dita neoliberal já se constituía na operacionalização deste rearranjo planetário de forças produtivas, mesmo antes da crise do socialismo real. Pouparamos espaço, aqui, remetendo-nos às avaliações de conjuntura aprovadas em Congressos e CONADs anteriores, quando fizemos a caracterização da proposta neoliberal e apontamos seu significado.

Com a débâcle do socialismo real, ao mesmo tempo em que se abre vasto mercado ao capital monopolista, abre-se espaço para que se apresentem condições mais favoráveis à implantação das metas pretendidas pelo Capital em sua atual fase.

"Por trás da oposição leste-oeste havia um acordo geral sobre a necessidade de um crescimento dos (países) "atrasados". A ideologia que opõe Norte e "novos bárbaros" aceita e (ao contrário do que havia antes) agrava a divisão" (21)

A nova ordem mundial desenhada pelo capital monopolista, no entender de um acadêmico francês, divide o mundo segundo a analogia dos impérios da antiguidade ocidental: o território do Império, os "limes" (ou regiões-escudo, fronteiriças) e o território dos "bárbaros". Bárbaros seríamos nós, latinos ao sul do México, a África, boa parte da Ásia. A África sub-saariana, com 450 milhões de habitantes, tem menos de 1% da renda mundial - ou, o que é o mesmo, metade da renda concentrada pelos habitantes do Estado norte-americano do Texas.

Pouco mais de 50% da população do planeta, ou seja, 3 bilhões de indivíduos, tem apenas 5,4% da renda mundial. Enquanto isso, 15% da população se locupleta com 80% do total. (22)

Sabemos que foi o capital que construiu esta realidade. Sabemos que pretende perpetuá-la, agravá-la pela volta atrás de conquistas a ele arrancadas. No próprio território do "Império"- com as Leis de Thatcher sobre a ação sindical, que hoje tem sua manutenção defendida até pela Liderança do Labour Party (23), com o "toyotismo" imposto a trabalhadores da Europa Ocidental, com a retirada de benefícios sociais aos trabalhadores norte-americanos (redução dos salários indiretos, tipo seguros-saúde, etc). A privatização da Seguridade Social chilena e argentina, a venda (física) de escolas em El Salvador, a "municipalização" da educação no Peru... são exemplos de ações que, agora, tenderão a se multiplicar, mais que antes, apresentadas como "soluções modernas" para a AL.

Face a este quadro, não pode caber qualquer perspectiva triunfalista, se se parte da ótica de defesa dos interesses da classe trabalhadora. Uma atitude de avestruz nos fragilizaria: há que ter consciência das dificuldades deste fim de século, para poder avançar com segurança.

Por maiores que sejam os problemas, não podemos contudo perder de vista o fato de que as contradições do capitalismo não foram resolvidas ao fracassar a experiência que dizia buscar a superação deste modo de produção

A apropriação, por poucos e cada vez menos, de um produto que é socialmente gestado, não permite dormir aos que têm fome. Persiste dando insônia, porém, aos abastados -

que tem todas as razões para continuar temendo os famintos por eles criados e espoliados.

A imensa maioria da humanidade tem tudo a ganhar com a construção de uma nova sociedade. Esta construção se beneficiará da dolorosa experiência vivida pelo mundo do "socialismo real"; não sucumbir ao triunfo momentâneo dos exploradores da masvalia, resistir, mantendo viva a proposta de uma alternativa que contemple os interesses das maiorias - tal deve ser a nossa consciente decisão.

II - Conjuntura nacional: para sair das trincheiras

O Brasil chega a este fim de século numa situação social lastimável. Enquanto o contingente dos 10% mais pobres da população contenta-se com 0,8% da renda nacional (e os 80% mais pobres com 33,9%), a maioria privilegiada que soma apenas 1% apodera-se de 14,6% (24). 50.000 fazendeiros são proprietários de cerca de metade das terras do país; 4,5 milhões de trabalhadores rurais não tem terra, 3 milhões de outros têm minifúndios. A concentração da renda nacional é a terceira mais perversa do planeta, atrás apenas do que se passa em Honduras e Serra Leoa.

Os índices de analfabetismo, desnutrição, mortalidade infantil, aproximam o Brasil do quarto mundo. O desenvolvimento capitalista expulsou do campo, nas últimas décadas, milhões de seres humanos que nas periferias das cidades vivem existências miseráveis.

As avaliações que o movimento docente, organizado na ANDES SN, produziu nos IX e X Congressos a propósito do governo Collor de Mello foram, ao menos no fundamental confirmadas pelos fatos. A eleição do atual Presidente potencializou os problemas enfrentados pela classe trabalhadora e por seu movimento; abriu-se uma conjuntura repleta de dificuldades ao sindicalismo combativo, constituinte do campo da Central única dos Trabalhadores.

A política econômica adotada pelo Executivo levou o país à recessão, atirou multidões no desemprego, sucateia o patrimônio público e promove um verdadeiro fenômeno de desindustrialização.

Não logrou esta política atingir ao objetivo propagandeado – por fim, "com um só tiro", à inflação. Pelo IGPM da FGV (até o momento não foi divulgado o cálculo do INPC - DIEESE relativo a dezembro), a inflação em 1991 chegou a 458,37%.

As negociações com o FMI e os bancos credores não deixam lugar a dúvidas quanto à decisão de persistir no atual caminho: se em 1991 o PIB teve crescimento nulo - o que significa, dado o incremento demográfico, uma redução do PIB per capita - as expectativas para 1992 são sombrias.

A recessão continuar à centenas de milhares de pessoas perderão seus empregos, os salários reais da imensa maioria da população cairão ou se manterão ridiculamente baixos. Para atender à banca multinacional, a privatização de empresas públicas será acelerada. A carta de intenções entregue pelo governo ao FMI propõe crescimento zero em 1992 e o pagamento de US\$ 8 bilhões aos credores externos.

"Entre fevereiro de 1990 e setembro de 1991 o rendimento médio real dos ocupados reduziu-se em 21,7% e o dos assalariados, 25,1%". Em outubro, "cresceu em 10,9% o número de trabalhadores sem carteira assinada e diminuiu em 4,4% o de trabalhadores

com carteira, o que mostra a precariedade das contratações realizadas"; no período setembro/90 - outubro/91 tinha caído em 5,5% o número de trabalhadores com carteira assinada e aumentado em 13,5% o número dos que trabalhavam sem carteira (25).

Se para a imensa maioria do povo o governo Collor significa sofrimento, privações de toda ordem, para a minoria privilegiada significa lucros. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro teve seus papéis valorizados nominalmente em 1950,75% em 1991; a de São Paulo, em 2315,96% (26). A política de juros astronômicos faz a felicidade dos banqueiros; é ao capital financeiro que serve a atual administração do país.

Os Cenários desenhados por economistas para 1992 apontam duas alternativas, mantida a atual política - recessão brutal capaz de derrubar a inflação ou à recessão brutal e inflação alta (26A).

O projeto político que as análises do IX Congresso da ANDES SN atribuíam a Collor, contudo não logrou se concretizar. A proposta de construção de uma hegemonia de tipo bonapartista não se sustentou, em larga medida pela mediocridade política da administração federal, mas sobretudo pelo enorme crescimento da rejeição popular ao governo. Incompetência, corrupção, escândalos de toda ordem desgastaram a imagem do governante e de seu ministério; todas as pesquisas de opinião o confirmam.

A História do Brasil mostra que da classe dominante não se pode esperar a construção de uma alternativa política que contemple minimamente a solução dos problemas cruciais que atingem a nação.

Refletindo uma correlação conservadora de forças sociais, o Congresso Constituinte elaborou uma Carta que praticamente impede a realização de uma reforma agrária no país - sujeitando nosso povo a ver adiada uma medida que praticamente todo mundo realizou, neste ou em séculos atrás. A força política do latifúndio secular mais uma vez se manifestou, nesta questão crucial para a sociedade brasileira.

Na Carta em vigor conquistas sociais e políticas foram inscritas. Várias delas dependem, contudo, da regulamentação pelo Congresso ou não são, na prática, reconhecidas pelo Estado. O direito dos servidores públicos à negociação coletiva é um desses direitos que o Executivo, valendo-se da conivência do Judiciário, desconhece.

Mesmo que a política recessiva atinja uma parcela do empresariado e que a bancada governista no Congresso esteja sujeita a oscilações numéricas, não garantindo maioria automática ao Presidente, a tradição histórica faz que não se possam alimentar expectativas quanto ao comportamento das elites políticas e econômicas.

Aos trabalhadores cabe elaborar uma proposta alternativa para o país e investir na construção de um projeto capaz de hegemonizar a sociedade. Este é a tarefa, urgente, que se apresenta - e a CUT e os sindicatos a ela filiados terão um papel decisivo na questão, tão relevante quanto é indissociável da luta econômica cotidiana.

As condições para a luta sindical foram difíceis em 1991 e assim deverão continuar em 1992. "No que diz respeito particularmente ao movimento sindical, é importante lembrar as dificuldades decorrentes do aprofundamento da recessão e do processo inflacionário que fazem com que o problema do desemprego e da miséria assumam maiores proporções nesse momento. Persiste assim o desafio de se multiplicar as ações e mobilizações, diversificar a pauta sindical e evitar qualquer tentativa de desgaste que leve ao isolamento dos trabalhadores".(27)

Uma análise das greves realizadas durante o governo Collor confirma a avaliação. Da posse até junho de 1991 ocorreram 2.244 greves, envolvendo 16 milhões de trabalhadores. Não está aí considerada a greve geral convocada em 1991. 62% das greves ocorreram no setor privado, 37,9% no setor público; 41,1% dos grevistas trabalhavam em empresas privadas, 58,5% no setor privado. No terceiro trimestre de 1991, 58% das 153 greves ocorridas (um número 70% inferior ao de igual período em 1990) aconteceram no setor público, envolvendo 60% dos grevistas, cujo número total caiu em 17% em relação ao terceiro trimestre de 1990.

A redução do número de greves e de grevistas não tem sido proporcional ao perfil da classe trabalhadora. O setor público aumentou sua participação nos movimentos; o setor privado a viu diminuída. "O desemprego tem exercido forte pressão inibidora de greves neste setor" (28).

O recente IV CONCUR foi marcado pelo acirramento das divergências entre as diversas tendências organizadas no campo combativo do sindicalismo. Em certo momento a própria conclusão do Congresso parecia ameaçada. É do interesse da luta dos trabalhadores brasileiros que as "Bases para um compromisso", documento que 30 dos 32 membros (efetivos e suplentes) da Executiva Nacional da CUT firmaram, seja implementado, garantindo-se a unidade na ação da Central. Como diz o texto, "... a centralidade na luta interna, em detrimento dos enormes desafios no enfrentamento das políticas do governo Collor e dos patrões, não arma a CUT para um novo período de lutas e crescimento do seu projeto sindical classista, democrático e autônomo". (29)

As Resoluções do IV CONCUR devem servir de base a um plano de ação que leve os trabalhadores a construir a proposta alternativa de administração social que defendemos. Os trabalhadores têm sido obrigados a ficar nas trincheiras da resistência: para avançar e sair da defensiva a ação política é fundamental; nosso sindicato deve nela se engajar. A iniciativa dos metalúrgicos de São Bernardo, que realizaram vigília reunindo representantes de vários segmentos da sociedade civil deve ter prosseguimento.

"Por uma vida melhor, contra o arrocho, recessão e fome", palavra de ordem da campanha nacional deliberada pela Direção Nacional da CUT deve servir para aglutinar a classe trabalhadora e amplos segmentos da sociedade civil na tentativa de barrar a proposta do atual governo. (30)

Uma perspectiva de ampla mobilização popular, levada a cabo sem sectarismos, é o que defendemos. O isolamento da CUT e do movimento trabalhista combativo, perseguido pelo Estado e pela mídia a seu serviço é o pior que pode acontecer aos trabalhadores brasileiros. A Força (?) Sindical, hoje financiada por convênios com órgãos públicos e por organizações sindicais internacionais de orientação colaboracionista, principal inimiga do sindicalismo que defendemos, busca firmar-se como interlocutora dos trabalhadores. Denunciá-la permanentemente é uma necessidade, tanto quanto lutar contra a aprovação do "Emendão" constitucional e a submissão ao FMI.

O ano de 1992 assistir à realização de eleições municipais, executivas e legislativas. Estas eleições abrem espaço importante para o debate político; seus resultados podem antecipar a futura sucessão a nível estadual e federal. A CUT e o movimento sindical cutista, nele nosso sindicato e suas ADs-Seções Sindicais devem contribuir para a politização das disputas municipais, cobrando definições claras dos candidatos, na perspectiva de que se dê a ampliação dos espaços ocupados pela oposição.

Nossas reivindicações gerais e específicas devem ser debatidas amplamente; não deve ser descartada a possibilidade de se ocuparem horários dos programas eleitorais, difundindo a Campanha recém lançada pela CUT e, no nosso caso, as exigências que fazemos em relação à educação.

O XXIII CONAD discutiu a possibilidade de se exigir, com base na luta popular e sob a direção dos trabalhadores, o "impeachment" do atual Presidente. Entendemos que tal possibilidade deve ser melhor discutida; uma exigência como essa supõe que se tenha presente uma alternativa de poder e que se construa uma hegemonia que hoje certamente ainda não se caracteriza. Nenhuma ousada proposta deve ser descartada quando se trata da defesa dos interesses estratégicos da classe trabalhadora. Resta saber se se acumularam forças suficientes para propô-la - e, mais que isto, operacionalizá-la.

III - Nosso Sindicato na conjuntura

Já se passaram três anos desde o histórico Congresso Extraordinário do Rio de Janeiro que deu forma legal a nosso Sindicato Nacional. Em muito se avançou na consolidação de nossa representação máxima - da construção de um cotidiano sindical, da constituição de dezenas de Seções Sindicais até a vitória em ações judiciais e à inserção no movimento sindical internacional de educadores.

Se o balanço que pode ser feito , positivo, isto não impede que se apontem os problemas, novos e antigos, ligados à tarefa de consolidação do Sindicato frente à categoria, ao movimento sindical e à própria sociedade civil.

A difícil conjuntura que vivenciamos, teve reflexos imediatos sobre o movimento docente e seu sindicato. Considerando-se a luta dos docentes do setor público, contabilizamos terá empreendido a mais longa greve das IFES e uma série de embates nas IES estaduais. A greve das IFES serviu para por a prova, de modo positivo, a convivência democrática entre avaliações por vezes contraditórias surgidas no seio do movimento. De um modo quase que geral, as decisões majoritárias foram seguidas pelo coletivo dos docentes em greve; o saldo da greve, apesar do não atendimento de toda pauta de reivindicações, recompensou o esforço de toda uma categoria disposta a lutar.

Em relação à luta com vistas à data-base de reajuste dos docentes das IFES - e dos SPFs, como um todo (janeiro), não foi possível operacionalizar uma campanha que fizesse jus à necessidade de repor as perdas salariais. De forma (também) autocrítica, consideramos que o maior problema constatado no XXIII CONAD foi a não aprovação, naquele momento, da pauta de reivindicações e de encaminhamentos que pusessem "na rua" a campanha salarial em tempo hábil.

O desrespeito do MEC à democracia e à autonomia universitária se manifesta pelos pronunciamentos do staff dirigente daquele Ministério a propósito dos processos sucessórios nas IFES. Mantém-se o desafio a que se garanta a nomeação dos candidatos eleitos pela comunidade.

No setor privado persistem dificuldades históricas derivadas da intransigência e selvageria patronal, além da competição de vários SINPROS e da criação da CONTEE. Tal Confederação, organizada no âmbito da CUT, pretende representar os docentes das IES privados.

Sua filiada, a FITEE, vêm de convocar Congresso onde pretende que seja discutido, entre outros pontos, "Problemas como os que a ANDES vem criando para o avanço da luta entre professores e patrões na rede privada, poderão ser tratados no âmbito da CUT? ".(SIC) A desfaçatez e a arrogância dos dirigentes desta entidade não parecem ter limites; depois de tentar, pela via judicial, cassar a existência legal da ANDES SN, não realizaram nenhuma autocrítica, uma vez ingressos na CUT; acusam nosso sindicato de realizar o que eles fazem - dificultar o avanço da luta da categoria. Temos de lhes dar respostas no campo da luta política; denunciar sua falta de compromisso com os princípios da CUT e as deliberações do próprio DNTE-CUT.

No âmbito mais amplo, atuamos em defesa da Escola Pública, articulados no Fórum que tem este nome, defendendo uma LDB de Educação que atenda aos interesses da maioria. Quanto a esta questão, ver documento específico.

Na perspectiva de contribuição ao debate e da definição de encaminhamentos, apresentamos a seguir um conjunto de proposições que pensamos necessários à continuidade do processo de consolidação e fortalecimento da ANDES SN. O XI Congresso é momento conveniente e privilegiado para que sejam adotados.

a) Engajamento decidido da ANDES SN:

- na Campanha Nacional contra o arrocho, a recessão e a fome proposta pela CUT.

- participação das ADS SSIND nos Fóruns que devem organizar a Campanha, discussão nas ADS SSIND da regularização da contribuição financeira às CUTs Regionais de modo a propiciar a sua efetiva participação nestas instâncias.

b) Realização de Seminário

Precedendo ou durante o XI Congresso, sobre a questão da conjuntura internacional. sugerimos que as ADS SSIND realizem o mesmo tipo de atividade, a nível local.

Notas e Referências

(1) Na virada do século, a humanidade estará composta por aproximadamente seis bilhões de pessoas. Cinco estarão vivendo em "países pobres". (CHOSSUDOVSKY, Michel. "O poder absoluto das Instituições financeiras internacionais - Como evitar a mundialização da pobreza?" in Le Monde Diplomatique, septembre, 1991)

(2) CHOSSUDOVSKY, Michel, op cit.

Com aproximadamente 103 milhões de habitantes (estimativa 1987), o PNB de Bangladesh foi de US\$ 16 bilhões, em 1986 (Almanaque Abril edição 1990)

(3) "Após a segunda guerra mundial a atividade científica sofreu mudanças importantes e radicais. De uma atividade marginal e complementar, transformou-se num componente essencial da produção e de reprodução na sociedade contemporânea"

(...)

"Os custos da Pesquisa e Desenvolvimento (P e D) passam a fazer parte do custo final dos produtos. A atividade científica vincula-se ao processo produtivo de maneira tão

radical que as próprias empresas passam a absorver grande parte do custo da Pesquisa e Desenvolvimento antes patrocinado pelo Estado ou por ricos mecenas" (...)

"Os efeitos de tais mudanças sobre a valorização dos produtos, a taxa de masvalia, de exploração e as taxas médias de lucro são arrasadoras" (...)

"A atividade científica passa a ser assim uma atividade fundamental para os corporações privadas... A intervenção do Estado como programador, organizador, financiador e formador de pessoal científico constitui-se numa necessidade fundamental, imposta pela lógica da acumulação de capital, com este último não podendo dar conta dele diretamente, devido ao seu alto custo e risco". SANTOS, Theotonio. *Revolução Científico-Técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes, 1983, pp. 60/61.

(4) "Se você compra um carro japonês, então vá pedir assistência social ao governo do Japão". O slogan, cunhado por ex-funcionários da General Motors americana hoje desempregados, resume um sentimento que, já faz algum tempo, tem assento em corações e mentes de gente tradicionalmente em desacordo. Parece que todo o mundo - da CGT francesa, passando pelo TUC inglês, até os presidentes da GM, Ford e Chrysler - está contra a fabricação e comercialização de veículos japoneses em seus países. O que tem suscitado até algumas reações inopinadas, a exemplo da depredação e queima de um punhado de veículos japoneses nas ruas dos Estados Unidos" (...)

"Atualmente, os japoneses já detém 30% do mercado norte-americano, com a venda de veículos importados ou fabricados lá mesmo."

Ao mesmo tempo, empresas com a GM e a Ford mantêm "joint-ventures" com montadoras japonesas.

"Oposição ao toyotismo constituiria racismo em relação ao povo japonês?", in *Interação* (Boletim informativo do programa internacional de ação sindical)/CUT, nr. 3, dez 91.

(5) TOGNOLLI, Cláudio Júlio "Fila de imigrantes ilegais reflete crise na AL" in *Folha de São Paulo*, 28/10/91

A cifra de imigrantes mencionada só não , superior ao do "boom" da primeira d,cada de nosso século (8,8 milhões, números oficiais).

(6) O contingente latino e sua problemática ético-cultural superarão, em breve, a similar e histórica situação do negro norte-americano.

(7) "Desde o fim da Guerra Fria a Europa trocou de fantasma.

Agora não , mais o comunismo que ronda o continente, mas uma invasão dos países ricos pela massa de refugiados do socialismo real e dos países pobres do norte da África" GABEIRA, Fernando. "Países ricos temem ser "invadidos" por refugiados". *Folha de São Paulo*, 28/10/91

A taxa de desemprego na Alemanha unificada já atingiu 9% (novembro 1991). "Em setembro, hordas de "skinheads"... atacaram durante um fim de semana um albergue para trabalhadores estrangeiros na cidade de Hoyerswerda.

Em vez de socorrer os imigrantes - 230 moçambicanos e vietnamitas - a população local aplaudiu entusiasticamente" ("Retrospectiva 91" in *Veja*, 1/01/92, p 65.

(8) Um outro elemento a ser referido resulta da introdução de novos processos de trabalho e gerenciamento nas empresas. Exemplo recente (d,cada de 80) deriva da

chegada de investimentos japoneses, inclusive sob a forma de associações com empresas européias. O chamado "toyotismo" - introduzindo o "just-in-time" nas linhas de produção, a "flexibilização do trabalho", a prática de organizar "concorrências públicas" entre os sindicatos oferecendo exclusividade de representação a uma organização, mediante a exigência de aceitação de restrições (ou mesmo renúncia) à greve, etc - torna-se cada vez mais utilizado pela burguesia como forma de ação anti-sindical.

A "invasão japonesa" na Europa foi iniciada pelo Reino Unido e Espanha, onde "o desemprego atinge o patamar de 20%, dobro da média européia e os custos com a mão-de-obra são mais baixos comparativamente aos de outros países do continente"; mantidos os planos atuais, 1/3 da produção inglesa de veículos ser de responsabilidade de empresas japonesas em 1995.

Os mtodos originários do Japão expandiram-se rapidamente. A Renault, estatal francesa, as adotou (ao menos parcialmente) - o que levou à greve de outubro/novembro na fábrica de Cléon.

Ver "Oposição ao toyotismo...", já citado, e outros textos da mesma edição de Interação.

(9) Um exemplo da calhordice global foi a afirmação levada ar pelo Jornal Nacional de 1/01/1992. Ao mostrar o espetáculo pirotécnico assistido na véspera por milhares de pessoas na Praça Vermelha, Moscou, o texto lido dizia que "comemorava-se o fim dos setenta anos de opressão comunista". Ao pé da letra, a Globo defendia a existência de democracia sob os Romanov. Além de que as imagens simplesmente mostravam, como em todo o mundo, multidão que apenas aguardava o minuto da passagem de ano.

(10) Corações e mentes, pelo visto, já estavam ganhos em muitas partes; ilusões sobre Walesa (s) - de um lado - e sobre a ideologia da burocracia governante naquela parte do mundo não podem mais caber. No caso do Centro e do Leste europeu (e mesmo no de várias das repúblicas soviéticas) a ausência de revoluções que tivessem levado à construção da alternativa socialista esclarece a questão. No caso russo, a história confirma as piores expectativas sobre o caráter da burocracia, seu distanciamento em relação aos ideais igualitários e de combate à alienação humana. Mesmo que não possuindo formalmente a propriedade dos meios de produção, acostumaram-se a apropriar-se do excedente socialmente produzido em proporções que permitem a analogia com o "modo de produção asiático" da antiguidade.

No caso da URSS a equação parece clara, se descartada a hipótese conspiratória de se ver Gorbachev como agente da CIA: no momento em que se pretenderam reformas que de alguma maneira expunham privilégios e corrupção de todo tipo, o estamento burocrático entrou num salve-se-quem-puder que resulta na adesão pura e simples à proposta de promoção à categoria de proprietário dos meios de produção numa ordem, sem rebuços, capitalista.

(11) "Polônia - um por todos..." Isto,/Senhor, 6/11/91

(12) Conforme texto de John Feffer in Peace and Democracy News, New York, Summer, 1991

(13) PERALVA, Oswaldo. "Preços disparam nas economias do Leste", in Folha de São Paulo, 14/8/91

(14) Cf. Nancy Spannaus ("La terapia de choque del FMI mata al enfermo en Polonia y la URSS") in Resumen Ejecutivo, Executive Intelligence Review, 1/12/91. Trata-se de publicação de direita, que no caso merece algum crédito.

(15) FEFFER, John, op cit.

(16) O pretexto de estreita relação com o marxismo levou à dissolução pura e simples dos Departamentos de economia, filosofia, história, pedagogia e direito. da Universidade da antiga RDA. Ver declarações do novo Reitor da Universidade Humboldt teólogo Eugen Fink ("Entramos no Estado de Direito, mas eu me sinto acuado como no tempo do Partido-Estado...") Citado por GILSSEL BRETCH, Andre in Le Monde Diplomatique, abril 1991.

...

"As pessoas se questionam sobre o lugar deixado à cultura num país onde a economia de mercado se espalha sem praticamente regras nem limites...

...

As emissoras de rádio adotam programações copiadas das vizinhas ocidentais.

...

Os hábitos de consumo cultural mudam. O livro, produto fetiche da propaganda comunista, tornou-se muito caro.

...

Os cine-clubes, que eram verdadeiros fóruns de cultura, intercâmbio, discussão, debate e preparo cívico estão em fase de liquidação".

(SMOLUCH, Jean Michel. "Os artistas poloneses entre o mercado e a história". Le Monde Diplomatique, abril 1991)

...

"A Moscou cinzenta, metrópole do mundo socialista se transformou na Moscou caótica, candidata a capital do Terceiro Mundo.

...

Na saída do metrô Taganskaia, uma explosão de barracas e quiosques lembra a Cidade do México. A todo volume, um vendedor expõe suas fitas cassetes. Na trilha sonora, os últimos sucessos do Ocidente, de Sabrina a Vanilla Ice. Não há nenhum sinal da milenar cultura russa" (SPITZCOVSKY, Jaime. "Moscou se iguala a capitais do Terceiro Mundo". Folha de São Paulo, 14/07/91

...

A Biblioteca Lenin, uma das maiores do planeta (40 milhões de publicações e manuscritos, em 247 línguas, desde o sec. VI a.c.) está fechada, a falta de verbas para manutenção (Executive Intelligence Review, December 6, 1991, p 51)

(17) RODRIGUES, Leôncio Martins. "De volta a fevereiro de 1917", Folha de São Paulo, setembro 1991.

(18) Utilizamos a expressão "sistemas" para evitar a polêmica sobre o caráter do que se convencionou chamar de "socialismo realmente existente". Usar a frase "Um mundo

dividido entre a hegemonia de dois modos de produção" levaria a um debate que não resulta em consenso: o que se construiu na URSS, centro-leste europeu e estados "socialistas" ainda hoje assim definidos foi um novo modo de produção, ou a experiência resultou apenas na construção de uma variante do capitalismo de Estado? Ou num "modo de produção" não-capitalista e não-socialista?

Certamente todas hipóteses (inclusive a de que era socialismo o que existia na URSS) tem adeptos no MD; a definição não é, contudo, urgente aos objetivos desta avaliação de conjuntura.

(18A) As Resoluções do §4º CONCUR, com diferença apenas de ênfase, corroboram esta nossa avaliação.

"Nos países do bloco socialista, as transformações dos últimos anos estiveram associadas ao esgotamento do chamado "socialismo real"(...). Tal crise é usada pela burguesia internacional numa ofensiva ideológica contra as conquistas da classe trabalhadora em nível internacional, mas não significa, em nenhuma hipótese, que o socialismo morreu ou o "triunfo do capitalismo" como afirmam os ideólogos de direita.

Os trabalhadores e a CUT têm como horizonte uma sociedade democrática, sem explorados e exploradores. O combate radical à miséria e exclusão produzidos pelo capitalismo e a crítica às experiências do socialismo que efetivamente aconteceram devem ser o ponto de partida para a construção de um novo projeto de sociedade, socialista e democrática". CUT. Resoluções do 4º CONCUR, São Paulo, Sec. Nac. Imp. Divulgação da CUT, 1991, p. 7.

(19) Nada tem a ver com o sindicalismo dos países em questão, p. ex., a defesa intransigente de um sindicato autônomo face ao Estado e aos Partidos Políticos, a rejeição da idéia do sindicato como "correia de transmissão" entre o Partido e classe trabalhadora; a defesa de liberdades democráticas amplas, inclusive a de organização sindical e mesmo da autonomia universitária.

(20) Obviamente, com a convivência das classes dominantes locais, que muitas vezes sustentaram governos ditatoriais responsáveis pela "ordem" no mundo do trabalho.

(21) RUFIN, Jean-Christophe. O Império e os novos bárbaros. Citado por MAGALH ES, J. Batista in "Nova ordem mundial cria Império do Norte contra bárbaros do sul". Folha de São Paulo, 28/10/91.

(22) CHOSSUDOVSKI, Michel, op cit.

(23) As leis aprovadas sob o governo da ex-Primeira Ministra britânica restringem o direito de greve, exigindo p. ex. votação secreta de toda a base envolvida antes de sua deflagração; proíbem acordos coletivos que resultem em contribuição sindical de toda base ao sindicato, entre outras restrições.

(24) Os 10% mais ricos tem 40,7% da renda brasileira. Dados da PND-IBGE/1990, citados em Brasil Agora, 1a. quinzena dezembro 1991, p 6.

(25) Suplemento DESEP/CUT. Análise da conjuntura. nr. 30, dezembro 1991.

(26) Os pequenos poupadores perderam da inflação: as cadernetas de poupança renderam 455,82%. Ativos utilizados pela baixa classe média como reserva de valor, como linhas telefônicas, tiveram valorização ainda menor (no caso, 359,90%). Folha de São Paulo, 31.12.1991.

(26A) Na avaliação da Folha de São Paulo, a primeira hipótese se caracterizaria assim: "A recessão é brutal. O PIB despenca mais de 10%. O desemprego passa de 15% dos trabalhadores no final de 92. O consumo , pífio. Empresas quebram em número recorde. Brasil fecha acordo com FMI no início do ano. Governo ganha fôlego. No fim do primeiro trimestre fecha acordo com os bancos privados credores. Governo negocia com o Congresso aprovação do "emendão" ainda no primeiro semestre, com uma reforma fiscal ampla (...). Em dezembro a taxa de inflação , de 2% ao mês, como prometido ao FMI. Mais de duas dezenas de empresas foram privatizadas".

A segunda hipótese é tão dramática quanto a primeira, com a diferença que "o efeito sobre os preços é quase nulo. A inflação não cede. Fracassa a saída mexicana de prefixar preços e salários. O governo não arrecada o que esperava com a reforma tributária...".

Neste caso, a alternativa seria um novo choque econômico, e poderia se abrir caminho ... crise institucional.

"Dois cenários para 92" in Folha de São Paulo 1/01/92, p 1-4

(27) Suplemento DESEP/CUT. Análise de Conjuntura nº 29, novembro de 1991

(28) A citação é extraída de "O movimento grevista no terceiro trimestre de 1991" in Suplemento DESEP/CUT. Análise de Conjuntura, nr. 30, p 12.

Os dados sobre greves foram retirados deste número do Suplemento e do anterior, já citado.

(29) "Bases para um compromisso", in : CUT. Resoluções do 4§ CONCUR, São Paulo, Sec. Nac. Imprensa e Divulgação da CUT, 1991 p. 21

(30) Os "pontos básicos" da campanha serão:

"Por uma política econômica que recupere os salários, garanta empregos e ponha fim à crise econômica e social. Não pagamento da dívida externa.

Reforma agrária e política agrícola que atenda os interesses dos trabalhadores e pequenos produtores. Luta pela terra, no campo e na cidade. Terra para morar, plantar e produzir.

Por uma política salarial única, para os setores privado e público, ativos e inativos, que mantenha o poder de compra dos salários.

Reajuste imediato de 147% para os aposentados e pensionistas, retroativo a setembro de 1991.

Por uma política tributária progressiva, que não recaia sobre salários e folha de pagamento.

Correção mensal da tabela de Imposto de Renda conforme a inflação.

Saúde e educação: públicos, gratuitos e de boa qualidade.

Fiscalização e defesa dos fundos sociais, denunciando as falcaturas com o FGTS e demais fundos dos trabalhadores.

Combate às fraudes trabalhistas e previdenciárias e à corrupção com punição dos envolvidos".

Informa CUT nr. 170, 5 a 26 de dezembro, 1991, p. 2

(31) "Os trabalhadores no ensino e a CUT in INFITEE. Informativo da FITEE- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, nr. 06, ano 02, novembro de 1991, p. 5.

**PLENÁRIA DO TEMA II
POLÍTICA EDUCACIONAL, DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
E DE SAÚDE**

ATA DA PLENÁRIA TEMA II - POLÍTICA EDUCACIONAL, de CIÊNCIA E TECNOLOGIA e de SAÚDE

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e um de fevereiro de um mil novecentos e noventa e dois, foi iniciada a Plenária do Tema II - Política Educacional, Ciência e Tecnologia e Saúde, tendo como mesa: Prof. Natanael Rohr da Silva, Presidente; Profa. Rosemary Conti, Vice-Presidente; Prof. Izaias Pereira da Costa, 1º Secretário; e Profa. Leda Gobetti, 2ª Secretária. Tendo como base os textos: Ciência e Tecnologia no Governo Collor e o respectivo Relatório Consolidado, foram rejeitadas por ampla maioria as propostas de modificações do parágrafo 1, Parágrafo 2 (linha 1, Linhas 1 a 3, linha 7 e linha 8), parágrafo 3 (linha 6) e do parágrafo 8 (linha 12 a 14). Foram aprovados por ampla maioria: o acréscimo à linha 2 do Parágrafo 2 (com 4 abstenções); o acréscimo entre os parágrafos 3 3.4 (com 03 abstenções); a substituição na última linha do parágrafo 4 (com 06 abstenções); alteração do parágrafo 7, última linha 9 com 03 abstenções); alteração do parágrafo 8, última linha e linha 8 (com 02 abstenções); acréscimo após linha 8 do parágrafo 9 (com 07 abstenções); substituição da linha 7 a linha 10 do parágrafo 12 (com 04 abstenções); acréscimo no final do parágrafo 13 (com 07 abstenções); acréscimo na linha 3 do parágrafo 13 (com 07 abstenções); acréscimo na linha 3 do parágrafo 14 (com 06 abstenções); novo texto a ser acrescentado ao parágrafo 14 (com 01 abstenções). Foram aprovados por ampla maioria os encaminhamentos especificados nos parágrafo de 24 a 36, sendo que o encaminhamento do parágrafo 37 foi considerado recomendação. Foram aprovadas por ampla maioria as recomendações dos parágrafos 38 a 39. Para a discussão do texto "Romper a trajetória de privatização da Previdência e Saúde", foi constituída a mesa: Prof. Izaias Pereira da Costa, Presidente; Natanael Rohr da Silva, Vice-Presidente; 1ª Secretária Rosemary Conti; e 2ª Secretária, Leda Gobetti. Baseando-se no texto "Romper a trajetória de Privatização da Previdência e Saúde" e no respectivo Relatório Consolidado foram aprovadas por ampla maioria as modificações propostas: parágrafo 01 linha 4; Parágrafo 5 penúltima linha; Parágrafo 07, linhas 2 e 3; Parágrafo 8 linhas 3 e 4 (com 02 abstenções); itens 05 e 06 dos encaminhamentos. Foram aprovadas por ampla maioria o acréscimo de mais um encaminhamento e as recomendações propostas (com 02 abstenções). Foram rejeitados por ampla maioria: a substituição do parágrafo 01 linha 4; a supressão do parágrafo 04, linha 4; a supressão da linha 12 até o final do parágrafo 5 (a favor 12, contra 34, abstenções 8); substituição no item 08. A Plenária foi interrompida às treze horas e quarenta e cinco minutos para o almoço. Às dezesseis horas foi reiniciada a Plenária com uma mesa constituída para discutir os textos apresentados para Política Educacional, composta pela Profa. Rosemary Conti, Presidente; Prof. Natanael Rohr da Silva, Vice-Presidente; Prof. Roberto Abreu, 1º Secretário; Profa. Leda Gobetti, 2ª Secretária. Baseando-se nestes textos, e o respectivo Relatório Consolidado foram aprovados por ampla maioria: os acréscimos no parágrafo 45 (item a), no parágrafo 46 (item b) (com 01 abstenção), no parágrafo 47 (item c) (com 02 abstenções), no parágrafo 48 (a favor 29, contra 05 e nenhuma abstenção). No parágrafo 53 (com 02 abstenções), no parágrafo 57 (item a) com 01 abstenção), no parágrafo 67 (com 03 abstenções) e no parágrafo 76 (item 3.4). Foram aprovados com ampla maioria os encaminhamentos a serem acrescentados

ao parágrafo 77. Foram rejeitadas com ampla maioria as modificações apresentadas aos parágrafos 51, 52, 59, 60 e 61. Foram aprovados por ampla maioria as recomendações 1, 2, 4 e 5 da página 06 do Relatório Consolidado. Às dezenove horas e cinquenta minutos foi decidida a prorrogação de uma hora para uma Plenária presidida pela Mesa: Prof. Roberto Abreu, Presidente; Profa. Rosemary Conti, Vice-Presidente; Prof. Natanael Rohr da Silva, 1o. Secretário; Profa. Leda Gobetti, 2a. Secretária. Baseando-se no texto apresentado pelo Setor das Federais) e no Relatório Consolidado respectivo foram aprovadas por ampla maioria as seguintes modificações: Acréscimo ao item II (Defesa do Serviço Público em conjunto com os servidores Públicos Federais) (com 02 abstenções); acréscimo de propostas c), d) e e) ao item ao item 3.2; acréscimo de propostas a), b) e c) ao item 3.3.; propostas para o item IV (Campanha). Foi rejeitada a proposta alternativa para o modelo de Financiamento da Universidade (a favor da proposta: 52, contra 77 e 9 abstenções). Foram rejeitadas por ampla maioria as alterações apresentadas no item 3.1. e as propostas a) e b) ao item 3.2. Não foi aprovada por maioria ampla a inclusão do item 3.5. Foram aprovadas por maioria simples as recomendações apresentadas. Às vinte horas e cinquenta minutos foi prorrogada a Plenária por mais uma hora. Nada mais havendo a tratar, às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente da Mesa, prof. Roberto Abreu, deu por encerrada a Plenária. eu, Leda Gobetti, 2a. Secretária, lavrei a presente ata.

RELATÓRIO POLÍTICA EDUCACIONAL

ANDES SN - XI CONGRESSO

Os Textos a seguir foram publicados no Caderno de Textos do XI Congresso sobre o TEMA II referente a Política Educacional e subsidiaram as discussões e deliberações. Os Textos não foram aprovados formalmente.

Em defesa da autonomia das universidades

A Política Educacional, de Ciência e tecnologia e de Saúde no contexto das Políticas sociais só poderá ser entendida como parte constitutiva de um projeto político global em vigência no país.

As análises de conjuntura vêm evidenciando uma crescente deterioração da qualidade de vida da maioria da população, resultado da Política econômica recessiva em vigor, do atrelamento ao FMI e da destruição deliberada do patrimônio e dos serviços públicos, favorecendo a um processo de privatização dos mesmos - carro chefe do atual governo federal.

Essas Políticas não se limitam às medidas tomadas pelo governo central em relação às políticas educacional, Ciência e Tecnologia e de Saúde sobre as quais incidem diretamente. também se expressam ao nível das administrações estaduais e municipais, onde adquirem contornos específicos em função da correlação de forças políticas entre os poderes locais.

No Congresso Nacional, palco em que os embates político-ideológicos institucionais se mostram mais contundentes, a definição de princípios e diretrizes que orientarão os instrumentos legais está subordinada ao jogo de interesses, fruto da correlação de forças hoje atuantes, desfavorável aos interesses da maioria da população brasileira, confrontando-se concepções distintas ou antagônicas de sociedade.

Este é o fato central que orientará nossa atuação enquanto sindicato, implicando na recuperação e defesa intransigente dos princípios que o tem norteado.

Princípios que foram adquirindo concretude durante a trajetória do movimento docente, evidenciando-se a construção coletiva de um projeto de universidade para o Brasil, e objetivados, por exemplo, na proposta de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira da ANDES SN em todos os graus e níveis e, recentemente, na formulação de propostas e posicionamentos ao temário da IX Conferência Nacional de Saúde.

A constatação de que tanto o projeto de LDB quanto a Lei Orgânica de Saúde não expressam, em grande parte, as nossas propostas, aliada à ação destrutiva contra a Saúde e ensino públicos, não justificam que se abra mão de nossos princípios norteadores pois isso implicaria em não assumir a parte de responsabilidade que temos na construção de uma nova ordem social.

Autonomia para uma universidade pública de qualidade

Está posto no XI Congresso da ANDES SN a necessidade de propor encaminhamentos efetivos para avançar a luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade a partir de discussão profunda dos problemas que atingem a universidade pública brasileira no contexto da Política educacional do governo.

A proposta do atual governo para a universidade pública, estreitamente vinculada ao seu projeto para o país, avança no processo de privatização. Em maio de 1990, dentro da reforma administrativa, propõe medidas que implicaram em redução de gastos com pessoal das IFES. Em março de 1991, dentro do "Projeto de Reconstrução Nacional: Brasil Novo". o então ministro Chiarelli, lança a proposta de uma nova Política para o Ensino Superior - o projetinho - resgatando a essência do Projeto Geres, que, ao contrário de sua denominação, era dirigido às Instituições Federais de Ensino Superior(IFES).

Com a saída de Carlos Chiarelli, assumiu o Ministério o professor Goldemberg, que vem dando continuidade, de forma mais contundente, à Política do governo com propostas para a autonomia universitária ("Emenda") e de um modelo para o financiamento das IFES. Suspendeu, também, no âmbito das mesmas, a nomeação e contratação de pessoal até 31 de março de 1992.

O movimento organizado na ANDES SN teve papel fundamental de barrar as propostas de privatização. Temos clareza que a autonomia universitária, nos termos da Constituição Federal, constitui-se também em barreira à concretização das propostas governamentais.

Assim, hoje, a luta em defesa da universidade pública gratuita e de qualidade deve ter como eixo central a defesa intransigente da autonomia universitária nos termos da Constituição Federal e sua efetiva implementação.

Enquanto os governos anteriores eram explicitamente contrários à autonomia universitária, o atual não é. O ministro José Goldemberg tem uma proposta para autonomia. Proposta que nada tem a ver com a concepção de autonomia universitária como mecanismo fundamental para a construção de uma universidade pública gratuita, de qualidade e voltada para a sociedade, definida na proposta de LDB da ANDES SN e (Caderno Andes nº 2).

Ainda em relação à autonomia universitária, está evidenciado que, mesmo sendo um preceito constitucional, vem sendo desrespeitada pelo governo. A continuidade da aplicação da legislação da época da ditadura militar na escolha dos dirigentes máximos das IFES, adotada também pelos governos estaduais quanto às Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), e a integração das IFES aos sistemas Sifsi-Siap, entre outros, são exemplos concretos disto.

Por um lado os governos desrespeitam a autonomia universitária, por outro lado, resguardadas as exceções, dirigentes da Instituição de Ensino Superior (IE), isoladamente e através de suas entidades (Crub e Andifes), não assumem a autonomia universitária, submetendo-se às ingerências dos governos. Exemplo flagrante ocorreu na última greve das IFES, quando da suspensão do repasse das verbas para pagamento dos salários.

Quanto à democratização no interior das IES, se houve avanços quanto à escolha de seus dirigentes (reitor, diretor, chefe de departamento, coordenador de curso, entre

outros), o mesmo não ocorreu em relação a sua estrutura administrativa, instâncias deliberativas, gestão de recursos financeiros e realização de processos estatuintes.

Ao contrário de outros setores do serviço público, o processo de privatização da universidade pública ocorre de forma indireta e escamoteada. A proliferação das fundações no interior das IES - enquanto fonte arrecadadora de recursos extra-orçamentários (públicos e/ou privados), convênios com empresas públicas e/ou privadas, venda de serviços como forma de complementação de verbas para pessoal e OCC, - significa cumplicidade com a Política de corte de verbas, desrespeitando preceitos constitucionais, e com a política de arrocho salarial.

É responsabilidade do movimento docente organizado na ANDES SN, combater intransigentemente esta Política, que responde a um projeto de universidade que impede o desenvolvimento acadêmico-científico e o cumprimento de seu papel social dentro dos princípios defendidos pelo nosso sindicato.

Quanto à avaliação institucional será retomado o texto aprovado no XXIII Conad, tendo em vista que os encaminhamentos não foram cumpridos em tempo hábil.

Às questões institucionais

O primeiro ponto a ser levantado refere-se à análise da dimensão que, na atual conjuntura, adquire as questões da avaliação institucional. A resposta a essa indagação é de suma importância porque não reduz o problema a seu aspecto técnico mas, ao contrário, enfatiza o papel político/estratégico que pode ter no enfrentamento que o movimento docente trava com a instância governamental.

O governo Collor, no intuito de encobrir seu descaso com as condições de funcionamento das IFES, desenvolve uma campanha pública para desmoralizá-la, criando condições para justificar o avanço da privatização. Para tanto tenta deslocar a questão da avaliação de seus focos essenciais, orientando-a, para aspectos com parâmetros extremamente questionáveis, relacionados à produtividade institucional e desempenho do trabalho docente, sem sequer contextualizá-la em vista das Políticas educacionais e das condições de infra-estrutura para desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Nega com isso a relação de condicionamento a que está submetido o fazer docente universitário e o próprio funcionamento da universidade como um todo.

Nestes termos já o X Congresso da ANDES SN reconheceu a necessidade de intensificar o processo de discussão sobre a avaliação institucional das IES. Com o objetivo de alcançar a elaboração de uma proposta concreta de avaliação, aprovou uma série de princípios norteadores e de encaminhamentos que se baseiam no projeto de Universidade da ANDES SN.

Enfatizou-se a necessidade de que o processo de avaliação seja contextualizado, visando definir a função social da universidade, os objetivos e metas dos departamentos, faculdades e das universidades e a avaliação do trabalho docente como um momento da avaliação institucional da IES, objetivando a reeducação das práticas e o embasamento das tomadas de decisão nas IES.

Ensino de 1º e 2º Graus

A edição de leis específicas para o ensino fundamental e médio (5.692/71) e para o ensino superior (5.540/68), com a conseqüente revogação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61), promoveu a ruptura do processo de construção de um sistema nacional de Educação.

A lei vigente relativa ao ensino de 1º e 2º graus gerada no contexto da ditadura militar impôs à estrutura de ensino o caráter profissionalizante compulsório e um tratamento tecnicista e burocrático. A inconsistência das mudanças impostas arbitrariamente levou à desorganização do sistema causando inclusive a perda de sua identidade.

O crescimento da demanda e a intensificação das pressões sociais obrigaram os governos a ampliarem o número de vagas na rede pública. Contudo, esta ampliação vem ocorrendo à custa da deterioração da qualidade uma vez que não vem sendo acompanhada da alocação dos recursos necessários. Isto expressa o descompromisso do poder público com a Educação.

Apesar de 17,8% da população na faixa etária de 7 a 14 anos (definida como escolaridade obrigatória) estar fora da escola, o investimento público em Educação reduz-se a 2,7% do PIB, enquanto os países desenvolvidos investem em média mais de 7%. Isto evidencia que a preocupação dos governantes consiste em manter a pressão em nível politicamente suportável.

A desqualificação do ensino fundamental e médio expressa-se não apenas na deficiência de recursos materiais, financeiros e humanos como também por uma Educação voltada essencialmente para o aprendizado reprodutivo e estático, desvinculado da busca de uma compreensão crítica da realidade e da capacitação para a transformação social.

Nas redes públicas as graves deficiências dificultam tanto o desenvolvimento da formação geral e técnica quanto o preparo para o acesso à universidade. Nas Instituições privadas, caracterizadas pela mercantilização do ensino, a preocupação com a qualidade, quando existe, é voltada essencialmente para a preparação aos exames vestibulares.

As deficiências do sistema educacional público, aliadas aos gravíssimos problemas socioeconômicos, têm gerado a exclusão da escola de parcela considerável da população, tanto pelo não ingresso quanto pela evasão. Os dados são reveladores: de cada 100 crianças que ingressam na 1ª série do 1º grau apenas 55 matriculam-se na 2ª série no ano seguinte, 11 concluem o 2º grau e 6 ingressam na universidade.

A deterioração dos salários, a precariedade das condições de trabalho, as deficiências na formação e as dificuldades para a qualificação dos profissionais da Educação retratam a situação perversa da Educação.

Diante desta situação os governos têm procurado eximir-se de suas responsabilidades alegando falta de recursos. As iniciativas quando tomadas são demagógicas e desvinculadas de um projeto global como, por exemplo, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e o Programa de Educação à Distância.

A iniciativa do governo Collor de construção dos CIAC's merece atenção especial por sua natureza demagógico-eleitoreira. Tal projeto, além de destituído de proposta pedagógica, não atende a necessidade de universalização da Educação fundamental e atribui à escola responsabilidades que são de outros setores do poder público e da sociedade.

O agravamento da crise econômica com a degeneração do poder aquisitivo da classe média e o aumento desmesurado das mensalidades das escolas privadas estão ensejando a procura da escola pública por aqueles que tradicionalmente eram usuários dos serviços educacionais particulares. Esta procura poderá contribuir para o aumento da pressão sobre o Estado no sentido da expansão das vagas e da melhoria da qualidade da rede pública, ainda que em algumas situações esteja se verificando um posicionamento equivocado de reivindicação de uma escola pública diferenciada para determinados grupos sociais.

Lei de Diretrizes e Bases

Ao lado de entidades representativas dos movimentos sociais organizados, acompanhamos em 1991, a exemplo do que vimos fazendo nos 3 últimos anos, o processo de elaboração e discussão da LDB no Congresso Nacional.

A participação da ANDES SN no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB representa uma das formas de enfrentamento no plano institucional que tem marcado nossa ação sindical. Esta atuação é decorrente da especificidade de nossa condição de trabalhadores de Educação. Enquanto tais, compete a nós parcela considerável de responsabilidade no encaminhamento, em conjunto com as demais categorias profissionais, da luta em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.

Um rápido balanço desta atuação mostra os avanços e retrocessos que caracterizaram este enfrentamento junto ao Parlamento. No início do período legislativo, o Projeto recebeu no plenário da Câmara 1263 emendas, entre as quais as do Fórum, que foram encaminhadas através de parlamentares do grupo que lhe é mais próximo. Sob a alegação de elevado número de emendas e presença de novos parlamentares, retornou o Projeto de LDB às três comissões técnicas onde já havia logrado aprovação em 1990, o que representou um grave retrocesso.

A correlação de forças, historicamente desfavorável aos defensores da causa da escola pública, tornou-se ainda mais desigual, agravada pelos interesses político-partidários em jogo, provocando alianças e negociações à margem desta causa e pela intensificação da ação do lobby dos empresários do ensino.

O ingresso no cenário do ministro da Educação José Goldemberg acentuou a interferência do Executivo junto às lideranças do bloco governista e seus aliados no sentido da não aprovação do Projeto de LDB em 1991. Reforçou também a posição dos parlamentares do mencionado bloco, que na comissão suprapartidária de negociação, resistiram à incorporação de emendas que melhorariam o Projeto do ponto de vista do Fórum de Entidades, além de suprimir dispositivos que representariam reais ganhos para a escola pública e gratuita em benefício da maioria da população.

No XXIII Conad foi denunciado que o ministro Goldemberg gostaria de ver o projeto assumindo menor abrangência e um caráter fragmentário, de forma a não se consubstanciar, na LDB, um obstáculo aos seus objetivos na área de Educação, o que foi confirmado quando da realização de Seminário no Hotel Glória (Rio de Janeiro, dezembro/91), com apoio do MEC. Desta forma, a sua ação tende a continuar privilegiando a adoção de medidas pontuais e limitando-se ao lançamento de projetos de impacto nitidamente eleitoreiras.

Em evento do Conselho Federal de Educação, em dezembro de 91, com a presença dos deputados Eraldo Tinoco, Eurides Brito e Angela Amim informou-se que um novo documento sobre LDB será elaborado.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB esteve em Plenária permanente durante o período legislativo de 91 e, dentro dos limites que sua mobilização permitida, exerceu pressão junto aos parlamentares em Brasília e em suas bases locais no sentido de ganhá-las para a causa da escola pública. Paralelamente, a sua atuação foi marcada pela elaboração e envio de emendas, pela análise do conjunto de emendas de plenário, tendo sido interlocutor privilegiado na Comissão de Educação. Eventos de massa foram promovidos tanto nos estados quanto em Brasília, onde um Ato Público em Defesa da LDB, em junho de 91, reuniu na rampa do Congresso cerca de 10 mil participantes.

O Fórum e muitas vezes a ANDES SN foram convidados para proferir palestras sobre LDB, a exemplo do que ocorreu na Conferência Brasileira de Educação.

A ANDES SN, através de seus Grupos de Trabalho de Política Nacional, esteve presente na organização de Fóruns Estaduais. Não obstante o esforço dispendido nesta atuação, assistiu-se, ao final do período legislativo sem que a LDB lograsse ao menos aprovação nas comissões técnicas, não tendo a comissão suprapartidária tampouco negociado um acordo que permitisse sua votação no plenário da Câmara.

Uma atuação ampla e substantiva - Contribuição da ADUFPB-JP

A partir da análise de conjuntura por nós proposta (ver Eppur si muove, Tema I, Texto 3), na qual há nitidamente a priorização de uma atuação Política de caráter mais amplo, e levando em conta as resoluções do XXIII CONAD bem como o fato de a LDB não ter sido ainda votada no Plenário da Câmara dos Deputados é preciso que este XI Congresso delibere encaminhamentos, e formas de implementá-los, que viabilizem uma ação da ANDES SN na direção pretendida, no âmbito da Política educacional.

Um ponto a ser abordado, ao nosso ver, diz respeito às novas atribuições - sem descuidar daquelas já desempenhadas ou propostas - que devem ser assumidas pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) e uma formulação mais definida da relação deste com a Diretoria Executiva de nosso sindicato. Uma vez que pretendemos enfatizar uma ação de cunho mais abrangente, faz-se necessário que o GTPE, mais do que nunca, assuma seu caráter de elaboração de propostas e de estratégias sobre a questão da Política educacional. Em termos de propostas, a consolidação feita no projeto LDB/ANDES SN é extremamente rica e consistente(1). Ao nos referirmos a estratégias queremos destacar o papel de nosso sindicato - juntamente com as outras organizações de trabalhadores em Educação no campo da CUT - assumindo ou não a liderança nesse processo, de explicitar a coerência dessa nossa proposta anteriormente mencionada - que prioriza a Educação pública, gratuita, laica e de qualidade e a luta pela instauração de uma carreira única, com piso nacional unificado, para todos os docentes de IES - com uma luta dos setores progressistas da sociedade em defesa da soberania nacional, pelo fim da recessão, do desemprego e pela valorização do trabalho.

Nesse processo, no qual sem dúvida dar-se-á o confronto entre visões diferenciadas - se não conflitantes - de Educação será necessária, inúmeras vezes, a intervenção da direção Política de nossa entidade. Isto exigirá que o relacionamento Grupo de Trabalho/Diretoria Executiva assumam novos patamares. Se, por um lado, pela dimensão nacional de nosso

sindicato há momentos em que ocorrem dificuldades efetivas para se realizar a convocação de instâncias de deliberação, por outro, é preciso que o caráter da delegação para elaborar atribuído pelo movimento docente ao GT não extrapole os limites que claramente devem estar estabelecidos. Para tanto, além da participação - majoritária ou exclusiva - na Coordenação do GT, que diz respeito mais especificamente à dinâmica de funcionamento do próprio grupo, é urgente que a diretoria da ANDES SN efetivamente discuta e se comprometa com o trabalho oriundo do GT. Claro que esse compromisso poderá em alguns momentos abranger divergências que devem ser manifestadas pela DE ao GT, quando ocorrerem, estabelecendo-se dessa forma um diálogo cujo produto será certamente uma atuação mais consistente - por ser mais solidamente fundamentada - do nosso sindicato na perspectiva almejada.

Na tramitação da LDB, que certamente será penosa neste ano que se inicia, com eleições municipais, somente uma atuação da ANDES SN ampla e substantiva, apresentando argumentação que mobilize a classe trabalhadora e os setores mais avançados da sociedade, será capaz de assegurar alguma possibilidade de conquista, à medida que viabilizará o fortalecimento do próprio Fórum em Defesa da Escola Pública na LDB e, talvez, até eventos de massa em torno dessa questão.

Nota (1) Com relação ao conteúdo do projeto, seria pertinente uma rediscussão no que diz respeito à nossa proposta de exercício pleno da autonomia pelas IES isoladas. Apenas para instigar a reflexão sobre este tema colocamos a seguinte indagação: como atribuir autonomia didático-científica plena a uma IES que não apresenta como característica organizativa a universalidade de campo?

DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA

Considerações e Encaminhamentos

Quanto à Universidade: Autonomia e democratização

- a) A Diretoria da ANDES SN deve coordenar a mobilização no Congresso Nacional no sentido de barrar alterações na Constituição Federal que sejam contrárias à autonomia universitária.
- b) As VPR's devem desencadear campanhas em defesa da autonomia universitária com amplo trabalho de mobilização, envolvendo a comunidade universitária e científica no sentido de formar um arco de alianças bem como os setores organizados da sociedade civil (comunidade científica, sindicatos, DNTE/CUT, etc) para mostrar o significado da proposta de destruição da universidade pública.
- c) As ADs devem pressionar as Administrações Superiores, CRUB e ANDIFES, no sentido de assumirem a defesa da autonomia universitária nos termos da Constituição Federal e da proposta da ANDES SN e sua implementação.
- d) Avaliar e lutar pelo processo de democratização no interior das IES em termos de reformulação dos estatutos (escolha de dirigentes e gestão) e formulação e execução da proposta orçamentária.
- e) Reafirmar a questão da transparência da gestão, inclusive como forma de luta contra a privatização.

Avaliação Institucional

A conjuntura das Instituições de Ensino Superior (IES) que determina a situação atual do trabalho, da carreira docente e da Política de capacitação de pessoal acaba fazendo prevalecer um viés corporativista no processo de avaliação do desempenho docente.

Reavaliar essas questões e até a posição do movimento é fundamental no momento em que o MEC insiste em impor padrões de avaliação arbitrários para a diferenciação das universidades públicas federais, segundo a sua "produtividade".

A avaliação institucional cujas diretrizes estão contidas no projeto de LDB da ANDES SN não poderá ser restringida a uma de suas dimensões. Portanto, avaliação de desempenho docente não significa avaliação institucional.

- a) Intensificar o debate sobre a questão da vinculação entre avaliação institucional e carreira docente, no sentido de estabelecer claramente a desvinculação entre a avaliação docente, como parte da avaliação institucional, e a progressão do docente na carreira.
- b) As ADs devem enviar às Vice-Presidências Regionais relatos de experiências de avaliação institucional das IES, bem como procurar realizar discussões com vistas à definição dos objetivos e metas da universidade, suas faculdades e departamentos, visando subsidiar seminários regionais, locais e estaduais sobre avaliação institucional.

c) Realizar seminários regionais sobre Avaliação Institucional convocados pelo Vice-Presidente Regional, antecedendo o próximo Conad. Os Relatórios deverão ser enviados ao GTPE/ANDES SN até 30 dias antes da realização do evento.

d) Realizar Seminário Nacional sobre Avaliação Institucional no XXIV Conad da ANDES SN, convidando-se representação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, dada a importância que o tema tem assumido na LDB.

e) O XI Congresso recomenda às ADs/S.Sind., enfaticamente, a urgência de empunhar a bandeira da avaliação institucional na Universidade contando com o envolvimento amplo dos setores da comunidade acadêmica (docentes, técnico administrativos e estudantes).

Quanto à L.D.B. (retomados do XXIII Conad):

a) Reiterar a discussão da LDB no interior do movimento docente, com os estudantes e sindicatos de trabalhadores na Educação a nível estadual e municipal;

b) Ampliar a mobilização para votação do projeto no primeiro semestre de 92;

c) Manter o acompanhamento constante da tramitação da LDB, em Brasília, com a presença de no mínimo, um diretor da ANDES SN e delegados de base, através de rodízio;

d) Mobilizar as AD/S.Sind. e os GTPE's a nível local e estadual para que desenvolvam ações de esclarecimento e de pressão junto aos parlamentares do Congresso Nacional, em particular os membros das comissões vinculadas à tramitação da LDB, no sentido de assegurar o apoio às propostas de interesse do movimento docente.

Quanto à atuação da ANDES SN

Reconhecendo a necessidade de se potencializar a articulação do movimento docente e sindical, para o encaminhamento das questões da Educação pública, gratuita, democrática e de qualidade nos três níveis de ensino, o GTPE da ANDES SN aponta procedimentos a curto e a médio prazos para o debate nos GTPE's locais que deveriam, de certo modo, ser incluídos num programa de trabalho, durante o ano de 1992.

Torna-se prioritário, portanto, que o GTPE/ANDES SN promova:

a) A centralização de informações relativas às ações de mobilização a nível regional, visando ampliar a defesa da escola pública transformando-a em movimento de massa;

b) A socialização das informações e indicação dos pontos fundamentais de debate e encaminhamento da luta, promovendo, assim, um movimento de circulação vertical e horizontal dessas informações;

c) O fortalecimento e reativação dos GTPE's das AD's através de solicitações explícitas da coordenação do GTPE/ANDES SN.

Os GTPE's devem investir no reforço aos Fóruns Estaduais e na ativação dos DETE's, tentando sobretudo realizar uma aglutinação de forças Políticas e um processo de ação conjunta e orgânica, para que se alcancem resultados concretos de mobilização a nível

dos municípios, dos Estados e a nível nacional, garantindo-se a aprovação e implementação da LDB, bem como a discussão de questões educacionais fundamentais.

a) Realizar eventos locais como momento de preparação para a participação dos Estados no II Seminário Nacional de Educação a ser realizado em Brasília, nos dias 28 e 29 de abril deste ano no auditório Petrônio Portela - Congresso Nacional. Recomenda-se que as ADs enviem delegações massivas para o mesmo.

b) Realizar campanhas para organização da ação popular em defesa da Escola Pública e intensificar a presença das AD's, através do seu GTPE, em eventos educacionais de âmbito sindical e acadêmico.

c) Defender junto ao Departamento Nacional de Trabalhadores da Educação da CUT a discussão das questões educacionais fundamentais com seus demais departamentos organizados.

d) Recomendar que as AD/S.Sind e VPR's contribuam, efetivamente, na fundação de Departamentos Estaduais de Trabalhadores da Educação/CUT;

e) Estruturar GTPE's a nível das VPR's a partir dos GTPE's já organizados localmente que incluam os docentes e, onde for possível os servidores técnico-administrativos e estudantes interessados em formar GTPE's;

f) Envolver efetivamente as AD/S.Sind no fortalecimento dos fóruns estaduais e municipais.

g) Enfatizar a necessidade de participação da ANDES SN e suas ADS SSIND no DNTE e demais instâncias do movimento sindical. Os GTs Sindicais (nacional, regional e local) devem oferecer subsídios;

h) Propor à CNTE e aos sindicatos de professores das redes públicas estadual e municipal, a elaboração de dossiê sobre a situação da escola pública que contribua para a luta contra a privatização;

i) Elaborar carta manifesto de denúncia nacional sobre os mais variados mecanismos que caracterizam o descomprometimento dos poderes públicos em relação à escola pública (propor à CUT, FASUBRA, CNTE);

Quanto ao Ensino de 1º e 2º Graus: Retorno das "camadas médias" à escola pública.

Considerações:

Observa-se que esta tendência se generaliza nacionalmente através da criação de escolas que se articulam com os poderes públicos (federal, estadual e municipal), estimuladas por esses poderes e que representam a privatização parcial ou integral de espaços e recursos públicos, reforçando, inclusive, uma concepção empresarial de gestão escolar, assumindo diferentes formas.

Na esteira dessa tendência, algumas reflexões gerais se fazem necessárias.

a) Desobrigação do Estado com relação ao sistema educacional público e, conseqüentemente, privatização da escola pública. Nesse ponto, impõe-se a discussão (da questão) das definições/relações: público x privado; público/estatal e estatal x privado.

b) Um argumento que tem sido indevidamente utilizado em favor das cooperativas, a alegação da existência de vagas ociosas nas escolas públicas. Observa-se aí uma grande contradição. Ocorre, na verdade, um processo de exclusão da população carente da rede pública de ensino motivada, por um lado, por problemas como localização inadequada das escolas, falta de meios que permitam aos mais pobres frequentá-las e sistemática de avaliação que exclui a maior parte desta clientela e, por outro lado, pela insuficiente oferta de vagas, descumprindo o preceito constitucional.

c) O reconhecimento do direito das camadas médias à escola pública e o impacto do seu retorno à mesma.

Encaminhar as seguintes questões para uma ampla discussão, sobre a atuação dos Colégios de Aplicação das Universidades:

1 - Escolas de elite para desenvolver metodologias educacionais de ponta?

2 - Escolas especializadas no atendimento à população mais carente ?

3 - Laboratórios privilegiados para a formação de professores ?

Cobrar dos reitores posicionamento sobre documento do MEC que considera treinamento de docentes como atividade de extensão;

Diante da gravidade e da urgência de respostas para as questões propõe o GTPE-ANDES SN:

a) Que se realize uma discussão nacional sobre o retorno das "camadas médias" à escola pública. Sugere que isso ocorra antes do II Seminário Nacional de Educação, na última semana de abril em Brasília, ou que o tema seja incluído em sua pauta.

b) Sugere também que se aborde o papel das escolas de aplicação das Universidades durante o II Seminário;

c) Que se discutam, também, os convênios de grupos privados com os estados e os municípios

d) Recomendar às AD's que levantem e denunciem em seus estados e municípios as distorções já existentes que afetam o funcionamento da escola pública de 1º e 2º graus decorrentes da desarticulação entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e da interferência financeira de pais e/ou empresas no ensino público, o que contraria o princípio constitucional de escola pública e gratuita para todos.

e) Recomendar às ADs campanha pelo envolvimento e empenho das Universidades públicas e do MD na recuperação e desenvolvimento global das redes públicas de 1º e 2º graus, inclusive na discussão dos seus aspectos orçamentários junto a governos estaduais, Assembleias Legislativas, prefeituras e Câmara de Vereadores.

f) Considerar a alternativa de atribuição de recursos para que as IFES possam colaborar de uma forma mais efetiva na melhoria da qualidade das escolas públicas de 1º e 2º graus;

g) "Participação da ANDES SN e do DNTE/CUT na organização de eventos de massa que caracterizem a escola pública, gratuita e de qualidade como bandeira da sociedade civil organizada".

RECOMENDAÇÕES AO GTPE

1 - Buscar informações sobre o projeto SAPIENS (CESGRANRIO) e provocar discussão em ocasião oportuna;

2 - Apontar a questão das cooperativas como problema grave. Indicar o aprofundamento do problema em todos os níveis. Coordenar dossiê sobre o assunto. Incentivar participação no II Seminário Nacional de Educação para debater o tema.

3 - Listar os encaminhamentos propostos por instância a que eles se dirigem (ex.: ADs, ANDES SN, Fóruns, etc), diferentemente da proposta apresentada, que os elenca, às vezes, por assunto (LDB, etc).

4 - Recomendar que se inicie a discussão nas ADs, sobre os CIACs.

RELATÓRIO SETOR FEDERAIS

I. Questão Salarial

- reafirmar a proposta da pauta protocolada no MEC;
- discutir e apresentar no XXIV CONAD proposta para o Piso Salarial Constitucional;
- conjuntamente com os servidores Públicos Federais trabalhar a reposição das perdas salariais e Política salarial.

II. Defesa do Serviço Público em conjunto com os Servidores Públicos Federais

- contra a privatização
- contra o emendão
- em defesa da manutenção da aposentadoria por tempo de serviço

III Em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade

3.1 Em defesa da autonomia universitária

- contra a modificações no art. 207 da Constituição Federal que garante a autonomia universitária;
- no plano interno da comunidade universitária envolver os três segmentos e Conselhos superiores em defesa da autonomia universitária;
- pressão no Congresso Nacional para rejeição da proposta/EMENDÃO para o art. 207, trabalhando inclusive as bancadas parlamentares nos seus estados de origem;
- trabalhar no sentido de formar um arco de alianças envolvendo os setores organizados da sociedade civil (comunidade científica, sindicatos, DNTE/CUT etc) para mostrar o significado da proposta de destruição da Universidade Pública;
- pressionar as administrações universitárias, CRUB e ANDIFES, no sentido de assumirem a defesa da autonomia universitária nos termos da Constituição Federal e da proposta da ANDES SN e sua implementação;
- Avaliar e lutar pelo processo de democratização no interior das IFES em termos de reformulação dos estatutos (escolha de dirigentes e gestão) e formulação e execução da proposta orçamentária.

3.2. Proposta do MEC para o financiamento das Universidades Públicas federais.

- O XI Congresso rejeita o modelo de financiamento - MEC homologando assim deliberação do setor das federais em reunião realizada dias 14 e 15 de dezembro de 1.991 e delibera que a ANDES SN não apresente nenhuma proposta alternativa ao Modelo proposto pelo MEC;
- pressionar os Conselhos Superiores das IFES para a rejeição do modelo de financiamento/MEC numa articulação com estudantes e servidores técnico-administrativos;

- encaminhar para todas as ADS SSIND, a fim de subsidiar a discussão e mobilização do Movimento Docente, estudantil e dos Técnicos-Administrativo, o documento da ADUFSCar "Modelo do MEC para o financiamento das IFES: uma análise crítica", adequando-o a deliberação do XI Congresso de que a ANDES SN não construa nenhuma proposta alternativa ao modelo apresentado pelo MEC. Deverá ser enviado, também, os documentos do GT-Verbas.

- denúncia pública (através da imprensa) à sociedade do significado da implantação desse projeto de financiamento das Universidades.

- denúncia ao Congresso Nacional, vinculando a contestação ao Projeto de Financiamento.

3.3- CIACs

- que o MD discuta politicamente o projeto CIACS a adoção pelas Universidades desse projeto.

- que essa discussão se dê na perspectiva de rejeição desse projeto e de qualquer outro que não tenha sido amplamente discutido no interior do MD e na perspectiva também, de elaboração pelas Universidades, de projetos alternativos, visando a melhoria da qualidade de ensino, que trabalhem na rede pública existente. Esses projetos deveriam ser enviados ao MEC em contraposição ao Projeto CIACS, obrigando-o assim a assumir o compromisso real da escola pública democrática e de qualidade. Esses projetos podem envolver (assim como no caso do projeto CIACS) o comprometimento das secretarias Estaduais e Municipais de Educação (ou seja, os governos estaduais e municipais)

O GT Política Educacional deverá subsidiar a discussão.

- que o MD articule-se com sindicatos de professores de 1º e 2º graus (diretamente envolvidas com a questão) e outros setores da sociedade civil no sentido de discutir esses projetos especiais e a necessidade de contrapor alternativas mais democráticas eficientes e eficazes.

3.4 - Cargos de Direção (CDs) e Funções Gratificadas (FGs)

Trabalhar no interior das IFES a questão das CDs e FGs segundo os princípios e posições deliberadas em congressos da ANDES- SN.

IV - Campanha/IFES

- deflagração de campanha (cartazes, folders, etc) contemplando os eixos de lutas: salário; autonomia e financiamento. A proposta da campanha será apresentada na próxima reunião do Setor das IFES a ser realizada no dia 14 de 03/92 em Brasília;

- destinar os recursos da Comissão Nacional de Mobilização - CNM para o financiamento da campanha;

- às 17 parcelas/cotas de contribuição da CNM deverão ser pagas com correção/ICV/DIEESE automática a partir do dia 17 de fevereiro de 1.992. Face não se ter ainda estimativa quanto ao montante de recursos necessários à campanha, o número de parcelas/cota de contribuição poder, após avaliação do Setor das IFES, ser reconsiderado.

V - Cronograma

-14/Março/92 - Reunião do Setor das Federais em Brasília.

-15/Março/92 - Plenária dos Servidores Públicos Federais em Brasília;

-04/05 e 06 de maio/92 - Encontro convocado pela CUT dos Servidores Públicos Federais a ser realizado em Belo Horizonte.

RECOMENDAÇÕES

- que a ANDES SN inclua entre as prioridades das lutas de 92, uma campanha contrária à tentativa (no emendão) de desvincular os reajustes dos aposentados daqueles dos SPFs ativos.

- que as ADS SSIND discutam o fato de professores aposentados estarem participando dos concursos públicos para docentes nas IFES, devendo encaminhar o resultado das discussões para o XXIV CONAD.

SAÚDE

Romper a Trajetória de Privatização da Previdência e Saúde

A implementação da Política liberal pelo governo federal e sua reprodução nos estados tem agravado, sensivelmente, as condições de vida e de Saúde da população brasileira. O direito à atenção e à Saúde tem sido progressivamente subtraído dessa maioria, não somente pela não implementação do Sistema Único de Saúde segundo os princípios definidos pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, e consagrados pela Constituição e Lei Orgânica do SUS, mas também pelo contínuo descompromisso do Estado com suas funções sociais, distorcendo-as quando diz aplicá-las, como denunciemos por ocasião do XXIII Conad e em encontros anteriores da ANDES SN.

Tal ação Política tem criado as condições favoráveis para o recrudescimento das epidemias, do desemprego, da fome e da miséria. É neste quadro de piora dos indicadores sociais e econômicos que a sociedade se vê impedida a dar um efetivo passo para a implantação de um sistema de Saúde que garanta o direito dos cidadãos.

Especificamente em relação a Previdência que deve ser entendida em conjunto com a problemática do SUS, o governo enviou ao Congresso Nacional projetos de lei que tem como um dos seus efeitos a redução das fontes de custeio da seguridade social, estabelecendo condições para a privatização da Previdência e da Saúde e para a inviabilização do SUS e, por consequência, restringindo ainda mais o direito do cidadão à uma vida digna.

O exemplo mais recente e que merece o nosso repúdio, é a negação do direito dos pensionistas e aposentados ao reajuste de 147% e o envio de projeto de lei que prevê o aumento das contribuições ao INSS pelos trabalhadores e empresários e a criação de desconto nos benefícios dos pensionistas e aposentados, como a única forma de que o governo dispõe para gerar recursos.

O que hoje se coloca como fonte de recursos do INSS, tem que ser entendido de forma mais ampla. A opção do governo em atender aos anseios dos credores externos e internos, aliada a Política de recessão e de desmonte do Estado tem permitido que a arrecadação do órgão, hoje baseada essencialmente no salário do trabalhador, caia verticalmente.

Se há desemprego crescente e arrocho salarial, simultaneamente à liberação do preço dos insumos, temos aí uma primeira inviabilização.

Por outro lado, a parcela que cabe aos patrões e sonogada com insistência e a posteriori anistiada.

A prática de fraude sem punição e os desvios dos recursos que variam desde a aplicação em comida para cães do exército até a construção de CIACs, configuram o quadro. Em toda área social as fraudes e desvios tem sido premiadas pelo governo com novos cargos para os dirigentes. LBA, bicicletas, filtros, automóveis tendem cair no esquecimento porque a corrupção e a impunidade são marcos registrado desse governo.

Do mesmo modo, a falta de recursos, utilizada pelo Ministério da Saúde para justificar o não repasse de verbas aos prestadores de serviços ao SUS, o que tem levado a que

estes deixem de prestar atendimento à população ocasionando, em algumas cidades, um verdadeiro colapso.

A sociedade brasileira vem assistindo às mais variadas formas de corrupção, favorecimentos e desvios de recursos financeiros e, da mesma forma que no INSS, prevalece a impunidade. Reafirmamos nossas propostas do XXIII CONAD de fontes de financiamento diferenciadas, que desobriguem a supercontribuição dos trabalhadores, bem como a de garantir destinação de recursos adequados para financiar a Saúde, através dos quais o Estado, nos seus três níveis, cumpra as suas responsabilidades, respeitando os preceitos constitucionais e a legislação em vigor. É necessário, também reafirmar a nossa oposição à adoção de modelos de financiamento que se contraponham aos objetivos sociais do SUS, de forma que minimamente seja garantido o repasse em duodécimos, sem atrasos.

Pela realização da 9ª Conferência Nacional de Saúde

As ações do governo federal tem demonstrado, claramente, a sua intenção de não só adiar a realização da 9ª Conferência, mas de inviabilizá-la bem como de não implementar as deliberações dela emanadas. Várias vezes adiada em sua etapa nacional (as etapas municipais e estaduais concluíram em setembro/91), a não realização da 9ª Conferência mesmo após a deliberação do Conselho Nacional de Saúde que marcou-a para o período de 9 a 13 de dezembro último, representa uma afronta à Constituição Federal, às instâncias colegiadas do SUS, bem como à toda sociedade. Faz-se necessário que as ações do CNS e a própria Plenária Nacional de Saúde sejam mais agressivas, e menos contemporizadoras, para que as manobras do governo com o sentido de aumentar as quotas de contribuição e o projeto de privatização de Previdência não sejam apreciadas antes da Conferência.

Diante da crise que afeta o setor Saúde e, por conseguinte toda a população, denunciemos o descaso e as manobras protelatórias do Ministério da Saúde que não permitiram a continuidade das discussões realizadas nas etapas municipal e estadual que culminariam com a realização da etapa nacional. Manifestamos nossa firme posição frente às secretarias municipais e estaduais, ao ministério da Saúde e ao legislativo e defendemos a realização da 9ª Conferência, já.

O papel dos Hospitais Universitários

Durante o XXIII CONAD, firmamos posição em relação ao papel dos hospitais universitários. Deveriam ser integrados ao SUS sem perder sua função precípua de instrumentos do processo ensino-aprendizagem. Naquela oportunidade denunciemos que o seu financiamento já não estava sendo feito pelo governo e apontamos para os graves prejuízos ao ensino, à pesquisa e à qualidade da assistência prestada, decorrentes da geração de recursos através da celebração de convênios e do aumento do número de atendimentos. Tal procedimento tem gerado mecanismos perniciosos, como o pagamento por produtividade e criação de fundações paralelas, que vem aumentar ainda mais os prejuízos às funções e condições das HUs.

Faz-se portanto, necessário implementar a discussão das funções e condições dos hospitais universitários, bem como ações concretas do movimento docente, no sentido de

esclarecer a opinião pública e a comunidade universitária, com o objetivo de reforçar as nossas posições junto ao governo.

Encaminhamentos:

- 1 - Realização do Fórum Popular de Saúde, até o final de abril/92, tendo em vista a não realização 9ª CNS;
- 2 - Continuar exigindo a realização da 9ª Conferência Nacional de Saúde;
- 3 - Que as AD's S. Sind. realizem discussões locais sobre Política de Saúde envolvendo a problemática dos HUs;
- 4 - Que as AD's S. Sind. desenvolvam ações no sentido de sensibilizar a opinião pública, sobre o descaso dos governos em relação aos HUs;
- 5 - Que o custeio dos HUs, entendido como instrumento do ensino, pesquisa e extensão, também tenha a mesma fonte financiadora que as respectivas IES.
- 6 - Defender a eleição direta em todos os níveis;
- 7 - Que a ANDES SN utilize mecanismos legais no sentido de acionar o governo para que o mesmo cumpra a Constituição Federal em relação à realização da IX CNS;
- 8 - Defender a democratização dos regimentos dos HUs e que este contemple na formação dos Conselhos Diretivos, a representação de todos os segmentos da comunidade universitária e de representantes de usuários;
- 9 - Propor ao Congresso Nacional, a instalação da CPI de corrupção na Previdência e Saúde;
- 10 - Exigir a punição dos responsáveis pelos atos de corrupção, fraude, sonegação, etc.;
- 11 - Que a Plenária Nacional de Saúde acompanhe de forma contínua as discussões no Congresso Nacional referentes à Previdência e Saúde.

Recomendações:

- 01 - Que seja enfatizada nas próximas elaborações do GT Saúde as conseqüências da Política de Saúde sobre as ações na formação de recursos humanos.
- 02 - Que o MD perceba a questão de Saúde como um aspecto a ser priorizado por todos os segmentos da universidade, tendo em vista o grave quadro epidemiológico da sociedade brasileiras, o que afeta a todos enquanto usuários dos serviços de Saúde.
- 03 - Que a ANDES SN encaminhe um discussão sobre a privatização dos leitos e demais serviços (fundações) no âmbito do hospital público.
- 04 - Criação de GT - Saúde nas ADs-ss.
- 05 - Que as AD's, na qualidade de usuários do SUS, busquem integrar os Conselhos de Saúde (Municipais e estaduais) ou que participem do processo de criação dos mesmos, onde não existam.
- 06 - Exigir que o governo explicita a Política para os HUs.
- 07 - Buscar integração dos militantes do movimento sanitário nos GTs Saúde das ADs e da ANDES SN.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A pesquisa científica no Brasil está, tanto na concepção quanto na execução, numa situação calamitosa.

Na sua concepção, a Política de Ciência e Tecnologia do Governo Collor se caracteriza pela subordinação a um projeto econômico neoliberal que dispensa o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia Nacional. A pesquisa de Ciência e Tecnologia para este governo, deverá estar submetida ao projeto de universidade-empresa com monitoramento da pesquisa pelas próprias empresas. Os recursos públicos estão sendo canalizados por este governo ao setor privado, o que pode ser demonstrado pela alocação de recursos para o setor nestes anos de governo Collor. A relação da Ciência e Tecnologia é com o mercado. Primeiro define-se uma Política comercial que visa inserir o Brasil na economia mundial. Para tal abre-se indiscriminadamente o nosso mercado interno e se estabelece uma Política industrial que pretende ser moderna e competitiva a nível internacional. No entanto, esta inserção não tem qualquer compromisso com o resgate da imensa dívida social que a classe dominante tem com a grande maioria da população brasileira. Em decorrência, subordinada a essa concepção, se enquadra toda a Política social, aí incluídos os setores da Educação, Saúde e da Ciência e Tecnologia. Não são os objetivos sociais que definem o projeto científico nacional e ele perde, portanto, seu caráter crítico e transformador.

Esta concepção, expressa já nos primeiros meses do atual governo, é reafirmada no "Projeto de Reconstrução Nacional" apresentado no primeiro semestre do ano passado ano. Neste projeto, Ciência e Tecnologia é um dos itens apresentados para o que é intitulado de "Reestruturação Competitiva". O objetivo da Política de Pesquisa e Desenvolvimento é a busca da eficiência e competitividade pelas empresas. A característica metodológica desta visão de pesquisa é o reducionismo: as tarefas de um Estado moderno são reduzidas a uma questão de gerenciamento empresarial. Ciência e Tecnologia é um mero acessório tático de uma estratégia para a Política Industrial e de Comércio Exterior. Não é de surpreender, portanto, que o papel da universidade nesta Política seja apenas o de um elemento externo, cuja função reduz-se à formação de recursos humanos ou à realização de pesquisas de interesse comercial e direcionadas pelas empresas.

Uma medida que parece constituir um eixo fundamental da Política do governo, defendida e apresentada como inovadora pelo atual Ministro da Educação, propõe o estabelecimento de linhas de crédito atraentes - juros baixos e longo prazo de pagamento - às indústrias para que elas apliquem em desenvolvimento tecnológico.

O desdobramento dessa Política aponta para duas possibilidades. A de efeito mais imediato, consistiria no desenvolvimento do setor através da importação de pacotes tecnológicos. Essa é a situação que vem caracterizando o uso de tecnologia em nosso país. Neste caso não existe pesquisa tecnológica própria e assim sendo a persistência dessa prática não faz mais do que reproduzir, e inclusive ampliar, nossa dependência em relação às tecnologias elaboradas no exterior.

Uma segunda hipótese joga com a idéia de que o empresariado empregaria este dinheiro na realização de projetos de desenvolvimento tecnológico próprio, envolvendo tanto a pesquisa quanto o emprego de seus resultados no processo produtivo. A suposição de que esse recurso seria empregado com tal objetivo é altamente questionável e não se sustenta face à nossa realidade histórica. O empresariado brasileiro não tem tradição no campo da pesquisa e reiteradamente tem dado preferência à compra de pacotes tecnológicos. Neste quadro de cultura empresarial, é praticamente certo que esse aperto financeiro será direcionado para outras atividades, inclusive especulativas, tal como vem ocorrendo com outras formas de subsídios.

Na execução da Política de Ciência e Tecnologia estamos sendo testemunhas da destruição daquilo que, com muito esforço, se conseguiu construir na área da pesquisa científica no Brasil. Esta destruição, que para alguns pode parecer um sinal de incompetência ou manifestação do desgoverno em que nos encontramos, resulta ser um elemento eficaz para os propósitos daquela inserção subordinada à economia dos países desenvolvidos segundo a concepção exposta anteriormente.

A retórica da modernização satura a atuação do governo. Assim sendo, na área da Ciência e Tecnologia, acena-se com o aumento dos investimentos, com a agilização e a racionalização do sistema e com a abertura de novas frentes de atuação. Na prática, a situação é bastante diferente daquela que tem sido alardeada.

Os recursos destinados à área encontram-se muito aquém do montante necessário a uma Política de desenvolvimento científico auto sustentada. Isto pode ser facilmente visualizado através dos indicadores relativos ao setor. Enquanto os países desenvolvidos investem cerca de 2% a 3% do PIB em Ciência e Tecnologia, o Brasil, sob o governo Collor, não destina mais do que 0,4% a 0,7%, o que é absolutamente insatisfatório.

As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que podem servir para ampliar e consolidar os sistemas estaduais de Ciência e Tecnologia, enfrentam, em diversos estados, grandes dificuldades seja pela não regulamentação dos dispositivos constitucionais sobre o assunto, seja pelos impecilhos ao repasse regular de verbas seja pelo seu desvio.

No início do Governo Collor, a Secretaria de Ciência e Tecnologia apresentou um Plano Plurianual 1991/1995 no qual se estabelece como meta passar dos atuais 0,7% do PIB para 1,65% os recursos aplicados em Ciência e Tecnologia. Qual a situação atual? A proposta orçamentária elaborada pelo CNPq previa um crescimento real de 15%, mas o governo, ao encaminhar a proposta ao Congresso, reduziu a proposta a níveis que representam apenas 50% do realizado em 1991. Esta redução levou o CNPq a anunciar a interrupção, a partir de março deste ano, do pagamento de bolsas de pesquisa, sobretudo as de Mestrado e Doutorado, ameaçando de falência o principal agente de geração de conhecimento científico e tecnológico do país. Não há qualquer surpresa em tal engodo. Afinal, a trajetória Política de Collor e das forças Políticas que sempre o apoiaram não permite qualquer crédito de confiança às suas promessas. A presença de pessoas de renome na comunidade científica, avalizando tais promessas, não altera a situação apenas a torna mais evidente.

Além de insuficientes os recursos programados não têm sido encaminhados às Instituições e órgãos competentes. As interrupções nos repasses financeiros colocam em permanente sobressalto os agentes ligados às atividades de Ciência e Tecnologia. De um modo geral, todo o sistema de financiamento padece de falta de estabilidade e

credibilidade gerando um clima de inquietação e pessimismo quanto ao futuro imediato das áreas envolvidas. Tal situação, reforçada pela já mencionada presença de cientistas de renome em postos do governo tem levado setores da comunidade científica a serem passíveis de cooptação pela proposta governamental. Os cursos de pós-graduação não têm como se sustentar em tal situação, colocando em risco um trabalho acumulado na qualificação de pessoal de alto nível.

Infelizmente, os protestos das associações científicas, sob a liderança da SBPC, não têm surtido efeito para reverter a situação.

O que foi dito até aqui sobre a Política de pesquisa vale também para o ensino superior, afinal universidade e pesquisa estão intimamente ligadas. No Brasil quase toda pesquisa científica é feita nas universidades públicas.

O tratamento dado pelo governo às universidades públicas - ao lhes negar os recursos necessários - ameaça estas Instituições que são as principais geradoras da produção científica do país. O projeto de modernidade do governo propõe a privatização do ensino superior público pretendendo que isto seria ao mesmo tempo mais eficiente e socialmente mais justo. Entretanto, o sistema de ensino superior privado, em sua quase totalidade, pela sua visão empresarial da Educação não só não promove pesquisa, como também não tem formado recursos humanos qualificados.

Estas ações não são isoladas. Ela consolida um projeto político perverso, mas coerente, dentro da lógica do atual governo. O elo mais próximo dessa Política destrutiva é o desmonte da universidade pública, que por sua vez é a continuação da destruição do ensino público em geral através da adoção, pelas universidades de um modelo de administração e gerenciamento empresarial que as obriga a captar recursos, sobretudo através da venda de serviços à iniciativa privada.

A Política de pesquisa que defendemos tem como suporte fundamental as universidades e outras Instituições públicas de pesquisa, que também são alvos do descaso do Governo. A indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão constitui ponto importante de nossa proposta de universidade. A pesquisa científica e sua aplicação social têm que ser apoiadas e garantidas a sua independência diante das questões de mercado. A autonomia da universidade exige que haja recursos orçamentários suficientes para que ela possa definir suas linhas de pesquisa e fazer, sem subordinação, a interação universidade-empresa. A Educação tecnológica realizada pelas IES, por exemplo, nos CEFETs, deve não só apontar para a sua relação necessária com o sistema produtivo e empresarial, mas fundamentalmente, para contribuição de Ciência e Tecnologia a luta da classe trabalhadora para a construção de uma nova sociedade.

A ANDES SN deverá dar atenção especial ao desenvolvimento e independência tecnológica em áreas de pesquisa básica, atuando junto ao Congresso Nacional no sentido de impedir a aprovação do projeto de Lei nº 824 que "Regula Direitos e Obrigações Relativas à Propriedade Industrial" (Lei das Patentes)

A ação da ANDES SN é necessária porque a aprovação deste Projeto de Lei compromete a independência tecnológica do país, amplia a erosão genética já em curso, inviabiliza a sobrevivência da pequena produção, aprofundando o empobrecimento do terceiro mundo.

Um outro aspecto ao qual a ANDES SN deve dar atenção é a questão do meio ambiente e desenvolvimento.

A ANDES SN, enquanto entidade voltada para a defesa da democracia e do direito à plena cidadania deve, além de consolidar a luta sindical, ampliar sua atuação no campo ambiental, participando dos fóruns da sociedade civil, dando sua contribuição para que se reverta o quadro de subdesenvolvimento em que o país se encontra, apesar da farsa do discurso modernizante e neoliberal do governo. Pela própria composição da categoria que representa, reunindo um universo de diversas especialidades responsáveis pelo desenvolvimento do país, a entidade deve, neste Congresso, introduzir a discussão do meio ambiente e desenvolvimento, em todos os temas específicos a serem considerados, pois são assuntos estreitamente correlacionados e como tal devem ser analisados.

Por estarmos sempre pressionados por Políticas que estrangulam os orçamentos voltados para Ciência e Tecnologia, até mesmo aqueles recursos previstos pela Constituição, a ANDES SN tem até o momento se preocupado mais em interferir no processo de cumprimento da legislação no que diz respeito às verbas para este setor. No entanto, não podemos esquecer que a aplicação dessas verbas deve impulsionar um modelo de desenvolvimento que garanta um meio ambiente ecologicamente equilibrado, disponível às presentes e futuras gerações, e que esteja comprometido em assegurar o direito à sadia qualidade de vida, como prevê a Constituição Federal.

Encaminhamentos:

1. Rearticulação do GT Ciência e Tecnologia da ANDES SN;
2. Recomendação de criação ou reativação de GTs de Ciência e Tecnologia nas AD/S.Sind, acompanhada de subsídios para a discussão;
3. Participação e acompanhamento na política e eventos sobre Ciência e Tecnologia nacionais, estaduais, regionais ou institucionais.
4. Acompanhamento das questões ambientais, com participação nos eventos da ECO-92 (Fórum Global). Esta participação será:
 - 4.1 participando nos eventos das ONGs através das Regionais, e do GT de Ciência e Tecnologia;
 - 4.2 Seminários durante o evento.
5. Articulação do trabalho de Ciência e Tecnologia com o do GTPE
6. Que o GT de Ciência e Tecnologia promova, com o apoio da Diretoria da Andes, uma série de reuniões Seminários e debates, em diversas IES do país e em outros fóruns apropriados, no sentido de definir uma proposta da Andes para a Política de Ciência e Tecnologia.
7. Articulação dos GTs de Política Sindical e Educacional e com a participação da CUT Nacional para a realização de uma Conferência nacional sobre os impactos sócio-ambientais das novas tecnologias por seus efeitos reais e potenciais que representam para todos os trabalhadores. Esta Conferência seria seguida de um Seminário sobre o tema, a ser realizado no XII Congresso da ANDES SN.

8. Promoção pelo GT de Ciência e Tecnologia de um estudo aprofundado sobre a fundação da UNIEMP e a questão da autonomia da Universidade em relação à definição e priorização de linhas de pesquisa.
9. Estabelecer maior intercâmbio com as sociedades científicas em geral.
10. Recomenda-se que o GT de Ciência e Tecnologia encaminhe uma discussão envolvendo as ADS SSIND sobre patentes e propriedade de produto (Variedades, etc).
11. Realização de um Seminário sobre "Patentes/Propriedades de produtos (variedades, etc)" antecedendo o XXIV CONAD. Este Seminário e a discussão a nível de GT e Ciência e Tecnologia da ANDES SN e das ADS SSIND visam também armar nosso sindicato para intervir no Congresso Nacional.

PLENÁRIA TEMA III - CARREIRA DOCENTE

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de 1992, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, às vinte e duas horas e quinze minutos, havendo quorum regimental de 198 delegados, foi instalada a Plenária do Tema IV do XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL. A Mesa Coordenadora da Plenária foi composta pelos Professores Luiz Paiva Carapeto, Presidente; Moacir Feitosa, Vice Presidente; Milena Martinez, 1ª Secretária, e Zelma Tomazi, 2ª Secretária. Dando início aos trabalhos da Plenária o Prof. Luiz Carapeto, Presidente da Mesa, propôs a suspensão dos trabalhos até às nove (09) horas do dia 22 de fevereiro do corrente ano. Posta em discussão, a proposta foi aprovada por maioria, com seis (06) votos contrários e cinco (05) abstenções. Reinstalada, às nove horas e trinta e cinco minutos do dia 22 de fevereiro, inicialmente foi deliberado que se discutiria os Princípios para Carreira Docente e que o XI Congresso delibera sobre os Princípios discutidos. Abertas as discussões foram aprovados os que se seguem: 1 - Carreira única para os docentes das IES Federais, Estaduais, articular e 1º, 2º e 3º Graus. 2 - Ingresso na Carreira Docente somente por Concurso Público. 3 - Que a estrutura de Carreira Docente tenha como princípio essencial a exigência de titulação. 4 - Carreira estruturada levando em consideração a titulação e o desempenho acadêmico. 5 - A progressão para o último estágio da classe deve se dar por concurso público. Este princípio foi aprovado com duas (02) declarações de voto, que se constituem em anexos dessa Ata. 6 - Definição de uma Política de capacitação de docentes simultaneamente à discussão sobre o Projeto de carreira Docente. 7 - Avaliação do corpo docente para garantir um processo contínuo de capacitação nas IES. 8 - Para classes diferenciadas, as atribuições acadêmicas devem ser diferenciadas. 9 - O regime de dedicação exclusiva deve ser adotado preferencialmente para o contrato de docentes nas IES. 10 - O regime de trabalho deve ser de vinte (20) e dedicação exclusiva. 11 - Manter a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. 12 - Para a elaboração dos critérios, ter como base A PROPOSTA DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES E DA ANDES PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA, Cadernos ANDES Nº 2. 13 - Isonomia de remuneração entre os docentes das IES. 14 - O modelo de Carreira que o MD definir, deverá contemplar um período de transição exigir uma Política nacional de capacitação. Aprovou-se as seguintes recomendações: 1 - Que o GT Política Educacional e o GT Carreira elaborem um documento que demonstre claramente a quem não interessa a avaliação institucional. As discussões sobre o Cronograma levaram ao seguinte resultado: Que durante os meses de abril e maio, em datas a serem definidas pelo GT Carreira, se darão: 1 - discussões nas ADS SSIND, inclusive com formação de GT's locais. 2 - compatibilização, pelo GT Carreira, das propostas enviadas pelas ADS SSIND. 3 - Discussões, nas ADS SSIND, do material sistematizado e envio de novas contribuições. 4 - Sistematização e consolidação das atribuições das ADS SSIND e elaboração do texto para o XXIV CONAD. O Plenário remeteu para discussão na Plenária do Tema IV de um Seminário intitulado QUAL O PERFIL DA UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS. Definiu-se, ainda que o limite de tempo para a deliberação final sobre Carreira Docente, no XXIV CONAD. Passou-se, então, a discussão dos anexos do Caderno de Textos do XI Congresso. O ANEXO 1 - ANTEPROJETO DE LEI/CARREIRA ÚNICA, servirá como subsídio para a discussão sobre Carreira Docente a ser desenvolvida no MD. O ANEXO 2

- PROPOSTA DE ESTRUTURA POR CLASSES, servirá como subsídio para a discussão sobre Carreira Docente a ser desenvolvida no MD. O ANEXO 3 - ESTRUTURA POR CLASSES E NÍVEIS, servirá como subsídio para a discussão sobre Carreira Docente a ser desenvolvida no MD. O ANEXO 4 - PROPOSTA DE ESTRUTURA POR NÍVEIS, foi rejeitada e não deve ser considerada nas discussões sobre o assunto no MD. Finalmente, a Plenária deliberou pela aprovação na íntegra do Texto CONSTRUIR UMA CARREIRA ÚNICA, página 39 do Caderno de Textos, e que o Texto "Que o XI Congresso estabeleça os princípios para a carreira" somente deve contar nos Anais do XI Congresso. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar o Prof. Carapeto deu por encerrada a Plenária e, eu, Profa Zelma Tomazi, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada. Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992.

ANEXO I

Declaração de Voto do Delegado Ivan Neves - ADUFPA SSIND

Por entender que este princípio - concurso público para o último estágio da Carreira Docente - deva ser então aplicado para mudança de qualquer nível com o que não concordo, uma vez que o último estágio como qualquer outro intermediário pertencem à carreira docente, cujo o ingresso se dê por concurso".

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992.

ANEXO II

Declaração de Voto do Delegado Cláudio Scherer - ADUFRGS SSIND

Votei contra a definição do princípio "A progressão para o último estágio da Carreira deve ser por concurso público" não por ser contra o mérito de seu conteúdo mas por considerar que: 1 - não se trata de um princípio; 2 - não há uma posição claramente majoritária no MD quanto ao assunto.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992.

RELATÓRIO TEMA III

Construir uma carreira única - Proposta da Diretora

A construção de uma carreira única para os docentes das Instituições de ensino superior (IES), independente do grau em que atuem – 1º, 2º, ou 3º -, constitui uma aspiração histórica do movimento docente e é de responsabilidade do Sindicato Nacional Andes.

Um projeto de carreira única vai nos aproximar ainda mais do padrão unitário de qualidade da universidade brasileira porque tanto temos lutado, garantindo assim condições mínimas de trabalho a todos os docentes das IES.

Só faz sentido pensar o movimento docente e a luta pela universidade de qualidade de modo unificado, superando a luta conjunta as diferenças impostas ao professorado, seja pelo desnivelamento e degeneração das condições de funcionamento das IES públicas, seja ainda pela relação cada vez mais empresarial patrão/empregado que predomina nas IES particulares.

A indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão nas IES e um plano de capacitação docente são princípios que não podemos deixar de lado na luta pela carreira docente.

A extrema complexidade do que nos propomos a realizar não deve ser obstáculo para que enfrentemos esta tarefa.

O XI Congresso, instância máxima de deliberação do movimento docente, compete aprofundar a discussão, avaliar e deliberar sobre o tema, cumprindo o que foi deliberado no XXIII CONAD.

Estas ações devem levar em consideração, inequivocadamente, a atual conjuntura nacional analisada na perspectiva de encontrar novas e eficazes forma de luta em defesa da Educação pública de qualidade como direito de todos e dever do Estado.

PRINCÍPIOS SOBRE CARREIRA DOCENTE DELIBERADOS PELO XI CONGRESSO

A Plenária do XI Congresso da ANDES SN decidiu por iniciar a discussão da Carreira pelos princípios e não pelas propostas apresentadas e por ampla maioria decidiu deliberar sobre os princípios.

01 - Carreira única para os docentes das IES - Federais, Estaduais, Particulares e 1º, 2º, 3º graus.

02 - Ingresso apenas por concurso público.

03 - Que a estrutura de carreira tenha como princípio essencial a exigência de titulação.

04 - Carreira estruturada levando em consideração a titulação e o desempenho acadêmico.

- 05 - A progressão para o último estágio da classe deve se dar por concurso público.
- 06 - Definição de uma Política de capacitação de docentes simultaneamente à discussão sobre o Projeto de Carreira Docente.
- 07 - Avaliação do corpo docente para garantir um processo contínuo de capacitação nas IES.
- 08 - Para classes diferenciadas as atribuições acadêmicas devem ser diferenciadas.
- 09 - O regime de DE deve ser adotado preferencialmente para o contrato de docentes nas IES.
- 10 - O regime de trabalho deve ser de 20 horas e 40 horas DE.
- 11 - Manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- 12 - Para a elaboração dos critérios, ter como base o projeto de Universidade da ANDES SN.
- 13 - Isonomia de remuneração entre as IES.
- 14 - O modelo de carreira que o movimento definir, deverá contemplar um período de transição e exigir uma Política nacional de capacitação docente.

Discutidos e aprovados os princípios aprovou-se a seguinte recomendação:

- Que o GTPE e o GT Carreira elabore um documento que demonstre claramente a quem não interessa a avaliação institucional.

As discussões sobre cronograma levaram ao seguinte resultado:

- Durante os meses de abril e maio (os dias serão definidos pelo GT Carreira) se darão:

- a) discussões nas ADS SSIND, inclusive com a formação de GTs locais;
- b) compatibilização pelo GT Carreira das propostas enviadas pelas ADS SSIND;
- c) discussões nas ADS SSIND do material sistematizado e envio de novas contribuições;
- d) sistematização e consolidação das atribuições das ADS SSIND e elaboração do texto para o XXIV CONAD.

Definiu-se que o limite de tempo para deliberação final sobre Carreira é o próximo CONAD.

Que o XI Congresso estabeleça os princípios para a carreira

Obs.: Este texto foi apresentado pela ADUFF SSIND como colaboração para a discussão de Carreira no XI Congresso, não tendo sido aprovado e deliberado pela Plenária para constar nos Anais o XI Congresso.

Qualquer proposta de carreira docente pressupõe um projeto de Universidade. Na década de 80 o movimento docente discutiu essa questão e traçou um projeto para a Universidade e, no bojo da discussão, elaborou uma proposta de carreira docente a partir dos princípios do movimento. Estamos hoje iniciando uma discussão sobre carreira docente sem relacioná-la com uma discussão sobre o nosso projeto de Universidade. Que

características deve ter o ensino superior, a pesquisa e a extensão num país como o Brasil?

A maioria das propostas que estão sendo colocadas para a carreira hoje tem, mesmo que não explicitamente, um modelo de Universidade subjacente, e não é o modelo que preconizávamos na década de 80. O que mudou? Que tipo de Universidade defendemos hoje para o país? Por que esta questão não está sendo explicitada na atual retomada da discussão?

Nas IFES, em que o atual plano de carreira (PUCRCE) foi implantado há menos de três anos, o movimento docente não fez qualquer avaliação das conseqüências dessa implantação até hoje. Não se conseguiu sequer a inclusão de todos os docentes das IFES no mesmo plano, restrito atualmente de 3º grau, como reivindicávamos em 86. Tampouco foi feita qualquer análise séria de outros planos de carreira existentes nas Instituições particulares e estaduais. Qual o significado de uma proposta de mudança que não parte de um conhecimento adequado da realidade que se quer mudar?

Parece haver como justificativa para essas propostas a alegação da necessidade de um plano de carreira única como instrumento para a atuação do sindicato nas Instituições privadas de ensino superior. Há alguma fundamentação para esta conclusão? Esta é a principal dificuldade e a melhor estratégia para a ANDES SN no setor privado?

Na estruturação das carreiras propostas, defende-se a valorização da titulação. Esta sempre foi uma das bandeiras do movimento docente. Defendemos até 86 uma estrutura de carreira em que a progressão se desse por titulação e por desempenho, necessariamente. Aceitamos as modificações colocadas pelo governo, de incentivos financeiros adicionais a cada nível de titulação. Nas propostas que estão sendo debatidas hoje é mantido este princípio, valorização da titulação, mas a discussão mais abrangente, antes colocada pelo movimento docente, de balancear esta valorização sem quebrar o princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, não está sendo mais considerada. Valorizar unicamente a titulação como em algumas propostas, em detrimento do desempenho e do exercício do magistério em todos os seus aspectos, pressupõe uma avaliação do atual sistema de Pós-graduação no país, inclusive do sistema de avaliação atualmente utilizado pelo governo para esses cursos, o que também não foi feito ainda.

No caso das IFES, há ainda que aprofundar as implicações que cada proposta pode ter na questão salarial. O atual Ministro da Educação sugeriu uma diminuição dos steps do PUCRCE, para elevar o piso salarial. Sendo o Ministro parte integrante de um governo que tem uma Política bastante clara na área da Educação e na questão salarial, não pode o movimento docente precipitar-se assumindo a proposta do Ministro de efetuar mudanças na carreira supostamente para melhorar os salários. Não estaremos caindo ingenuamente numa armadilha, cujas conseqüências desastrosas possam ser irreversíveis?

Diante de todas essas questões, uma proposta de carreira hoje necessitaria uma ampla discussão na base da categoria. No entanto, como a proposta não surgiu de nenhuma reivindicação de base, pelo contrário, foi colocada pelo governo para o setor das Federais no decorrer da última greve, a discussão está colocada à categoria, às voltas com problemas muito mais prementes e relevantes hoje.

A ADUFF/S.Sind. indica ao XI Congresso não ser oportuno prosseguir esse debate sem a consideração de todos os aspectos apontados neste documento. Nossa Assembléia Geral propõe que se crie um GT sobre Carreira Docente que proceda aos estudos e análises aqui propostos, e que relacione essa discussão a uma discussão séria sobre o nosso Projeto de Universidade.

Propomos que o XI Congresso indique a necessidade de se atualizar nossa proposta de Universidade; que o XXIV indique as linhas iniciais da discussão. Que, a partir desses parâmetros, o XXV CONAD estabeleça os princípios para uma discussão de carreira docente.

O XII Congresso poderá então, sem precipitação e com base numa fundamentação teórica e Política, deliberar e apontar as mudanças que o movimento docente defenderá para a Universidade brasileira e, dentro disso, uma proposta conseqüente de carreira docente.

Obs. Aprovado por unanimidade em assembléia geral, 9 de janeiro de 1992.

Textos para subsidiar às discussões nas ADS SSIND

Anteprojeto de Lei/Carreira Única

A exclusão das referências ao 1º, 2º e 3º graus deve-se ao entendimento de que a carreira deve ser considerada como atividade desempenhada e não do nível do alunado a quem se dirige.

TÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. - Esta Lei institui a Carreira Única do Magistério das Instituições de Ensino Superior.

TÍTULO II - DA IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE

Art. - A implantação, coordenação, supervisão e controle do Plano de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior a que se refere a lei caberá a cada IES.

Art. - Caberá ao Conselho Nacional de Educação (a ser estabelecido pela LDB) a fiscalização desta Carreira.

TÍTULO III - DA ISONOMIA

Art. - Os docentes de mesma classe terão remuneração igual em todas as IESs qualquer que seja sua natureza jurídica.

Parágrafo Único - Para efeito no disposto neste artigo, entende-se por remuneração o vencimento, o salário e as vantagens pecuniárias previstas neste Plano e em leis específicas.

TÍTULO IV - DO PESSOAL DOCENTE

Capítulo I - do corpo docente

Art. - O Corpo Docente das Instituições de Ensino Superior será constituído pelos integrantes da Carreira Única do Magistério, pelos professores visitantes, pelos professores substitutos e pelos integrantes de outros planos, nos termos do Parágrafo 2º do Art. (Das Disposições Gerais e Transitórias). Ver propostas.

Art. - Poderá haver contratação de Professor Visitante pelo prazo máximo de quarenta e oito meses, na forma da lei, vedada a prorrogação ou renovação do contrato.

Parágrafo 1º - O professor visitante deverá ser pessoa de reconhecida qualificação e somente será contratado para atender a programa especial de ensino, pesquisa ou extensão, de acordo com normas estabelecidas pelas IES.

Parágrafo 2º - O salário do professor visitante será aquele da classe e/ou nível equivalente à sua titulação.

Art.- Poderá haver contratação de professor substituto, pelo prazo máximo de quarenta e oito meses, para substituições eventuais de docentes da Carreira Única do Magistério das IES, vedada a prorrogação ou renovação de contrato.

Parágrafo 1º - Para os efeitos deste artigo, consideram-se substituições eventuais aquelas realizadas para suprir a falta de docentes da Carreira, decorrente de afastamento, de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria e das licenças previstas em lei.

Parágrafo 2º - Na hipótese de afastamento definitivo do docente da Carreira, deverá ser realizado concurso público no prazo de seis meses, podendo ser contratado professor substituto até o preenchimento da vaga.

Parágrafo 3º - O salário do professor substituto será aquele da classe e/ou nível equivalente à sua titulação e/ou mérito.

Parágrafo 4º - A contratação de professor substituto far-se-á mediante processo de seleção pública a ser estabelecido pela IES.

Capítulo II - do ingresso na carreira

Art.- O ingresso na Carreira Única do Magistério das IES dar-se-á exclusivamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos. Ver propostas.

Art. O professor da Carreira Única do Magistério das IES, os professores visitantes e os professores substitutos serão submetidos a um dos seguintes regimes de trabalho:

a) Dedicção Exclusiva - com uma carga horária de quarenta horas semanais de trabalho, distribuídas entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e, eventualmente, gestão acadêmica.

b) Tempo Parcial - com uma carga horária de vinte horas semanais de trabalho.

Parágrafo 1º - O professor em regime de Dedicção Exclusiva não poderá exercer outra atividade remunerada, pública, privada ou de profissional liberal, à exceção de:

a) participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções do Magistério;

b) participação em comissões julgadoras ou verificadas, relacionadas com ensino, pesquisa ou extensão;

c) percepção de direitos autorais ou correlatos;

d) colaboração esporádica em atividades de sua especialidade e devidamente autorizada pela unidade, setor ou departamento onde estiver lotado.

Parágrafo 2º - Todos os docentes terão direito à alteração de regime de trabalho para Dedicção Exclusiva desde que tenham seu plano de atividades aprovado.

Capítulo IV - da capacitação

Art. A capacitação docente compreende a realização de cursos de pós-graduação stricto sensu, lato sensu e atividades de pós-doutoramento.

Art. - Cada IES deve estabelecer um programa de capacitação que garanta minimamente aos docentes da Carreira Única do Magistério:

a) afastamento das atividades acadêmicas com manutenção de todas as vantagens e benefícios da carreira;

b) auxílio constituído de bolsas e ajuda de custo para despesas escolares, para mudança e transporte do docente e seus dependentes.

Art. - O tempo de afastamento para atividades de capacitação será de até:

- a) Pós-graduação "lato-sensu": 12 meses;
- b) Mestrado: 36 meses;
- c) Doutorado: 48 meses;
- d) Pós-doutorado: 12 meses.

Parágrafo 1º - O pós-doutoramento poderá ser realizado em mais de uma oportunidade com interstício a ser fixado em cada IES.

Parágrafo 2º - Os prazos estabelecidos no caput deste artigo poderão ser prorrogados desde que aprovado pelo órgão superior competente da IES, ouvida a unidade, o setor ou o departamento onde o docente estiver lotado.

Art. O plano de capacitação docente a que se refere o Art. integrará a Política geral de pessoal docente da IES e obedecerá aos seguintes princípios:

- a) Cada IES deve atender obrigatoriamente às solicitações de licença para capacitação de seus professores de modo a possibilitar a participação em programas de pós-graduação de um mínimo de 20% do corpo docente de cada unidade, setor ou departamento.
- b) inserção do plano de capacitação em programa da unidade, setor ou departamento e dentro de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- c) compromisso de permanência do docente, na mesma IES, por tempo igual ao do afastamento, sob pena de ressarcimento à IES da remuneração recebida no período;
- d) obrigatoriedade de apresentação de Relatórios semestrais, acompanhados de parecer do professor orientador, durante todo o período do afastamento;
- e) o docente que se afastar para capacitação docente, em regime de DE, não poderá solicitar alteração em seu regime de trabalho, por igual período de tempo em que este afastado.

Capítulo V - do afastamento

Art. - Al,m dos casos previstos na legislação vigente, o docente integrante da Carreira Única do Magistério da IES poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus:

- a) para capacitação docente;
- b) para licença sabática;
- c) para prestar colaboração a Instituição pública de ensino ou de pesquisa;
- d) para comparecer a congresso ou reunião relacionados com atividades acadêmicas, administrativas ou sindicais;
- e) para participar de órgãos de deliberação coletiva ou outros relacionados com as funções acadêmicas;
- f) para participar de atividades de entidades científicas ou representativas de classe ou categoria profissional.

Parágrafo 1º - O afastamento a que se refere o item I obedecerá aos prazos estabelecidos no Art. 3º do Capítulo VI.

Parágrafo 2º - O afastamento será autorizado pelo órgão superior de ensino, pesquisa e extensão da IES, ouvida a unidade, setor ou departamento onde o docente estiver lotado.

Parágrafo 3º - Cada IES deverá estabelecer normas para regulamentar estes afastamentos, priorizando os docentes em regime de DE no que se refere ao inciso a).

Parágrafo 4º - A licença a que se refere o inciso b) do caput deste artigo será concedida aos docentes integrantes da Carreira Única do Magistério das IES, após sete anos de efetivo exercício do Magistério na Instituição, em regime de Dedicção Exclusiva, nos últimos dois anos, fará jus a seis meses de licença sabática, assegurada a percepção da remuneração da respectiva classe.

a) o semestre sabático tem por fim permitir o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional;

b) a concessão do semestre sabático se dará em função da importância e correlação da atividade a ser desenvolvida no que se refere ao aprimoramento das atividades do docente e da unidade, do setor ou departamento a que estiver vinculado;

c) o interstício para aquisição do semestre sabático será contado a partir da data de admissão do docente na Instituição;

d) observado o disposto no parágrafo anterior, no caso de ter ocorrido afastamento para fins de capacitação, contar-se-á o interstício a partir do retorno do docente à Instituição, desde que o afastamento tenha sido igual ou superior a seis meses. Em caso de duração inferior, descontar-se-á, na contagem do interstício, o período correspondente ao afastamento;

e) ao final da licença sabática, o docente apresentará à unidade, setor ou departamento Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, com indicação dos resultados obtidos.

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I - do quadro de pessoal

Art. - haverá em cada IES um quadro de pessoal docente compreendendo o número de vagas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo 1º - Cada IES deverá ter um corpo docente dimensionado de tal maneira que 20% de seus professores deverão poder estar afastados, em programas de capacitação sem que isso acarrete prejuízo ao desempenho acadêmico.

Parágrafo 2º - A quantificação de vagas será estabelecida e administrada pelos Conselhos Superiores das IES, a partir dos elementos fornecidos pelas unidades, setores ou departamentos acadêmicos envolvidos nessas atividades que fixarão suas necessidades de acordo com os seus programas.

Capítulo II - da remuneração, dos benefícios e das vantagens

Art. O vencimento ou salário da classe inicial em regime de vinte horas é fixado no valor de

Parágrafo 1º - (Ver propostas)

Parágrafo 2º - O vencimento ou salário do docente em regime de Dedicção Exclusiva será de quadro vezes o valor do salário básico correspondente ao regime de vinte horas semanais.

Art. - Ao docente em efetivo exercício será concedido quarenta e cinco dias de férias anuais que poderão ser gozadas em um ou dois períodos.

Parágrafo Único - Fica assegurada ao docente a opção de converter em pecúnia 1/3 de suas férias.

Capítulo III - da transferência ou movimentação

Art. - É facultada ao docente da Carreira Única do Magistério a transferência de uma para outra IES, desde que haja aquiescência das instâncias das IES envolvidas.

Parágrafo Único - ao docente transferido ficam assegurados a continuidade de carreira e todos os direitos, vantagens e benefícios adquiridos na IES de origem.

Capítulo IV - da dispensa

Art. - A dispensa de docente integrante da Carreira única do Magistério das IES poderá ocorrer a pedido do docente ou por justa causa, sendo que esta deve ser aprovada por 2/3 dos docentes em efetivo exercício na respectiva unidade, setor ou departamento, preservados os direitos de defesa e recursos.

Parágrafo Único - Os recursos dos docentes terão efeito suspensivo.

TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS

Art. - A transposição para o Plano de Carreira única do Magistério das IES far-se-á segundo os critérios estabelecidos neste artigo.

Parágrafo 1º - (Ver Propostas)

Parágrafo 2º - Aos docentes será facultado o direito de permanecer no atual Plano de Carreira, que será considerado em extinção assegurados todos os seus direitos, vantagens e benefícios.

Parágrafo 3º - Aos docentes enquadrados em qualquer regime de trabalho será facultado o direito de opção pelo regime de Tempo Parcial ou Dedicção Exclusiva.

Art. - As IES, qualquer que seja sua natureza jurídica, terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de publicação deste plano, para implantá-lo.

Art. - Ao docente que não for enquadrado de imediato, será facultado o direito de integrar-se no Plano de Carreira Única do Magistério da IES, em qualquer tempo.

Art. Ao docente que optar pela Carreira Única do Magistério das IES, será garantida a continuidade da contagem dos interstícios e dos períodos aquisitivos de direitos, bem como demais direitos, vantagens e benefícios adquiridos.

Proposta de estrutura por classes

A Carreira Docente deve estar vinculada ao aprofundamento e desenvolvimento do docente no interior de sua área de atuação, envolvendo as três dimensões indissociáveis do trabalho universitário: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Compreende-se a graduação como o primeiro degrau que oferece a formação básica e mínima para o exercício profissional. Os demais degraus, universalmente consagrados, devem representar os passos intermediários que levem ao desenvolvimento acima aludido. Isto permitirá tanto a qualificação e aprimoramento permanente do docente como a possibilidade de gerar novos quadros. Este princípio orientou a elaboração de três tipos de propostas de carreira estruturadas em classes por titulação. As propostas vinculam a carreira à produção de conhecimento (monografias, teses, trabalhos de pesquisa) como critério objetivo de avaliação. Este critério se constitui na obtenção da titulação formal, *lato sensu* e *stricto sensu* (graduação, especialização, mestrado e doutorado). Por outro lado, constituem-se formas simples, objetivas e desburocratizantes, com critérios, definidos *a priori*, que facilitam sua aplicação de modo unitário, incentivam a qualificação acadêmica e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade da universidade. Finalmente, defendem que a avaliação docente seja independente do Plano de Carreira.

Alternativa 1. Carreira em quatro classes

- I - Professor graduado
- II - Professor mestre
- III - Professor doutor
- IV - Professor titular doutor

Alternativa 2. Carreira em cinco classes

- I - Professor graduado
- II - Professor especialista
- III - Professor mestre
- IV - Professor doutor
- V - Professor titular doutor.

Alternativa 3. Carreira em seis classes

- I - Professor graduado
- II - Professor especialista
- III - Professor mestre
- IV - Professor doutor
- V - Professor doutor associado (livre docente)
- VI - Professor doutor pleno (titular doutor)

Obs. não se considera a existência de níveis dentro de cada classe. Considera-se que os níveis correspondem a tempo de serviço devendo ser contemplados pela Gratificação de Tempo de Serviço e não pelo plano de carreira.

Ingresso

O ingresso na Carreira Única do Magistério das IES dar-se-á exclusivamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos. Para inscrição neste concurso será exigido:

- a) diploma de graduação em curso superior, para a classe de professor graduado;
- b) diploma de especialização para a classe de professor especialista;
- c) diploma de mestrado para a classe de professor mestre;
- d) diploma de doutorado para as classes de professor doutor e titular doutor.

Progressão

A progressão na Carreira Única do Magistério das IES deverá ocorrer de uma classe para outra, por titulação.

- a) O acesso à classe de doutor associado dar-se-á através de defesa de memorial.
- b) O acesso a classe de professor titular doutor ocorrerá, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos.

Atividades

São consideradas atividades próprias do pessoal docente das Instituições de Ensino Superior:

- a) as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão, respeitado o princípio constitucional da indissociabilidade dessas atividades;
- b) a participação em cursos de pós-graduação;
- c) as inerentes ao exercício de direção, participação em órgãos colegiados, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria Instituição e outras previstas em lei.

Transposição

Os cargos e empregos permanentes integrantes das Carreiras do Magistério serão transpostos para o Plano de Carreira Única das IES da seguinte forma:

- a) na classe de professor graduado, para docentes graduados;
- b) na classe de professor especialista, para docentes com título de especialista;
- c) na classe de professor mestre, para docentes com título de mestre;

- d) na classe de professor doutor, para docentes com título de doutor;
- e) na classe de professor doutor associados, para docentes com título de doutor que venham a defender um memorial;
- f) na classe de professor titular doutor, para docentes com título de doutor, anteriormente enquadrados na classe de professor titular.

Avaliação

- a) A avaliação docente deve ser desvinculada da carreira docente. A avaliação de desempenho acadêmico terá por objetivo manutenção e melhoria do padrão de qualidade, englobando o projeto de trabalho docente, inserido nas condições oferecidas pelas IES, órgãos de fomento competente e Política educacional vigente. O resultado do processo de avaliação deverá nortear a implantação de uma Política acadêmica capaz de corrigir as possíveis deficiências.
- b) Com o objetivo de estimular a produção acadêmica, será estabelecido um incentivo de produtividade. O recebimento do incentivo estará vinculado ao resultado obtido pelo docente em sua avaliação acadêmica nos interstícios definidos no âmbito das IES.

Anexo 3

Estrutura por classes e níveis

As propostas apresentadas definem a estrutura da carreira em função da titulação, porém consideram necessário o estabelecimento de níveis dentro de cada classe, principalmente:

- a) pela necessidade de demarcar os diversos níveis de desempenho do docente, na medida em que o acesso aos níveis se dê por avaliação (cf. o item sobre progressão);
- b) pela necessidade de recuperar os percentuais dos steps do PUCRCE;
- c) para evitar a estagnação da produtividade após a obtenção de títulos da pós-graduação;
- d) pelo perigo de achatamento salarial em carreira com poucos níveis.

ALTERNATIVA 1 - Classes estabelecidas pela titulação conjugada à experiência acadêmica

A denominação da classe contém, por um lado, o elemento vinculado à experiência acadêmica (Auxiliar/ Assistente/ Adjunto) e aquele relativo à titulação (Especialização/ Mestrado/ Doutorado).

- I - Professor Auxiliar
- II - Professor Auxiliar Especialista
- III - Professor Auxiliar Mestre
- IV - Professor Auxiliar Doutor

- V - Professor Assistente
- VI - Professor Assistente Doutor
- VII - Professor Adjunto
- VIII - Professor Titular

(Obs: as classes I a VII comportam quatro níveis e a de professor titular, um único nível).

Ingresso

A proposta considera ingresso e enquadramento. O ingresso, por concurso público, exige apenas diploma de graduação; o enquadramento, em cada classe, exige:

- a) para Professor Auxiliar Especialista: certificado de Especialização;
- b) para Professor Auxiliar Mestre, título de mestre;
- c) para Professor Auxiliar Doutor, título de Doutor;
- d) para Professor Assistente, título de mestre e experiência acadêmica relevante;
- e) para Professor Assistente Doutor, título de Doutor e experiência acadêmica;
- f) para Professor Adjunto, título de doutor experiência acadêmica;
- g) para Professor título de Doutor e excepcional experiência acadêmica.

(Obs: caberia a cada IES estabelecer parâmetros para a avaliação da experiência acadêmica, incluindo atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. O enquadramento dar-se-á sempre no nível I de cada classe, exceto na de Professor Titular).

Transposição

Os cargos permanentes integrantes das Carreiras do Magistério serão transpostos para o Plano de Carreira das IES, nas classes de;

- a) Prof. Auxiliar, para docentes graduados;
- b) Professor Auxiliar Especialista, para docentes com certificado de especialização;
- c) Professor Assistente, para docentes com título de mestre;
- d) Professor Adjunto, para docentes com título de doutor;
- e) Professor Titular, para docentes com título de doutor, anteriormente enquadrados na classe de Professor Titular.

Avaliação

Cada IES deve elaborar um Sistema de Avaliação que contemple a manutenção da Dedicção Exclusiva, bem como a progressão horizontal (níveis) e a vertical (classes) na carreira dependem de uma avaliação da produção acadêmica, levando em conta as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração, Aperfeiçoamento, titulação,

produção Artística, Cultural, Científica e Tecnológica e exigindo uma produção mínima em cada atividade, e:

Além disso, avaliação deverá ser quantitativa bi-anual e considerar a qualidade de produção, avaliação.

ALTERNATIVA 2)

Classes estabelecidas por titulação, acrescentando-se a classe de Professor Titular, não necessariamente vinculada ao título de Doutor:

A

Graduado - I a IV

Mestre - I a IV

Doutor - I a IV

Titular - Único

B

Graduado - I a VIII

Mestre - I a VI

Doutor - I a IV

Titular - Único

C

Graduado - I a IV

Mestre - I a IV

Doutor - I a VIII

Titular - Único

D

Graduado - Único

Especialista - I a V

Mestre - I a V

Doutor - I a V

Titular - Único

E

Graduado - I a IV

Especialista - I a IV

Mestre - I a IV

Doutor - I a IV

Livre Docência - Único

Titular - Único

ALTERNATIVA 3)

Manutenção das classes do PUCRCE

Auxiliar - I a II

Assistente - I a IV

Adjunto - I a VI

Titular - Único

Ingresso

Alternativa a) Por concurso público, em qualquer classe, inclusive titular, com exigência de diplomas da titulação respectiva (Especialização/Mestrado/Doutorado ou Livre Docência), porém sempre no primeiro nível de cada classe.

Alternativa b) Por concurso público, para qualquer classe, inclusive titular, com exigência de diplomas da titulação respectiva, dependendo a determinação do nível de ingresso de avaliação de experiência profissional anterior.

Critérios de progressão

Alternativa a) por titulação, entre as classes de Graduado/Mestre/doutor, e avaliação de desempenho acadêmico entre os níveis e para a classe de Titular.

Alternativa b) Por titulação, entre as classes, no mesmo nível em que se encontrava na classe anterior.

Alternativa c) Critérios do PUCRCE, com a ressalva de que a progressão entre classes, por mérito, só se faz através de parecer de três consultores externos de competência e idoneidade reconhecidas.

Alternativa d) Acesso à classe de titular apenas por concurso público com a exigência de diploma de Doutor ou Livre Docente.

Alternativa e) Acesso à classe de titular nos moldes do item anterior, podendo inscrever-se no concurso também professores Graduados ou Mestres que já chegaram ao topo dessas classes há pelo menos três anos.

Alternativa f) Interstício de permanência nos níveis: 2 anos ou 3 anos.

Atividades

Pesquisa, ensino, extensão e inerentes à participação em órgãos colegiados, exercício de atividades administrativas e de assistência.

Transposição

Estruturação das classes de modo idêntico ao do PUCRCE. Cargos e empregos permanentes integrantes das Carreiras do Magistério serão transpostos para o Plano de Carreira Única das IES, da seguinte forma:

a) de professor Auxiliar I e II para professor auxiliar I; de Professor Auxiliar III e IV para professor Auxiliar II;

b) na classe de professor Assistente e Adjunto serão mantidos nos mesmos níveis;

c) na classe de Professor titular a transposição será direta.

Na transposição que se refere a alínea b, os professores Adjuntos com mais de dois anos no nível IV da Carreira em extinção, poderão pleitear a imediata ascensão por mérito ao nível V na nova Carreira; da mesma forma, os que estiverem há mais de quatro anos no nível IV poderão pleitear a ascensão por mérito para o nível VI da nova Carreira.

Aos docentes será facultado o direito de permanecer no atual Plano de Carreira, que será considerado em extinção, asseguradas todas as suas vantagens e benefícios.

Propostas quanto às atribuições

Existem três propostas:

ALTERNATIVA 1º

Proposta baseada no Anteprojeto da Comissão da Carreira (ver a seguir)

ALTERNATIVA 2º

O Plano de Carreira Única para Docentes das IES não deve fixar atribuições dos docentes por classes ou níveis;

ALTERNATIVA 3º

A fixação das atribuições por classes ou níveis deve ser realizada por cada IES.

Atribuições no anteprojeto de Plano de Carreira

Da classe de Professor Graduado

a) atividade didática de ensino de 1º, 2º. e 3º. graus;

b) participação em atividades de pesquisa;

c) elaboração e participação de projetos de extensão;

d) orientação de monitores e alunos de iniciação científica.

Da classe de Professor mestre

a) atividade didática de ensino de 1º, 2º. e 3º. graus;

b) elaboração de projetos e participação m atividades de pesquisa;

c) elaboração, coordenação e participação de projetos de extensão;

- d) orientação de alunos de graduação, de pós-graduação lato sensu, de iniciação científica e monitores;
- e) participação em bancas de concurso de professor graduado.

Da classe de professor Doutor

- a) atividade didática de ensino de 1º, 2º e 3º graus, pós-graduação, lato sensu e stricto sensu;
- b) coordenação, elaboração de projetos e participação em atividades de pesquisa e/ou extensão;
- c) orientação de alunos de graduação, de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, de iniciação científica e monitores;
- d) participação em bancas de concurso para professor graduado, mestre e doutor e bancas de tese de pós-graduação.
- e) Da classe de Professor Titular Doutor. além das atribuições de professor doutor, participação em bancas examinadoras de concurso para professor Titular Doutor.

Acréscimos ao Anteprojeto

Ao Professor com Graduação

Pesquisa

- elaboração de projetos de pesquisa;
- elaboração e coordenação de projetos de pesquisa

Extensão

- coordenação de projetos de extensão

Orientação

- orientação de monografias de graduação e de estágios supervisionados.
- Participação em bancas
- seleção de monitores;
- concursos públicos para professor Graduado

Ao Professor com Especialização

As atribuições do professor Graduado e:

Ensino

atividade didática em pós-graduação lato sensu

Orientação

alunos de pós-graduação lato sensu

Participação em bancas

concurso público par Professor com Especialização

Ao professor com Mestrado

Ensino

atividade didática em cursos de Mestrado

Orientação

orientação de alunos de pós-graduação em nível de mestrado

co-orientação de alunos de Mestrado

Participação em bancas

concurso público para professor com Título de Mestre.

PLENÁRIA DO TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de um mil novecentos e noventa e dois, às quinze horas e dez minutos, no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT, verificada a presença de quorum regimental, reuniram-se os delegados das ADS SSIND para a Plenária do Tema IV do XI Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL. A Mesa Coordenadora dos trabalhos esteve formada pelos Professores Maria Cristina de Moraes, Presidente, Nivaldo Antonio David, Vice Presidente, Edna Valim, 1ª Secretária e Rosemary Conti, 2ª Secretária. Dando início a Plenária foi submetido à apreciação da Plenária o texto "O GT de Política Sindical e a Consolidação do Sindicato Nacional" que foi aprovado com modificações, por ampla maioria. A seguir foram apreciados os Pareceres da Secretaria Geral da ANDES SN a respeito da homologação para a transformação em Seção Sindical da ANDES SN das seguintes Associações Docentes: Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovado por unanimidade; Associação de Docentes da Universidade Federal de São Carlos, aprovado por unanimidade; Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia, aprovado por unanimidade; Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, aprovado por unanimidade; Associação dos Docentes da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, aprovada por unanimidade e da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, aprovado por unanimidade. Os Pareceres da Secretaria Geral da ANDES SN se encontram anexados a presente Ata. Foram, também, homologadas a criação das seguintes Seções Sindicais da ANDES SINDICATO NACIONAL: Seção Sindical dos Docentes do CEFET Paraná, aprovado com duas abstenções; da Associação dos Docentes Universitários de Porto Nacional, aprovado com duas abstenções; da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - Patos, aprovado com duas abstenções e da Associação dos Docentes da Academia da Força Aérea, aprovada com dois (02) votos contra e duas abstenções. Os Pareceres exarados pela Secretaria Geral da ANDES SN constam como Anexos desta Ata. Dando prosseguimento aprovou-se a inclusão da ADUFU SSIND no Gt Carreira, sendo efetiva a Professora Graça Aparecida Ciciline a seu suplente será posteriormente informado. também foi aprovado a inclusão desta ADS SSIND no Gt Verbas, sendo efetiva a Professora Solange Bretas e seu suplente o Professor Ernani Silva. A seguir passou-se a discussão das alterações estatutárias propostas. Foram aprovadas as seguintes alterações estatutárias: Art. 96 - O XI Congresso amplia até o XII Congresso (1993) o disposto nos Parágrafos 1o e 2o do Art. 76. Aprovado por unanimidade. Art. 97 - O XI Congresso amplia até o XII Congresso (1993) o disposto no Art. 82 e seus parágrafos. Aprovado por unanimidade. Art. 98 - Os delegados de base das ADS SSIND ao XII Congresso ou a Congresso s) Extraordinário (s) porventura convocado (s) até a sua realização, serão eleitos na mesma proporção prevista no Art. 84. Aprovado por unanimidade. Art. 99 - As alterações no presente Estatuto, referidas no Inciso I do Parágrafo 1º do Art. 21, serão, no XII Congresso ou em Congresso (s) Extraordinário (s) que o anteceda, aprovadas por 50% mais um dos delegados inscritos no (s) referido (s) Congresso(s). Provado por unanimidade. Art. 100 - Com vistas à participação no XXIV e no XXV CONADs, no XII Congresso e em eventuais CONADs e Congresso (s) Extraordinário (s) que sejam convocados até a data de realização do XII Congresso, os Vice Presidentes Regionais convocarão, até quinze (15) dias do início do Evento, Assembléias Gerais para: I - Discussão do tem rio do Evento em questão, e II - Escolha

dos delegados, de acordo com o disposto no Inciso III do Art. 16 e Inciso II do Art. 25 deste Estatuto. Aprovado por unanimidade. Inclusão de Parágrafo Único ao Art. 35 do Estatuto da ANDES SN, com a seguinte redação: " Parágrafo Único - Onde houver Seção Sindical constituída, os poderes aludidos no Inciso I ficam automaticamente delegados aos Diretores da ADS SSIND, conforme seu próprio Regimento, para agir no respectivo âmbito local e sempre em nome da ANDES SINDICATO NACIONAL. Aprovado com oito (08) abstenções. Acréscimo ao final do Inciso I do Art. 6º do seguinte "inclusive como substituto processual". Aprovado com um (01) voto contrário e quatro (04) abstenções. Acréscimo ao Inciso I do Art. 35 do trecho grifado: "... em juízo ou fora dele, inclusive como substituto processual, podendo delegar poderes a outro Diretor. Aprovado com seis (06) abstenções. Acréscimo ao final do Art. 21, Parágrafo Único, Inciso I, a seguinte redação "(este Inciso está com sua vigência suspensa, nos termos do Art....., das Disposições Transitórias)". Aprovado por unanimidade. Inclusão de Artigo nas Disposições Transitórias alterando os prazos para a inscrição de Chapa (s) para a Eleição para a Diretoria da ANDES SN, biênio 92/94, com a seguinte redação: "Em caráter excepcional, o prazo para a inscrição de Chapa (s) para eleição de Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL, gestão 1992/1994, fica prorrogado até o dia 16 de março de 1992. Parágrafo Único - Cabe a Comissão Eleitoral Central fazer as alterações pertinentes no Calendário Eleitoral e no Regimento Eleitoral, divulgando-as até o dia 23 de março de 1992". Aprovado por unanimidade. Além das Alterações Estatutárias anteriormente descritas, o XI Congresso aprovou, na Plenária de Instalação, nova redação ao Art. 32, referente a nova composição da Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL e a criação de Parágrafo 3º ao Art. 76, referente a questão da APUBH, conforme a redação que se encontra na Ata da Plenária de Instalação. A proposta de divisão da Regional Centro Oeste em Regional Planalto Central (Brasília, Goiás e Tocantins) e Regional Pantanal (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), foi aprovada com duas (02) abstenções. A proposta de alterações nos Art. 23, Incisos IV e V, e 60 do Estatuto da ANDES SN, para que ocorra no CONAD previsto para o 1o semestre o exame e aprovação do balanço financeiro, foi aprovada por ampla maioria. A nova redação deverá ser feita pela Assessoria Jurídica da ANDES SN. Foi aprovado, por ampla maioria, que cabe a Secretaria Geral proceder compatibilização do Estatuto da ANDES SINDICATO NACIONAL em razão das alterações aprovadas, procedendo a revisão redacional e renumerando os artigos conforme as necessidades que se apresentem. A seguir passou-se a discussão de Relações Internacionais, tendo o Texto "ANDES SN NO CONTEXTO INTERNACIONAL" sido aprovado por ampla maioria. No que se refere a indicação dos Delegados da ANDES SN ao Congresso da CMOPE, ficou deliberado, por trinta e oito (38) votos favoráveis, trinta e seis (36) votos contrários, e diversas abstenções, que a ANDES SN participará com três (3) delegados, sendo que um deles será o Prof. Carlos Eduardo Malhado Baldijão, um outro indicado pela Diretoria gestão 92/94 e um terceiro indicado pelo GT de Política Sindical. Em relação a proposta de Solidariedade à Cuba foram aprovados os seguintes encaminhamentos: 1 - O XI Congresso manifesta sua solidariedade a Cuba expressa em termos de doações voluntárias de ajuda material, além de sistemática denúncia da questão do bloqueio econômico e, 2 - Propomos , também, a organização de representação ANDES SN para um "turismo político" a Cuba, - o que significa, por um lado a entrada de dólares, e por outro que os docentes verifiquem com os próprios olhos como vive e pensa o povo cubano. Estes encaminhamentos foram aprovados por ampla maioria. Foi aprovado por ampla maioria a proposta indicativa para ser deliberada no XXIV CONAD de criação de

um GT de Relações Internacionais e Solidariedade. A Plenária aprovou, por ampla maioria, os encaminhamentos do Setor das Estaduais que haviam sido encaminhados para esta Plenária. A proposta orçamentária para o ano de 1992, apresentada pela Diretoria da ANDES SN, foi aprovada, com sugestões de adequação, por ampla maioria. Em relação ao critério para a mensalidade da ANDES SN proporcional (0,2%) ao salário do sindicalizado, sua implantação ficou prorrogada, aprovada por ampla maioria, até o XXIV CONAD. A seguir passou-se a discussão de algumas questões pendentes sobre situação financeira das ADS SSIND tendo sido aprovado: 1 - isenção de correção pelo ICV DIEESE da diferença de mensalidade de set/91 e out/91 para a ADUFAL SSIND; 2 - não correção de 20% da mensalidade dos sindicalizados da ADCEFET-MG, relativa ao mês de set/91, devido a expressiva maioria dos associados ser integrante do 1º e 2º graus e que não tiveram este reajuste salarial; 3 - considerar como mensalidade devida pela ASDUERJ SSIND desde de out/90, 20% da receita mensal e no XXIV CONAD esta forma de cálculo da mensalidade será reavaliada, e 4 - estender para ADUSP SIND e ADUNICAMP SSIND a proposta aprovada para a ASDUERJ SSIND. Em relação a ESTRUTURA DO Setor Jurídico da ANDES SN foram aprovados, por ampla maioria, os encaminhamentos com alterações e acréscimos. Quanto a Estrutura do Setor de Informática da ANDES SN foram aprovados, por ampla maioria, os encaminhamentos. Em relação ao último ponto de Pauta, Eleições da ANDES SN foram aprovados, por ampla maioria, os seguintes encaminhamentos: 1 - Aprovação do Regimento Eleitoral, conforme proposta da Diretoria; 2 - Aprovada a Comissão Eleitoral Central, conforme proposta da Diretoria da ANDES SN; 3 - Prorrogação para o dia 16 de março de 1992 do prazo para inscrição de Chapa (s) para a eleição da Diretoria da ANDES SN, gestão 92/94, como inclusão de artigo nas Disposições Transitórias no Estatuto da ANDES SN, e 5 - Delegação da Plenária para que a Comissão Eleitoral Central faça as alterações necessárias no Regimento Eleitoral e no Calendário Eleitoral. Sobre o ponto Eleições da ANDES SN foi aprovada a seguinte recomendação: que a Diretoria da ANDES SN encaminhe para às ADS SSIND uma proposta a ser discutida no próximo CONAD, de calendário eleitoral com datas ampliadas e de fixação de um espaço específico nas instâncias formais, CONADs e CONGRESSOS, para discussão do processo eleitoral. A Plenária aprovou, por ampla maioria, que deve ser organizado um Encontro, antes da realização do XXIV CONAD, sobre o Tema: "Qual o Perfil de Universidade que Queremos?". Nada mais havendo a tratar, às vinte e três horas do dia vinte e dois de fevereiro do ano de um mil novecentos e noventa e dois, foi dada por encerrada a Plenária do Tema IV do XI Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL e, eu, Edna Valim, 2ª Secretária da Mesa lavrei a presente ATA que vai por mim assinada. Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992.

ANEXO I
HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÕES SINDICAIS

PARECERES

01 - Em consonância com o art.30, inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada pela Associação dos Docentes da Academia da Força Aérea - ADAFA, a diretoria da ANDES SN se manifesta FAVORÁVEL a homologação desta Associação como SEÇÃO SINDICAL DA ANDES SINDICATO NACIONAL.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

02 - Em consonância com o Art. 30, Inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada, a Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL se manifesta FAVORÁVEL a solicitação da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em transformar-se em Seção Sindical da ANDES SINDICATO NACIONAL.

Este , o Parecer, SMJ.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

03 - Em consonância com o art.30, inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada pela Associação de Docentes Universitários de Porto Nacional - ADUPN, a diretoria da ANDES SN se manifesta FAVORÁVEL a homologação desta Associação como SEÇÃO SINDICAL DA ANDES SINDICATO NACIONAL.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

Prof. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

04 - Em consonância com o art.30, inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada pela Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - SINDOCEFET-PR, a diretoria da ANDES SN se manifesta FAVORÁVEL a solicitação de homologação como SEÇÃO SINDICAL DA ANDES SINDICATO NACIONAL.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

05 - Em consonância com o art.30, inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada pela Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba-Patos - ADUFPB-PATOS, a diretoria da ANDES SN se manifesta FAVORAVELMENTE a homologação de criação da referida Seção Sindical da ANDES SINDICATO NACIONAL.

Este , o Parecer, SMJ.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

06 - Em consonância com o Art. 30, Inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada, a Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL se manifesta FAVORÁVEL a solicitação da Associação dos Docentes da Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ASDESAM em transformar-se em Seção Sindical da ANDES SINDICATO NACIONAL.

Este , o Parecer, SMJ.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

07 - Em consonância com o Art. 30, Inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada, a Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL se

manifesta FAVORÁVEL a solicitação da Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande - ADUFPB-CG em transformar-se em Seção Sindical da ANDES SINDICATO NACIONAL.

Este , o Parecer, SMJ.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

08 - Em consonância com o Art. 30, Inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada, a Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL se manifesta FAVORÁVEL a solicitação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia - ADUFU em transformar-se em Seção Sindical da ANDES SINDICATO NACIONAL.

Este , o Parecer, SMJ.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

09 - Em consonância com o Art. 30, Inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada, a Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL se manifesta FAVORÁVEL a solicitação da Associação de Docentes da Universidade Federal de São Carlos - ADUFSCAR em transformar-se em Seção Sindical da ANDES SINDICATO NACIONAL.

Este , o Parecer, SMJ.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

10 - Em consonância com o Art. 30, Inciso II, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, e em razão da documentação apresentada, a Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL se manifesta FAVORÁVEL a solicitação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco em transformar-se em Seção Sindical da ANDES SINDICATO NACIONAL.

Este , o Parecer, SMJ.

Cuiabá, 17 de fevereiro de 1.992

PROF. LUIZ PAIVA CARAPETO

Secretário Geral da ANDES SN

ANEXO II
CALENDÁRIO DAS ELEIÇÃO DIRETORIA GESTÃO 1992/1994

22/02/92

- Aprovação do Calendário Eleitoral.
- Constituição da Comissão Eleitoral Central.

16/03/92

- Data limite para registro da (s) Chapa (s).

23/03/92

- Data limite para o registro da nominata completa dos integrantes da (s) Chapa(s).

10/04/92

- Data limite para registro definitivo da (s) Chapa (s).
- Data limite para que os Vice Presidentes Regionais forneçam listagem completa dos sindicalizados Via Vice Presidência Regional para as ADS SSIND e para a Comissão Eleitoral Central.
- Data limite para que as ADS SSIND forneçam listagem completa dos associados à Comissão Eleitoral Central.

17/04/92

- Data limite para a divulgação do eleitorado pela Comissão Eleitoral Central.

30/04/92

- Data limite para o envio da composição das Comissões Eleitorais Locais para a Comissão Eleitoral Central.

15/05/92

- Data limite para a definição e organização das Seções Eleitorais nas ADS SSIND.

26 a 28/05/92

- Eleições para a Diretoria da ANDES SN, biênio 92/94.

29 e 30/05/92

- Apuração nas ADS SSIND.

1º e 02/06/92

- Computação dos resultados.

03/06/92

- Proclamação do Resultado.

05/06/92

- Data limite para o envio, por parte das ADS SSIND, da documentação referente a eleição.

23 a 27/06/92

- XXIV CONAD

- POSSE DA DIRETORIA DA ANDES SN - BIÊNIO 1992/1994.

Aprovado por na Plenária do Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras - do XI Congresso da Andes Sindicato Nacional.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992.

ANEXO III
REGIMENTO ELEITORAL

ELEIÇÕES DIRETORIA BIÊNIO 1992/1994

CAPÍTULO I - DA ELEIÇÃO

Art. 1º - A eleição da Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL para o biênio 1992/1994. realiza-se nos dias 26, 27 e 28 de maio de 1992.

§ Único - O escrutínio se dá pelo voto secreto, universal e direto dos associados da Entidade em pleno gozo de seus direitos como eleitores.

CAPÍTULO II - DOS ELEITORES

Art. 2º - São eleitores os associados da Entidade que:

I - se associaram a ANDES SN até 26/03/92, e

II - quitarem suas mensalidades com a ANDES SN até 30/04/92.

Art. 3º - Os eleitores sindicalizados nas ADS SSIND votam na Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral de sua respectiva ADS SSIND.

§ 1º - Em cada ADS SSIND haver Seção Eleitoral designada pela Comissão Eleitoral Local para o recolhimento dos votos dos sindicalizados via Vice Presidência Regional domiciliado na cidade sede da ADS SSIND.

§ 2º - Os Vice Presidentes Regionais tem prazo até o dia 10/04/92 para fornecer para as ADS SSIND de sua Regional a listagem completa dos sindicalizados via Vice Presidência Regional.

§ 3º - É assegurado ao eleitor o direito de voto em trânsito.

CAPÍTULO III - DOS CANDIDATOS

Art. 4º - Podem ser candidatos todos os sindicalizados que se associarem à ANDES SN até noventa (90) dias antes do registro de sua respectiva Chapa.

Art. 5º - Os candidatos devem compor Chapas e registrá-las junto à Secretaria Geral da ANDES SN obedecendo o que se segue:

I - Até o dia 16/03/92 devem ser registrados os candidatos aos cargos de Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro, acompanhado do Manifesto da Chapa.

II - As Chapas devem registrar a nominata completa de seus integrantes, junto a Comissão Eleitoral Central, até o dia 23/03/92.

III - O registro definitivo das Chapas se faz mediante o encaminhamento à Comissão Eleitoral Central, até o dia 10/04/92, dos seguintes documentos:

a - termo de concordância de cada candidato, assinado pelos mesmos;

b - endereço residencial completo de todos os candidatos,

- c - denominação e endereço completo da IES a que o candidato se encontra vinculado;
- d - denominação e endereço completo da ADS SSIND ou, se for o caso, da Vice Presidência Regional a que está sindicalizado o candidato, e
- e - programa da Chapa.

§ 1º - O requerimento de registro deve ser assinado pelo candidato ao cargo de Presidente e/ou pelo candidato ao cargo de Secretário Geral de cada Chapa e encaminhado ao Secretário Geral da ANDES SN.

§ 2º - As Chapas ao se registrarem recebem um número de identificação, de acordo com a ordem cronológica da solicitação de inscrição.

Art. 6º - As Chapas ao se registrarem comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas da Comissão Eleitoral Central.

Art. 7º - É livre a propaganda eleitoral, respeitado este Regimento e as normas da Comissão Eleitoral Central.

Art. 8º - O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implica na anulação do registro da Chapa junto à Comissão Eleitoral Central

CAPÍTULO IV - DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I - DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 9º - As eleições para a Diretoria da ANDES SN, biênio 92/94, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central composta

I - pelo Secretário Geral da ANDES SN, Prof. Luiz Paiva Carapeto, seu Coordenador;

II - pela 1ª Secretária da ANDES SN, Profa Edilamar Rezende;

III - pelo Suplente de Tesouraria, Prof. Dan Santana;

IV - pelo Prof. Sadi Dal Rosso e pela Profa Cristina Dobal, sindicalizados na ADUnB SSIND, a qual foi indicada no XI Congresso para compor a Comissão Eleitoral Central.

V - por um associado da ANDES SN indicado pela (s) Chapa(s) concorrente(s).

§ Único - Os componentes da Comissão Eleitoral Central, com exceção daquele(s) previsto no Inciso V deste Art., tiveram seus nomes homologados no XI Congresso.

Art. 10 - Compete à Comissão Eleitoral Central:

I - Zelar pelo cumprimento deste Regimento;

II - Oficializar o registro de Chapa(s);

III - Divulgar a composição do eleitorado até 17/04/92;

IV - Confeccionar as cédulas eleitorais;

V - Coordenar as Comissões Eleitorais Locais;

VI - Decidir sobre recursos interpostos;

VII - Divulgar o resultado da eleição.

VIII - Elaborar Relatório Final a ser divulgado no XXIV CONAD.

§ 1º – As ADS SSIND e os Vice Presidentes Regionais tem prazo até o dia 10/04/92 para enviarem para a Sede da ANDES SN a relação completa de seus associados.

§ 2º - A Comissão Eleitoral Central pode, sempre que necessário, recrutar auxiliares e delegar competência.

SEÇÃO II - DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 11 - Em cada ADS SSIND será constituída uma Comissão Eleitoral Local composta por:

I - Um membro da Diretoria, seu Coordenador;

II - Dois membros indicados por cada Chapa concorrente;

§ Único - A composição das Comissões Eleitorais Locais deve ser enviada para a Comissão Eleitoral Central até o dia 30/04/92.

Art. 12 - Compete às Comissões Eleitorais Locais:

I - Definir e organizar as Seções Eleitorais até o dia 15/05/92.

II - Apurar os votos e enviar à Comissão Eleitoral Central o mapa dos resultados e a respectiva documentação.

III - Decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos, em primeira instância.

CAPÍTULO V - DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO

SEÇÃO I - DA CÉDULA ELEITORAL

Art. 13 - A votação , realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º - A cédula contém as Chapas registradas, em ordem cronológica de inscrição, com os nomes de seus integrantes e respectivos cargos.

§ 2º - Ao lado de cada Chapa haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará a sua escolha.

Art. 14 - Para efeito de votação a cédula eleitoral só se torna válida após rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora de votos da respectiva Seção Eleitoral.

SEÇÃO II - DAS SEÇÕES ELEITORAIS

Art. 15 - As Seções Eleitorais são instaladas pelas Comissões Eleitorais Locais em número e locais suficientes para o atendimento de todos os eleitores de cada IES.

Art. 16 - Em cada Seção Eleitoral haverá uma Mesa Receptora composta por um (01) Presidente e dois (02) Mesários, indicados pela Comissão Eleitoral Local.

§ 1º - Só pode permanecer na Seção Eleitoral, além do Presidente e dos Mesários, no máximo um (01) fiscal de cada Chapa e, durante o tempo necessário ao ato de votar, o eleitor.

§ 2º - A Mesa Receptora de cada Seção Eleitoral fica responsável pela urna e documentos relativos ao processo eleitoral durante os dias de eleição até que sejam entregues à Comissão Eleitoral Local.

Art. 17 - Na Seção Eleitoral deve existir:

I - Urna, entregue pela Comissão Eleitoral Local;

- II - Cédulas oficiais;
- III - Folha de ocorrência;
- IV - Cópia deste Regimento, e
- V - Lista dos eleitores.

SEÇÃO III - DA FISCALIZAÇÃO

Art. 18 - É assegurada a cada Chapa a fiscalização da votação e apuração mediante a indicação de fiscais para as Seções Eleitorais e locais de apuração.

§ 1º - Cada fiscal deve ser devidamente credenciado junto à Comissão Eleitoral Local até vinte e quatro (24) horas antes do início da votação.

§ 2º - A escolha do fiscal não pode recair em candidatos ou integrantes das Comissões Eleitoral Central, Eleitoral Local ou da Mesa Receptora.

SEÇÃO IV - DO ATO DE VOTAR

Art. 19 - Visando resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas deve adotar-se-á as seguintes providências:

I - No início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das Chapas;

II - A ordem de votação, a da chegada dos eleitores;

III - Identificado o eleitor, o mesmo assina a lista de presença e recebe cédula rubricada pela Mesa Receptora;

IV - O eleitor usará cabine indevassável para votar;

V - Ao final de cada dia de votação a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e fiscais de Chapa.

VI - A guarda do material de votação e a respectiva urna cabe ao Presidente da Seção Eleitoral, e

VII - Ao término do último dia de votação a urna é lacrada e rubricada pelos integrantes da Mesa Receptora e pelos fiscais de Chapa e, juntamente com o restante do material, é levada para o local de apuração.

Art. 20 - Os votos dos sindicalizados via Vice Presidências Regionais será recolhido da seguinte forma:

I - A Comissão Eleitoral Local, de posse da listagem fornecida pelo Vice Presidente Regional, especificará a Seção Eleitoral da ADS SSIND onde os estes sindicalizados exercerão o direito do voto

Art. 21 - voto em trânsito obedece o seguinte procedimento:

I - O eleitor assina lista separada na Seção Eleitoral do local onde se encontra, declarando por escrito a sua ADS SSIND de origem ou, se sindicalizado Via Vice Presidência Regional, a sua região.

II - O voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na seqüência de ordem de chegada para votar.

III - A Comissão Eleitoral Local providenciará junto a ADS SSIND ou, se for o caso, à Regional de origem do eleitor, a confirmação da habilitação para votar.

IV - Após confirmada a habilitação para votar a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto será colocado na urna.

SEÇÃO V - DA APURAÇÃO

Art. 22 - A apuração dos votos iniciará a partir das oito (8) horas do dia 29/05/92 e deverá estar concluída até às dezoito (18) horas do dia 30/05/92.

Art. 23 - As Comissões Eleitorais Locais, a partir das oito (08) horas do dia 1º/06/92, deverão encaminhar, via fax (061- 274.33.03), para a Sede da ANDES SN o resultado da eleição na sua respectiva ADS SSIND.

§ 1º - O prazo para o encaminhamento dos resultados esgota-se, impreterivelmente, às dezoito (18) horas do dia 1º/06/92.

§ 2º - As Comissões Eleitorais Locais tem o prazo máximo até o dia 05/06/92, data de postagem, para encaminhar para a Sede da ANDES SN toda a documentação referente a eleição e o respectivo mapa da apuração.

Art. 24 - A urna só é aberta após constatado o lacre, a presença da respectiva lista de eleitores e a folha de ocorrência.

§ 1º - Após a abertura da urna, o primeiro ato é o de incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

§ 2º - Iniciada a apuração, os trabalhos só se interrompem após a proclamação do resultado final.

Art. 25 - É anulada a urna que:

I - Apresentar, comprovadamente, sinais de violação;

II - Apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas, e

III - Não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 26 - É anulada a cédula que:

I - Não contiver a rubrica da respectiva Mesa Receptora, e

II - Não corresponder ao modelo oficial

Art. 27 - São considerados nulo os votos que contiverem:

I - Mais de uma Chapa assinalada;

II - Rasuras de qualquer espécie, e

III - Qualquer caracter que permita identificação.

Art. 28 - As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da Comissão Eleitoral Local até a proclamação do resultado final pela Comissão Eleitoral Central.

SEÇÃO VI - DOS RECURSOS

Art. 29 - Na medida em que os votos forem sendo apurados, os fiscais das Chapas podem apresentar impugnação que será decidida, em primeira instância, pela Comissão Eleitoral Local por maioria dos votos de seus membros.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - Os casos omissos neste Regimento são resolvidos pela Comissão Eleitoral Central.

Art. 31 - Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo XI Congresso.

Aprovado por na Plenária do Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras do XI Congresso da ANDES SN

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992.

Eleições Diretoria ANDES SN gestão 92/94

Extratos do Estatuto da ANDES SN

Título IV - das eleições

Art. 50 A eleição da Diretoria , convocada para o mês de maio dos anos pares pelo Presidente em exercício, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 42.

1 - A eleição da Diretoria se dê pelo voto secreto e universal dos associados da Entidade em suas respectivas IES.

2 - Não sendo convocada a eleição dentro do prazo previsto neste artigo, cabe ao Conad convocá-la no máximo 30 (trinta) dias após este prazo ter se esgotado.

Art. 51 O Congresso anterior à data da realização das eleições elabora o Regimento e elege uma Comissão Eleitoral que é responsável pelo processo eleitoral, de acordo com o previsto neste Estatuto.

Art. 52 São condições para participar das eleições:

I - Ser associado da Andes/Sindicato Nacional há pelo menos 90 (noventa) dias antes da data de inscrição de candidaturas, para ser votado;

II - Ser associado da ANDES SN há pelo menos 90 (noventa) dias antes da data da realização das eleições, para votar;

III - Estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no Art. 10, inciso II, deste Estatuto.

§ Único - É vedada a recondução como diretor da ANDES SN de qualquer membro da Diretoria por mais de uma vez consecutiva.

Art. 53 Os candidatos deverão compor chapas, como diretores efetivos e suplentes, que serão registradas por ocasião do Congresso ordinário imediatamente anterior à data de realização destas eleições.

§ 1º Durante o Congresso o registro de chapas é procedido mediante a apresentação de manifesto e dos candidatos e Presidente, Secretário geral e 1º Tesoureiro;

§ 2º A chapa deverá registrar os candidatos aos demais cargos até 7 (sete) dias após o encerramento do Congresso.

Art. 54 Os Secretários e Tesoureiros Regionais, previstos no § 1º, art. 41, serão eleitos junto com a Diretoria, terão igual mandato e constarão das chapas concorrentes à eleição da referida Diretoria.

§ Único - Só existem candidatos aos cargos referidos no caput deste artigo, na regional cujo Regimento da respectiva Secretaria Regional tenha sido aprovado em Congresso.

Art. 55 - É proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, sendo empossada como Diretoria eleita num prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da realização das eleições durante o Conad.

RELATÓRIO DAPLENÁRIA TEMA IV

O GT de Política Sindical e a Consolidação do Sindicato Nacional

Os Grupos de Trabalho da ANDES SN têm cumprido papel importante na elaboração de Políticas e propostas para o sindicato, tornando-se imprescindíveis para o assessoramento da diretoria e de todo o movimento.

A partir do IX Congresso (Londrina, Fev 90) o GT atuou prioritariamente sob a linha de construção de nosso sindicato através da transformação das AD's em AD's/SSIND.

Em que pese o fato de que este processo não tenha ainda se concluído, para a construção da ANDES SN tem exigido tarefas mais amplas que as transformações em seções sindicais e o X Congresso (Curitiba, Fev 91) assim tratou a questão:

"As tarefas de construção do Sindicato Nacional, por sua vez, levaram o MD a priorizá-las secundarizando seu papel no movimento sindical e no interior da CUT a qual se decidiu fazer parte. Na prática, Política sindical deixou de ter toda a sua dimensão confundindo-se com a consolidação de nossa proposta de Sindicato Nacional. Este "voltar-se para dentro" para a construção da proposta de Sindicato Nacional trouxe inclusive prejuízos na própria afirmação desta proposta uma vez que ela se choca com outros sindicatos existentes inclusive alguns filiados a CUT, sobretudo no setor das particulares."

E definiu:

"É nesta perspectiva que X Congresso da ANDES SN deve definir as prioridades de sua Política sindical ampliando e tornando mais firme a participação do MD na CUT."

"As tarefas de construção da ANDES SN passam então a ser mais combinadas com a construção da CUT, e aí temos os seguintes encaminhamentos:

1 - Consolidação de nosso sindicato buscando um tratamento unitário dos seus três setores, reafirmando a campanha definida pelo IX Congresso de:

a) transformação das AD's em AD's Seções Sindicais

b) expansão da ANDES SN criando novas seções sindicais, filiando individualmente docentes onde não h organização.

As regionais da ANDES SN com a estrutura que hoje possuem devem assumir uma nova dinâmica voltada a expansão de nosso sindicato fazendo-o atuante na defesa dos interesses dos professores.

2 - O movimento docente inserir-se-á na preparação do IV CONCUT promovendo:

a) Regularização da contribuição financeira das AD's/SSIND a CUT que deve ser submetido as suas assembléias;

b) Ampliar a participação do DNTE, inclusive impulsionando com outras entidades a estruturação de suas seções estaduais. No seu interior garantir o debate sobre a organização sindical dos trabalhadores em Educação;

c) O X Congresso deve impulsionar a discussão sobre a estrutura sindical da CUT."

Ao XXIII CONAD coube constatar:

"A pouca participação do movimento docente nos congressos estaduais da CUT e no próprio IV CONCUT (12 delegados), aliada ao fato de os nossos delegados não terem se reunido para debater as questões colocadas e suas implicações para o MD, reflete nossa pouca atuação na central sindical a que nos filiamos depois de um longo processo."

O XXIII CONAD avaliou também as dificuldades de expansão de nosso sindicato principalmente nas IES privadas e das regionais cumprirem o papel enfatizado pelo X Congresso e reafirmou: "Agora, precisamos ser ousados, sob pena de não realizarmos nossa concepção de sindicato que representa os docentes das IES públicas e privadas.

Para tal, consideramos superada a fase de declaração de intenções. Precisamos realizá-las! E para sua realização, além das condições objetivas necessárias, faz-se imprescindível a vontade Política, representada não pelo voluntarismo, mas sim pelo convencimento e envolvimento de toda a militância."

Para o GT de Política Sindical. O XXIII CONAD definiu:

"Nesse contexto, o GT de Política Sindical assume papel fundamental para o avanço da atuação da ANDES SN nas questões específicas da organização do movimento docente e de suas relações com o conjunto da classe trabalhadora.

Avaliar profunda e radicalmente o GT neste momento reveste-se de vital importância e requer que o pensemos, primeiro, a partir de suas funções prioritárias - subsidiar o Sindicato, elaborar propostas sobre temas específicos, aprofundar a discussão Política - para que possamos encaminhar propostas que venham ao encontro da efetivação e implementação de suas funções.

Temos já constatado a infinidade de problemas encontrados no GT, no que se refere às deliberações do X Congresso do Sindicato e às suas efetivas implementações - falta de continuidade no trabalho, dificuldade de implantação e consolidação de propostas -, ou seja, acreditamos que fomos corretos na formulação das propostas, por, m ainda temos debilidades na sua execução."

"1 - Quanto à organização da Andes Sindicato Nacional:

- a) recomendação às AD's para desenvolvimento de trabalho articulado, principalmente em relação a AD's do setor das particulares ou para organização dos docentes ainda não organizados em entidade;
- b) recomendação de criação de secretarias de Política sindical e/ou GTs nas AD's;
- c) fortalecimento do GT de Política Sindical com recomendação às AD's para dele participarem efetivamente;
- d) realização de cursos de formação sindical para se discutir questões como: negociação coletiva, leis trabalhistas, etc.;
- e) elaboração e divulgação de material - folder, cartaz, broche, camiseta - sobre o Sindicato;
- f) reestruturação da diretoria do Sindicato com efetivação de todos os diretores;

- g) liberação do maior número de diretores do Sindicato, de modo a garantir o cumprimento das tarefas e, principalmente, da expansão do Sindicato;
- h) fortalecimento das regionais, seja pela própria diretoria dos Sindicato, seja pelas AD's;"
- i) promover cursos de formação Política para militantes do MD com objetivos de preparação de quadros.

2 - Quanto à inserção da ANDES SN na CUT:

- a) regularização da contribuição financeira das AD's S. Sind. às CUTs regionais ou estaduais;
- b) investimento articulado das AD's/SSind. com sindicatos da área de Educação para criação dos departamentos estaduais dos trabalhadores em Educação da CUT;
- c) instrumentalização da CUT para discussões referentes à Educação, contribuindo com nossa experiência profissional e sindical para a ampliação e avanço das discussões."

O cumprimento das tarefas definidas nos últimos congressos e Conad's exigem do XI Congresso o fortalecimento efetivo do GT de Política Sindical reestruturando-o com a participação de maior número de AD's/SSIND. Este deverá assumir uma dinâmica de trabalho mais intensa e cotidiana.

As AD's/SSIND devem designar diretores ou militantes para assumirem a coordenação local do trabalho sindical impulsionando a constituição de GTs. As regionais deverão também constituir GTs de Política sindical. Estes GTs deverão estar integrados entre eles através do GT nacional.

A curto prazo, o GT-PS deve priorizar a confecção de materiais de divulgação do sindicato, a elaboração de plano de Cursos de formação Sindical e viabilizá-los colocando-os também sob a forma de vídeo. Deve, ainda, acompanhar a constituição dos GTs locais e regionais.

A ampliação da participação na CUT NAC, estaduais e regionais deve se dar não somente nos eventos, como os que se realizam este ano, Plenária Nacional, e congresso do DNTE, como cotidianamente nas instâncias que debatem Saúde, Educação e formação, respectivamente INST, DNTE e Deptos Estaduais e secretarias de formação.

Neste sentido:

- deve ser efetivamente estimulada a articulação orgânica das AD's-SSIND junto às CUTs estaduais;
- a ANDES mediante a atividade dos seus grupos de trabalho estabelecerá um processo de intercâmbio com essas instâncias da CUT, participando efetivamente da discussão e elaboração das propostas e das estratégias de atuação pelas entidades sindicais para o encaminhamento das questões de Saúde, Educação e formação.
- o GTPS deve organizar as discussões decorrentes das tarefas internacionais assumidas por nosso sindicato e os problemas políticos que envolvem as relações internacionais da ANDES SN e da CUT. Nessa direção a ANDES SN deve manifestar enfática e imediatamente sua total rejeição à filiação da CUT à CIOSL, divulgando sua posição junto à CUT Nacional, ao conjunto do MD, bem como ao movimento sindical cutista, realizando democraticamente o debate nas instâncias da Central.

Recomendação:

Propõe-se a realização de um Seminário sobre as relações internacionais da CUT no próximo CONAD.

ANDES SN NO CONTEXTO INTERNACIONAL

O X Congresso, fevereiro/91, marcou a inserção da ANDES SN no sindicalismo internacional de educadores. Deliberou-se, ali, pela filiação à Federação Internacional Sindical de Ensino(FISE), à Confederação Mundial de Organização de Profissionais de Educação(CMOPE) e à Confederação de Educadores Americanos(CEA).

No decorrer do ano, ANDES SN esteve presente em diversos eventos promovidos por estas entidades sindicais e manteve intenso intercâmbio com elas e com seus afiliados. Cabe ressaltar que por ocasião da greve das IFES recebemos mensagens de solidariedade destas centrais e sindicatos filiados, apoiando a luta que empreendíamos.

Em março de 91 ANDES SN participou, em Buenos Aires, de reunião preparatória ao Congresso da CEA. Presentes sindicatos de educadores do Uruguai, Argentina, Paraguai, Brasil e México. As propostas apresentadas pela ANDES SN para a reorganização da CEA foram aprovadas na íntegra. Somente a proposta de sustentação financeira não foi aceita.

O Congresso da CEA realizou-se em Montreal, Canadá, em maio do ano passado, e elegeu a nova direção da Confederação. ANDES SN faz parte hoje do Secretariado da CEA. Reunido em setembro e dezembro passados, definiu uma série de atividades a serem desenvolvidas em 92, conforme informações já divulgadas às ADs.

Sindicatos do cone Sul filiados a CEA, reuniram-se novembro em Montevideu, Uruguai, e lançaram, entre outras decisões, um concurso sobre os 500 anos de "descobrimento" da América e um debate sobre os efeitos da Política neoliberal nos países da região e como enfrentá-la.

Neste XI Congresso contaremos com a participação de sindicalistas do Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai. Companheiros de Cuba, foram convidados.

Participamos, também, no decorrer de 91, da delegação da CUT que realizou visita de solidariedade ao povo de Cuba, acompanhamos o VII Congresso do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação, Ciência e Desportos de Cuba, e estivemos no Seminário Internacional de Educação pela Paz, promovido pela Cmope em Porto Alegre, e por fim, compusemos a delegação de educadores do Cone Sul que levou aos ministros do Trabalho do Brasil, Paraguai, Argentina, e Uruguai, reunidos em Foz do Iguaçu, uma posição unificada sobre a não implantação da Resolução 66 da OIT.

Sobre a filiação internacional da CUT

Segundo a Resolução do VI Concut, a deliberação sobre a filiação internacional da CUT deverá ser tomada ainda neste primeiro semestre de 1992.

Não se pode negar a importância da organização internacional dos trabalhadores, principalmente no caso da ANDES SN que além de compor a direção de entidade internacional(CEA), vem aprofundando seu relacionamento internacional. A filiação à

FISE, à CMOPE e à CEA, ocorreram depois de vários anos de debates no interior de nosso sindicato, exatamente pelo amadurecimento de nossa compreensão sobre o tema.

A filiação à CMOPE e à CEA não trazia nenhuma preocupação com relação às centrais sindicais internacionais na medida em que estas são entidades não filiadas a nenhuma das centrais mundiais. A FISE, distintamente, é filiada à Federação Sindical Mundial(FSM) o que, na ocasião, poderia significar uma opção da ANDES SN por aquela central. Na verdade nossa decisão se deu em função da experiência acumulada da ANDES SN com a FISE, inclusive na organização do I Encontro Latino-americano de Sindicatos de Docentes Universitários, sem outras considerações sobre as centrais mundiais.

Em relação a Internacional Federation of Free Teacher's Union (IFFTU), nossa recusa à filiação decorreu da consciência de que tal entidade representa posições do neo-liberalismo, contrárias aos interesses dos trabalhadores, apesar da presença minoritária da social-democracia europeia em suas fileiras.

A FSM era a central que congregava os sindicatos da agora ex-URSS e dos ex-socialistas países do ainda Leste europeu (apesar das crises, firmes em sua posição...geográfica) e alguns sindicatos do restante da Europa cujas direções eram filiadas aos PCs locais ou áreas de influência destes. Algumas exceções confirmavam a regra. A sustentação financeira da FSM era feita, então, fundamentalmente pela URSS.

Durante o Congresso da FSM, realizado em Moscou em fins de 1990, a FISE defendeu uma Política de independência do movimento sindical e fez exigências de profundas reformulações na FSM. A FISE depois de votar contra o Estatuto e o documento intitulado "Por uma FSM renovada", declarou: "...a FSM perdeu uma primeira oportunidade de renovar-se em 1977. Não desejamos que perca outro momento em que atravessa uma das mais profundas crises de sua história..." A FISE denunciou a "sucessão de monólogos na tribuna que impediu uma verdadeira discussão, porque os trabalhos não foram organizados com este espírito" e protestou diante da negativa da presidência em colocar em discussão as propostas de emenda por ela apresentadas. Como conclusão, A FISE considerou as modificações ocorridas insuficientes e o Congresso da FSM, decepcionante.

A Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres(CIOSL) entidade de caráter anti-comunista criada com base no sindicalismo norte-americano, sustenta sindicatos mais atrasados nos países do 3º Mundo. Magri é cria da CIOSL, onde a Força Sindical também reclama seu espaço. Na Europa, vários sindicatos social-democratas de índole progressistas são filiados à CIOSL, porém sem força suficiente para impor suas posições. A CUT tem trabalhado com a CIOSL e, no caso do Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação(DNTE), com a SPIE que tem financiado algumas das atividades.

FSM ou CIOSL?

A CIOSL representa tudo o que combatemos no campo sindical. O sindicalismo de resultados, a Política de conciliação de classes, o sindicalismo atrelado apesar de se auto-intitular "livre". A CIOSL teve participação importante na organização, pela direita,

dos sindicatos no Leste europeu, assim como no 3º Mundo. Trabalha acintosamente a favor do bloqueio econômico contra Cuba. É a força sindical a nível internacional.

A FSM por outro lado, com o desmoronamento do leste europeu e da União Soviética, passa por uma crise Política e econômica. A representação desta entidade na América Latina afirma que mantém sua representatividade através de milhões de trabalhadores afiliados, mas que aguardava informações mais concretas.

As grandes transformações pelas quais passa hoje o mundo, ao contrário do que prega o discurso neoliberal, carrega atrás de si a desorganização econômica e social o desemprego, o arrocho salarial, a fome, as doenças e a miséria.

Este é quadro em que vivemos, no 3º Mundo e que se inicia em países do leste europeu e da ex-URSS. Mesmo na Europa Ocidental, a Política neoliberal vem piorando muito as condições de vida dos trabalhadores.

Longe de jogar por terra a filosofia que orienta os anseios de liberdade da classe trabalhadora, a nova situação fará surgir com mais força e possibilidades, os caminhos da construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Haverá com certeza, a reestruturação do movimento dos trabalhadores nos diversos países e internacionalmente.

Não há porque se precipitar, hoje, imaginando que a história acabou e devemos nos integrar a movimentos que estarão superados em breve. Vamos contribuir na construção do novo, tendo claro que o novo nasce do velho, não pela simples vontade de ser diferentes, mas por exigência do momento histórico que estamos vivendo tendo claro que o novo nasce do velho.

É importante salientar que, dadas as mudanças ocorridas internacionalmente, abre-se, hoje, a possibilidade de construir um sindicalismo novo, com práticas democráticas, auto-sustentado, independente e classista. Não mais existem os dois grandes blocos, a bipolaridade que impunha duas únicas alternativas que, por razões distintas, não organizavam de forma conseqüente a solidariedade internacional entre os trabalhadores.

A nosso ver, a CUT, deve continuar mantendo sua independência frente as centrais internacionais e trabalhar para aprofundar seu relacionamento internacional através de práticas comuns, troca de experiências, constituição de espaços permanentes de discussão e propostas de ação em torno de temas conjuntos (dívida externas, privatização do espaço público, "esvaziamento" do Estado em relação a serviços básicos como Saúde, Educação, etc), sempre numa perspectiva de classe e de respeito à democracia, soberania e autodeterminação dos povos.

A CUT deve, em função de sua importância Política, priorizar o trabalho na América Latina, buscando articular o movimento sindical latino-americano, independentemente das diferentes vinculações internacionais deste. A fratura da velha ordem torna possível alçar vãos que levem a uma organização sindical mundial contemplando autenticamente as reais aspirações da classe trabalhadora.

Quem foi capaz de construir um movimento sindical livre, autônomo, democrático e classista no Brasil, deve, internacionalmente, sonhar mais alto do que a pobre e surrada Política do "entrismo".

Em uma época em que se fala tanto de moderno, de novo, temos que acreditar no que já fizemos em termos de novo e seguir adiante, inovando. A tentativa de buscar novos

caminhos não passa de forma alguma pelo isolacionismo nem pelo desconhecimento da realidade. As centrais internacionais existem e tem sua influência, não há como trabalhar uma nova proposta ignorando a história.

A CUT deve se relacionar com todas as centrais existentes mas a partir de uma posição forte, decorrente da demonstração de capacidade para vãos próprios.

É fundamental, também, aprofundar a Política de solidariedade com outros povos e hoje, particularmente, com o povo cubano que representa a esperança de construção de uma sociedade justa, democrática e soberana.

Unidade entre as organizações de trabalhadores em Educação ou fusão SPIE-CMOPE?

Em seu Congresso, em Toronto, maio de 1989, a SPIE colocou em discussão uma proposta de fusão entre SPIE e CMOPE no seio da CIOSL. Em setembro, a FISE propôs um programa de unidade e ação visando a unificação orgânica das quatro centrais internacionais de Educação(FISE,SPIE,CMOPE,CSME).

Em 1990, em maio, as Comisiones Obreras-Federación de la Enseñansa, da Espanha, adotou resolução favorável a unidade e considerou necessário que a CMOPE formulasse propostas unitárias às demais internacionais do setor, sobre a base do respeito a pluralismo, democracia e da autonomia do movimento sindical.

Em junho, a Fenprof aprovou posição favorável ao processo de unificação das entidades internacionais de professores, porém, considerou que a unidade deve ser construída em processos democráticos, amplamente debatido nas bases e sem pretensões hegemônicas.

Em agosto, no Congresso da Costa Rica, a Direção da CMOPE conseguiu aprovar uma resolução que favorecia o processo e fusão com a SPIE apesar de forte oposição interna. Em 1992, haverá novo Congresso da CMOPE, do qual ANDES SN faz parte como membro de pleno direito. É preciso que nos pronunciemos claramente sobre a questão.

Entendemos que unidade seja um objetivo. Mas não é processo de entendimento entre dirigentes excluindo as bases, nem se dá por decreto ou por vontade. Unidade é necessariamente resultado de discussão democrática e pluralista, jamais como imposição que desrespeite a soberania dos participantes.

Assim, entendemos que a posição da SPIE representa imposição de hegemonia e pretende sufocar qualquer possibilidade plural. É totalitária. Com a resolução do Congresso da Costa Rica, a CMOPE caminha na mesma direção.

É fundamental que neste próximo Congresso da CMOPE, ANDES SN já com direito a voto e a proposições, some força com o sindicalismo combativo para defender os princípios democráticos, acima expostos, que caracterizam um processo unitário entre entidades soberanas.

Por razões de ordem financeira e organizacional propomos que ANDES SN participe do Congresso da CMOPE com três delegados (dos dez a que tem direito), cujos são: o atual Presidente da ANDES SN, Carlos Eduardo Malhado Baldijão; 01 (um) nome a ser indicado pela Diretoria da ANDES SN, a ser empossada no XXIV CONAD; e 01 (um) nome a ser indicado pelo GT-Política Sindical.

Encaminhamentos do Setor das Estaduais

- a) Que as reuniões setoriais por ocasião dos eventos sejam consideradas como atividades dos mesmos.
- b) Que o setor das Estaduais ocupe os espaços de publicação da ANDES SN para veicular as informações deste setor.
- c) Que se realizem encontros regionais do setor.

R.J.U.:

- * Realização de Seminários Regionais sobre R.J.U.
- * Que os VPR coordenem os trabalhos sobre R.J.U. nas regionais

Proposta - Orçamento - ANDES SN - 1992

"Os valores expressos referem-se a projeções mensais"

Despesa

Sede –

Telefone .	1.718.753,00
Telex	393.305,00
Xerox	567.706,00
Aluguel-Apto.	550.000,00
Condomínio	161.964,00
Contabilidade	422.250,00
Transporte	742.891,00
Correio	1.374.700,00
Papelaria .	1.170.182,00
Material para Infra-estrutura	300.251,00
Assinatura Periódicos	220.022,00
Sub-Total	7.622.024,00

Pessoal

- Folha de Pagamento	6.046.950,00
FGTS	482.722,00
INSS	1.954.975,00

IR/PIS	203.576,00
13º Salário	503.912,00
1/3 sobre férias	167.970,00
Sub-Total	9.360.105,00
Jurídico .	2.465.830,00
CUT	2.052.797,00
DIEESE .	1.382.919,00
Passagens Aéreas	8.786.737,00

Diretores (Telefone, correio, serviços terceiros, taxi, fax, passagens terrestres, diárias, ressarcimento de benefícios suspensos em decorrência do afastamento para atividade sindical,...).. 8.148.400,00

Reuniões Diretoria:

Hotel	1.487.500,00
Infra-estrutura	100.000,00
Sub-total .	. 1.587.500,00
Regionais	4.105.594,00
Publicações	
- Cadernos (2)..	500.000,00
Revista Univ. e Sociedade (2)	807.730,00
* Caderno de Textos (3)	1.850.500,00
* Caderno de Resoluções (3)..	1.625.000,00
* InformAndes (quinzenal)	5.500.000,00
* Assessoria + Infra-estrutura ...	2.500.000,00
Sub-total	12.783.230,00
CEA .	U\$ 50,00
* CMOPE	U\$ 210,00
Participação Eventos Internac	
- Passagens	U\$ 800,00
Diárias	U\$ 210,00
Sub-total	U\$ 1.270,00
	1.651.000,00

* Investimento;

- Aquisição de Equipamentos

Micro (Lap Top 286)

Micro (Lap Top 386)

Impressora Laser . U\$ 580,00

Sub-Total 754.000,00

* Aquisição de Carro. 420.000,00

DESPESA TOTAL.... 61.120.136,00

Receita - Arrecadação (**)..... 41.055.942,00

Rendimento Aplicações 9.432.973,00

RECEITA TOTAL..... 50.488.915,00

(**) Arrecadação de jan/92 referente a mensalidade dez/91 conforme planilha anexo

**PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO DOS REPASSES DAS MENSALIDADES DOS
SINDICALIZADOS-DEZEMBRO/91**

(atualizados até 31/12/91 com os dados que a tesouraria dispunha naquela data)

Ads SSIND	REGIÃO	Nº SÓCIOS	MENS.	TOTAL	MENSALIDA DE F/P
ADUA (3)	Norte	615	838,70	515.800,00	F
ADUFAC (3)	Norte	267	1.234,23	329.539,00	P
ADUFPA (3)	Norte	1340	1.255,95	1.682.983,00	P
ADFCAP (3)	Norte	140	838,70	117.418,00	F
ADUNIR (3)	Norte	218	745,93	167.088,00	P
ADUFC (3)	NE 1	900	.817,33	1.635.600,00	P
ADUFPI (3)	NE 1	1002	1.193,61	1.196.000,00	P
APRUMA (3)	NE 1	693	1.332,33	923.311,00	P
ADUNIFOR (1)	NE 1	100	SI	-	-
ADCESP (2)	NE 1	043	SI	-	-
ADUFURRN (2)	NE 2	385	561,61	216.221,00	P
ADUC (3)	NE 2	110	838,70	99.257,00	F
ADUCAPE (1)	NE 2	264	240,29	63.436,00	F
ADUEPB (2)	NE 2	470	689,45	344.035,00	F
ADUFEPE (3)	NE 2	1299	1.191,11	1.547.260,00	P
ADUFERPE (3)	NE 2	360	2.890,31	1.040.514,00	P
ADUFPB-JP (3)	NE 2	1074	2.213,90	2.377.737,00	P
ADUFPB-CG (3)	NE 2	737	1.500,94	1.106.200,00	P
ADURN (3)	NE 2	1306	838,70	1.095.342,00	F
ASDESAM (3)	NE 2	71	838,70	59.547,00	F
ADUFPB-PAT (3)	NE 2	65	923,07	60.000,00	P
ADUFAL (3)	NE 3	820	1.257,70	1.031.314,00	P
ADUFS (3)	NE 3	426	1.875,95	799.156,00	P
ADUFS-BA (2)	NE 3	330	575,96	190.070,00	F
ADUNEB (2)	NE 3	200	692,36	138.473,00	P
ADUSB (2)	NE 3	267	652,41	174.193,00	P
APUB (3)	NE 3	1882	985,21	1.854.176,00	

ADUCSAL (1)	NE 3	SI	-	-	-
ADCEFET-RJ (3)	RJ	377	838,70	316.189,00	F
ADUFF (3)	RJ	2002	968,32	1.938.593,00	P
ADUFRJ (3)	RJ	2828	838,70	2.371.843,00	F
ADUNIRIO (3)	RJ	460	841,73 0	387.196,0	P
ADUR-RJ (3)	RJ	509	1.500,42	763.714,00	P
ADUSU (1)	RJ	330	347,00	114.510,00	F
ASDUERJ (2)	RJ	1187	1.055,28	1.252.617,00	P
ADFIBE (1)	RJ	SI	-	-	-
ADEPM (3)	SP	542	1.532,10	830.400,00	P
ADUFSCAR (3)	SP	489	1.688,57	825.713,00	P
ADUNESP (2)	SP	500	1.280,81	640.405,00	P
ADUNIMEP (1)	SP	316	1.185,20	374.524,00	P
ADUNICAMP (2)	SP	1585	1.280,81	2.030.083,00	P
ADUSP (2)	SP	3560	1.280,81	4.559.683,00	P
ADSVSL (1)	SP	SI	-	-	-
APROFOC (1)	SP	158	352,50	55.696,00	F
ADUFG (3)	C.0.	950	1.149,65	1.092.172,00	P
ADUFMAT (3)	C.0.	1084	1.055,74	1.144.432,00	P
ADUFMS (3)	C.0.	719	1.388,94	998.650,00	P
ADUNB (3)	C.0.	973	1.844,77	1.794.962,00	P
FCESC (2)	C.0.	SI	-	-	-
ADCEFET-MG (3)	LESTE	75	838,70	62.902,00	F
ADFMTM (3)	LESTE	146	838,70	122.402,00	F
ADFUNREI (3)	LESTE	157	838,69	131.675,00	P
ADUFES (3)	LESTE	907	838,70	760.700,00	F
ADUFOP (3)	LESTE	170	838,70	142.579,00	F
ADUFU (3)	LESTE	915	1.529,78	1.399.751,00	P
APES-JF (3)	LESTE	700	838,70	587.090,00	F
APROEFEI (3)	LESTE	145	838,70	121.611,00	F
APUBH (3)	LESTE	2018	838,70	1.692.496,00	F
ASPESAL (3)	LESTE	133	838,70	101.547,00	
ASPUV (3)	LESTE	704	2.927,69	2.061.096,00	P

SIDUNIUBE (1)	LESTE	SI	-	-	-
ADUEL (2)	SUL	890	382,02	340.000,00	P
APUFPR (3)	SUL	2007	1.046,17	2.099.680,00	P
APUFSC (3)	SUL	1580	1.929,43	3.048.507,00	P
ASCEFET (3)	SUL	93	-	-	-
ADOCA (3)	RGS	170	838,70	142.579,00	P
ADUCS (1)	RGS	454	si	-	-
ADUFPEL (3)	RGS	707	1.612,20	1.139.826,00	P
ADUFRGS (3)	RGS	1827	838,70	1.532.304,00	F
ADUI (1)	RGS	SI	-	-	-
APESB (1)	RGS	SI	-	-	-
APROFURG (3)	RGS	557	838,70	467.155,00	F
SEDUFMS (3)	RGS	300	2.387,12	716.137,00	P
TOTAL		48.565		56.926.089,00	

LEGENDA:

1 – PARTICULAR

2 - ESTADUAL

3 - FEDERAL

F - FIXO

P – PROPORCIONAL

SI - SEM INFORMAÇÕES

ESTRUTURA DO SETOR JURÍDICO DA ANDES SN

Recomendação:

O XI Congresso designará uma Comissão encarregada de aprofundar estudos referentes a implantação do sistema jurídico da ANDES SN, cujos estudos devem ser discutidos no XXIV CONAD.

Foi aprovada apenas a recomendação acerca da proposta, condicionada a apresentação de justificativas mais pormenorizadas e de um estudo da viabilidade econômica da mesma. Os proponentes da "Uma estrutura Jurídica para a ANDES SN" devem aprofundar um estudo da viabilidade econômica e Política e representar a proposta para ser apreciada e aprovada no XXIV CONAD.

Encaminhamentos aprovados:

01 - O XI Congresso designará uma /comissão encarregada de elaborar uma proposta de estrutura jurídica da ANDES SN.

02 - A proposta referida no item anterior será encaminhada ao XXIV CONAD para apreciação devendo ser remetida às Ads até 30 dias antes do início do CONAD.

03 - Além da proposta de regimento e proposta de funcionamento, a Comissão apresentará ao CONAD, também, proposta de suporte financeiro para a estrutura.

04 - Que seja encaminhada à discussão da questão para as ADS SSIND e VPRs.

05 - A proposta apresentada será enviada à Comissão definida no encaminhamento "1", como indicativa.

ESTRUTURA DO SETOR DE INFORMÁTICA DA ANDES SN e ADS SSIND E DIVERSOS

Encaminhamentos aprovados:

01 - A ANDES SN direcionará trabalho de seu setor de informática para também estimular a informatização das ADS SSIND, coordenando sistema de apoio e orientação às mesas, com objetivo de padronizar "softwares" e procedimentos, assim como agilizar e aperfeiçoar a troca de informações nas mais diversas áreas de atuação do sindicato.

02 - Fará parte do trabalho de coordenação e padronização das ADS SSIND estudar e orientar suas introduções junto com a ANDES SN no sistema de comunicação da EMBRATEL via computadores;

03 - A ANDES SN, centralizará banco de dados de todas as ADS SSIND, com informações gerais sobre todos os docentes, tais como, nome, departamento, classe, nível, titulação, regime de trabalho, etc.

PLENÁRIA ENCERRAMENTO

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois do mês de fevereiro do ano de um mil novecentos e noventa e dois, reuniram-se os Delegados e Observadores das ADS SSIND para a Plenária de Encerramento do XI Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL. Havendo quorum regimental, a Mesa Coordenadora dos trabalhos que esteve composta pelo Prof. Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Presidente da ANDES SN, pelo Prof. Luiz Paiva Carapeto, Secretário Geral da ANDES SN, pelo Prof. Izaias Pereira Costa, Vice Presidente Regional Centro Oeste da ANDES SN e pelo Prof. Tomás Boaventura, Presidente da ADUFMAT SSIND, deu início a Plenária. Inicialmente foram discutidas e aprovadas as Moções que se constituem no Anexo I desta Ata. A seguir usou da palavra o Prof. Izaias que relatou parcialmente o trabalho desenvolvido na Regional Centro Oeste nos últimos dois anos. Dando continuidade o Prof. Tomás proferiu seu discurso de despedida - Anexo II - e logo após o Prof. Baldijão proferiu, também, seu discurso de encerramento do XI Congresso. Por nada mais haver a tratar, às duas horas e vinte e oito minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de um mil novecentos e noventa e dois, o Prof. Baldijão deu por encerrado o XI Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL e eu, Prof. Luiz Paiva Carapeto lavrei a presente Ata que vai por mim assinada. Cuiabá, 23 de fevereiro de 1992.

ANEXO I - MOÇÕES APROVADAS

01 - MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

Os participantes do XI Congresso da ANDES SN, reunidos em Cuiabá entre os dias 16 e 22 de fevereiro de 1992, vêm manifestar seu agradecimento pela calorosa acolhida por parte dos docentes da ADUFMAT-SSIND, organizadores deste Congresso.

Cuiabá, 22 de Fevereiro de 1992

02 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior filiadas à ANDES SN, reunidos de 16 a 22 de fevereiro de 1992, no XI Congresso da ANDES SN, em Cuiabá-MT repudiam o descaso com que o Ministro da Educação tem tratado os graves problemas das Instituições Federais de Ensino Superior. Essa atitude de descaso por parte do governo federal para com as Instituições públicas levou os docentes das Universidades Federais a um movimento grevista em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.

Naquela ocasião, o MEC assumiu o compromisso com a ANDES SN de resolver as questões pendentes da greve, numa Comissão de 90 dias. Hoje, decorridos quase 180 dias ainda não contamos com uma solução desse Ministério, como perspectiva h apenas a promessa do Governo, desde novembro de 1991, de um projeto de Lei para reduzir perdas e distorções geradas na carreira de 1º e 2º graus, em decorrência de uma Política adotada pelo MEC, no final da greve.

Desta forma, constatando-se a protelação de soluções desses problemas, os docentes das IFES exigem o encaminhamento imediato ao Congresso Nacional de um PL contendo as questões referentes à Carreira de 1º e 2º graus, assim como o atendimento à pauta de reivindicações já protocolada no MEC.

ANDES-SINDICATO NACIONAL

ASSOCIAÇÕES DOCENTES SEÇÕES SINDICAIS

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992

Enviada para:

- Prof. José Goldemberg

Ministro de Estado da Educação

03 - MOÇÃO DE REPÚDIO

O XI CONGRESSO da ANDES SN vem manifestar de público o seu repúdio ao tratamento que o governo está dando aos aposentados do país, negando-lhes o reajuste de 147,06% ao mesmo tempo que condiciona este pagamento à transferência dos

recursos para o restante dos assalariados, inclusive aos próprios aposentados, historicamente sacrificados pela situação econômica do país.

Não aceitamos o desrespeito do Executivo à Constituição e às determinações judiciais que reconheceram a justiça das reivindicações trabalhistas dos aposentados.

ANDES-SINDICATO NACIONAL

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES SEÇÕES SINDICAIS

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992

Enviada para:

- Presidente da República
- Congresso Nacional (Pres. Câmara e Senado)
- Ministro do Trabalho e Previdência Social

04 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os Docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos de 16 a 22 de fevereiro de 1992 no XI Congresso da ANDES SN, em Cuiabá, Mato Grosso, vêm a público manifestar seu mais veemente repúdio ao Prof. Rogério Vargens, Reitor da Universidade Federal da Bahia, que afronta o desejo expresso da comunidade universitária e intervém na autonomia de decisão dos órgãos colegiados, deixando de enviar, em tempo hábil, a lista sêxtupla para a escolha de Reitor, ao Ministério da Educação. Os docentes entendem que o processo eleitoral, conduzido pelos órgãos superiores da UFBA, contou com a mais ampla participação de todos os segmentos da comunidade universitária e, por isso, declaram que não aceitarão tal desrespeito à vontade da comunidade, ratificada pelo Colégio Eleitoral. Exigem, portanto, o envio imediato da lista sêxtupla para o MEC e a escolha do mais votado pela comunidade.

Pela Democratização da Universidade

Pela Autonomia Universitária

ANDES-SINDICATO NACIONAL

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES SEÇÕES SINDICAIS

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992

Enviada para:

- Reitor da UFBA
- Presidente do Conselho de Coordenação
- Presidente do Conselho Universitário
- Ministro da Educação.

05 - MOÇÃO

Os Docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos no XI Congresso da ANDES SN, em Cuiabá, Mato Grosso, de 16 a 22 de fevereiro de 1992, vêm a público manifestar a sua absoluta discordância com os professores Alberto Peçanha Martins e Pedro Manso Cabral, da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, pela atitude de interpor recurso junto ao Conselho Federal de Educação - CFE - solicitando a anulação do processo legal e legítimo da escolha da lista sêxtupla para reitor da UFBA. Os Docentes manifestam o seu mais veemente repúdio a esta tentativa de tumultuar a vida universitária e impedir a sua democratização, através da utilização do CFE, órgão que restringe a autonomia das universidades. Os docentes entendem que o processo eleitoral, conduzido pelos órgãos superiores da UFBA, contou com a mais ampla participação de todos os segmentos da comunidade universitária. Declaram, portanto, que não aceitarão o desrespeito à vontade da comunidade e à decisão do colégio eleitoral e exigem a manutenção da lista sêxtupla e a escolha, para reitor, do mais votado pela comunidade.

Pela Democratização da Universidade

Pela Autonomia Universitária

ANDES-SINDICATO NACIONAL

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES SEÇÕES SINDICAIS

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992

Enviada para:

- Presidente do Conselho Universitário da UFBA
- Presidente do Conselho de Coordenação da UFBA
- Reitoria da UFBA
- Pedro Mauro Cabral
- Alberto Peçanha Martins - Faculdade de Direito da UFBA - Av. Prof. Reitor Miguel Calmon s/n, Campus de Ondina Salvador/BA.

06 - MOÇÃO

Os Docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos no XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, manifestam sua preocupação pela virtual paralisação de projetos científicos e tecnológicos mediante a falta de materiais e manutenção de equipamentos, agravada pelo corte de recursos pelo CNPq.

Há que se considerar, também, o drama dos 34.000 profissionais pós graduandos no país que tem tido seus pagamentos sistematicamente atrasados e que ainda aguardam o pagamento de atrasados de setembro a dezembro.

Cabe ainda lembrar que as bolsas nos valores de janeiro do corrente ano correspondem a menos de 50% do poder aquisitivo de agosto de 1987.

Assim, reivindicamos:

- mais recursos para Ciência e Tecnologia, e
- pagamento em dia das bolsas do CNPq e seu reajuste para valores dignos.

ANDES SINDICATO NACIONAL

ASSOCIAÇÕES DOCENTES SEÇÕES SINDICAIS

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992

Enviada para:

- Secretário de Ciência e Tecnologia
- Ministro da Economia

07 - MOÇÃO

Obs.: Esta manifestação foi enviada sob a forma de Ofício para os destinatários aprovados no XI Congresso.

Os Docentes das Instituições de Ensino Superior do país reunidos no XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, considerando:

- que a competência educacional, científica e tecnológica, neste momento, é condição, sine qua non, para conduzir o país a um nível de desenvolvimento independente e compatível com sua importância no cenário mundial;
- que os estudantes de pós graduação são um dos segmentos mais relevantes da mão-de-obra básica da pesquisa;
- que as bolsas concedidas pelas CAPES e CNPq são a remuneração básica da maioria destes profissionais de nível superior;
- que o valor destas bolsas tem sido continuamente depreciado e que nos últimos meses tem sido pagas com atraso, como por exemplo o pagamento de janeiro que foi efetuado somente em 13 de fevereiro p.p.;
- que reajustes no valor das bolsas, concedidos desde setembro, não foram pagos até o momento;
- que os valores das bolsas em janeiro do corrente ano correspondem a menos de 50% do poder aquisitivo de agosto de 1987;
- que muitos bolsistas no exterior não tiveram quitadas suas taxas escolares referentes ao ano de 1991;
- que o Ministério da Economia tem feito o repasse da dotação orçamentária do CNPq sempre com significativo atraso;
- que paira uma enorme incerteza sobre o futuro, criando um clima de ansiedade nocivo ao trabalho de pesquisa científica, e

- que esta insegurança poder levar bolsistas, que tem compromissos orçamentários como qualquer cidadão, a abandonar projetos em andamento com conseqüente prejuízo para o avanço científico da Nação.

Vimos solicitar que V. Excia. se empenhe, ao máximo, através de sua atuação parlamentar, junto ao Poder Executivo, no sentido de fazer com que o Ministério da Economia cumpra com sua obrigação de manter em dia os repasses dos recursos orçamentários ao CNPq.

Certos de que poderemos contar com sua valiosa colaboração, colhemos a oportunidade para apresentar nossas

Saudações Sindicais e Universitárias

Prof. Luiz Paiva Carapeto

Secretário Geral da ANDES SN

Enviada para:

- Presidente da Câmara dos Deputados
- Presidente do Senado Federal
- Presidente do Congresso Nacional
- Líderes dos Partidos na Câmara
- Líderes dos Partidos no Senado

08 - MOÇÃO

Os Docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos no XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, manifestam sua profunda preocupação com o Projeto de Lei no 824/91 de iniciativa do Poder Executivo e que "Regulamenta Direitos e Obrigações Relativas a Propriedade Industrial" (Lei de Patentes), ora em tramitação no Congresso Nacional.

Nossa preocupação fundamenta-se na forma afoita e precipitada com que o Governo Federal apresenta tal Projeto de Lei, num momento totalmente inadequado e por entender que sua aprovação compromete de forma irreversível o avanço científico e tecnológico e a independência econômica do país.

A apresentação deste Projeto pelo Executivo é fruto de pressões internacionais via GATT e Banco Mundial. Ainda não finalizadas as discussões da rodada do Uruguai no GATT, encalhadas pelos interesses protecionistas e "estatizantes" dos países do primeiro mundo, poderá definir aspectos que anularão os esforços e o trabalho dos Congressistas, na medida em que não poderemos deixar de observar tais aspectos para definir nossas leis e nossos interesses soberana e constitucionalmente.

Conforme graves denúncias feitas ao projeto de Lei, sua aprovação pode significar:

- disparada nos preços dos medicamentos;
- disparada nos preços dos alimentos;
- desnacionalização do nosso parque industrial (fechamento de indústrias);

- aumento no índice de desemprego;
- eliminação, se não adulteração da biodiversidade do patrimônio genético da Amazônia e de todo Brasil;
- agressões irreversíveis ao meio ambiente;
- multiplicação do pagamento de royalties sobre diversos produtos e a conseqüente elevação dos custos;
- inviabilização de agricultores responsáveis pela pequena produção, a qual garante em grande parte o abastecimento de alimentos.

Sendo assim, o XI Congresso da ANDES SN vem alertar V. Excia, no sentido do respeito à Constituição que, em seu Art. 225 - inciso II, diz:

"É dever do Poder Público e da coletividade preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país, e de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e a manipulação do material genético"

O Art. 5º, inciso XXIX, da Constituição Brasileira, deixa claro que a lei só será constitucional na proporção em que visar o interesse social do país, favorecer seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Independente da Política de captação de investimentos externos do governo.

Portanto, o Congresso Nacional em respeito à Constituição, ao nosso desenvolvimento, à nossa soberania e ao nosso direito do uso do conhecimento, bem como no empenho de não agravar o já alto custo de vida para o povo brasileiro, deve rejeitar o Projeto de Lei no 824/91 na forma em que ele está e abrir um amplo debate com toda a sociedade, visto não ter ocorrido um aprofundamento do assunto alvo deste Projeto de Lei tanto a nível do Congresso Nacional como da sociedade.

PELO DIREITO DO USO DO CONHECIMENTO

PELA SOBERANIA NACIONAL

ANDES SINDICATO NACIONAL

ASSOCIAÇÕES DOCENTES SEÇÕES SINDICAIS

Cuiabá, 22 de fevereiro de 1992

Enviada para:

- Presidente da Câmara dos Deputados
- Presidente do Senado Federal
- Presidente do Congresso Nacional
- Todos os Deputados Federais
- Todos os Senadores

09 - MOÇÃO

Os Docentes das Instituições de Ensino Superior do país, reunidos no XI Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES SINDICATO NACIONAL, expressam seu veemente repúdio aos procedimentos adotados pelo Conselho Técnico Administrativo da Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM, pelo Ministro de Estado da Educação, Prof. José Goldemberg, e pela Secretária Nacional da Educação Superior, Profa Eunice Durhan, que inclusive esteve junto, em 10/02/92, com representantes de partidos políticos, de Entidades classistas e culturais, da comunidade acadêmica da ESAM e autoridades dos poderes Executivo e Legislativo de Mossoró, quando admitiu a possibilidade de revisão do processo de indicação pelo Ministério da Educação, quando da nomeação do Diretor da Escola Superior de Agricultura de Mossoró que atentaram contra os princípios mais elementares de democracia, desrespeitando a livre escolha da comunidade acadêmica daquela Instituição Federal de Ensino Superior.

Entendemos ser obrigação das autoridades responsáveis pela Educação neste país e dos órgãos superiores das IFES, zelarem pelos preceitos democráticos que se constituem num dos pilares básicos para se alcançar o Ensino Público, Gratuito e de Qualidade necessário ao desenvolvimento desta Nação.

Assim sendo, exigimos que o Conselho Técnico Administrativo da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, o Ministro de Estado da Educação e a Secretária Nacional do Ensino Superior, revertam suas posições e obedeçam o resultado do pleito ocorrido naquela Instituição.

Cuiabá, fevereiro de 1992

ANDES SINDICATO NACIONAL

ASSOCIAÇÕES DOCENTES SEÇÕES SINDICAIS

Enviar para:

- CTA-ESAM

- Escola Superior de Agricultura de Mossoró

KM 47 da BR 110 - Mossoró-RN Cx. Postal 137

Cep.: 59.600

- Profa. EUNICE DURHAN - Secretária Nacional de Ensino Superior

- Prof. JOSÉ GOLDEMBERG - Ministro da Educação

- ASDESAM-SSIND

ANEXO II

DISCURSO DO PROF. TOMÁS BOAVENTURA

Primeiramente, se me permitirem os companheiros da UFMT, a quem atualmente represento, quero falar como militante do Movimento. Por mais paradoxal que seja, fiquei esperançoso com o aparente impasse que nos abateu ontem à noite e hoje à tarde. Num sindicato como o nosso, é imprescindível que as questões e os nossos desafios sejam coletivizados. Socializar tudo faz parte da nossa própria essência. Observar as excessivas conversações, em detrimento à uma transparência maior do que queremos e precisamos neste momento difícil, sobretudo por respeito a companheiros novos ou novos companheiros, é no mínimo, pouca sensibilidade Política. O sindicato, único, e como disse esta tarde o companheiro Cunha: Patrimônio da Sociedade Civil Brasileira. Esta visão exagerada de dividi-lo em regiões, embora necessária, pode levá-lo à uma visão canhestra que possa assemelhá-lo às análises mais conservadoras da nossa realidade nacional. Como Historiador isto me parece extremamente perigoso. A ANDES-SINDICATO NACIONAL - o nosso sindicato - deve ter claro as circunstâncias em que vive hoje. Fortaleceu-se, tornou-se adulta, importante e poderosa, e isto não permite, a quem quer que seja, antigos e novos companheiros, tomá-lo como seu, ou que possíveis divergências com o poder instalado seja motivo de ressuscitar velhos fantasmas que possam nos apavorar, nos constranger, nos dispersar. O Sindicato somos nós, a nossa riqueza está na diferença das nossas idéias que necessita hoje ser arejado, precisa tornar-se leve em toda a sua inquestionável dimensão. precisa de todo um novo tesão, que cremos todos ter, a exemplo do Tuiuiú deste Congresso. Saberemos sair fortalecidos deste momento, como aliás sempre o fizemos. Quero dizer a vocês, companheiros, embora recente no movimento, que orgulho-me de pertencer a este Sindicato, especialmente porque projetado da minha base, dos companheiros (muitos aqui presentes) da UFMT.

Como presidente da ADUFMAT, ungido do cargo, queremos dizer que foi muito bom tê-los aqui. Procuramos organizar um Congresso de companheiros para companheiros, com a hospitalidade da nossa terra - este Mato Grosso - cômico de que culturalmente somos um só, e isto facilita nossa atitude e atividade Políticas. Não temos diferenças, temos um projeto só que se aperfeiçoa na proporção da prática de todos nós. É este o único batismo (desculpe-nos a comparação exageradamente cristã) que nos insere de forma legítima no movimento do qual fazemos parte. Aliás foi este o argumento que nos pareceu permear toda a justificativa das posições mais claras que surgiu em nossas discussões. A preocupação pelo currículo, vício acadêmico intransponível, tem contornos distintos no movimento. Aqui apenas a disposição para a luta, o amigo ombro a ombro, as porradas cotidianas, nos credencia para nos olharmos como verdadeiros companheiros. Lembremos sempre, e isto é fundamental, que tudo nos une, nada nos separa.

Também como participante na preparação e consecução deste Congresso, queremos agradecer, em particular e muito especialmente, a professora Sandra (Vice-Presidente da ADUFMAT) e ao professor Sérgio (Secretário da ADUFMAT), a toda a eficiente administração do Teatro Universitário (especialmente na figura de Deise, Evanil e toda a sua equipe); aos funcionários da ADUFMAT (Neide/Márcia/Tatiana/Rogério); às alunas

que trabalharam na recepção e todos os atores técnicos que participaram deste acontecimento. Na figura do professor Júlio De Lamônica - Coordenação de Cultura, queremos salientar o apoio da direção da UFMT, especialmente do trabalho na gráfica.

A ADUFMAT tentou organizar um Congresso preparado por gente da Universidade para gente da Universidade. Os percalços na programação, na sua condução, responsabilidade da ANDES SN, impediu o desenvolvimento de atividades que poderia enriquecer mais ainda nosso convívio. Mas vocês estiveram aqui, e isto está registrado em nossos anais e corações. Esperamos o regresso de todos vocês.

Volto, finalmente, à figura do militante para abraçar o companheiro Márcio, de conhecida e comprovada generosidade, torço para soluções adequadas e acertadas que nos unam na diversidade.

Muito obrigado.

RATEIO DO XI CONGRESSO ANDES SN

DESPESA COM PESSOAL	14.592,706.00
ALOJAMENTO, TRANSP. DE FUNCIONÁRIOS E CONV.:	9,076,170.00
TELEFONE	317,741.00
GASTOS DE SECRETARIA	2,892,555.00
GASTOS DE CORREIO	117,116.00
XEROX	312,673.00
ALIMENTAÇÃO	750,000.00
TRANSPORTE E COMBUSTÍVEL	4,000,000.00
DIVULGAÇÃO	7,087,500.00
DESPESAS ABERTURA EVENTO/INTEG. PARTIC	5,499,000.00
INFRA-ESTRUTURA	2,036,324.00
GASTOS COM TRANSPORTE DE DELEGADOS	114,826,344.18
RECEITA DE OBSERVADORES E DEVOLUÇÃO	250,000.00
MARGEM DE SEGURANÇA	5.00%
TOTAL GASTO NA ORGANIZAÇÃO	46,681,785.00
MARGEM DE SEGURANÇA (5.00%) DO TOTAL:	2,334,089.25
VALOR A SER RATEADO:	163,592,218.43
TAXA DE RATEIO:	636,545.60

AD-SSIND.	Nº Sócios	Fator Ponderação	Transp.	Rateio	Pagar ou a Receber
ADUFU	946	8.00	1706400.00	5 092364.78	-3385964.78
APUFPR	2007	10.00	3728758.00	6365455.97	-2636697.97
ADUFERPE	388	5.00	2089000.00	3182727.99	-1093727.99
ADUCAPE	266	1.00	417984.00	636545.60	-218561.60
APRUMA	693	3.00	2197880.00	1909636.79	288243.21
ADUFF	2016	11.00	4846006.00	7002001.57	-2155995.57
ADUFRJ	2828	11.00	4748000.00	7002001.57	-2254001.57
ADUFPB-JP	1200	8.00	3864852.00	5092364.78	-1227512.78
ADURN	1311	9.00	4992264.00	5728910.37	-736646.37
ADUR-RJ	540	6.00	2345122.00	3819273.58	-1474151.58
ADUFPB-CG	735	6.00	3291900.00	3819273.58	-527373.58
ASPUV	700	6.00	2610000.00	3819273.58	-1209273.58
ADCEFET-RJ	377	3.00	1388625.40	1909636.79	-521011.39
ADUFMS	721	6.00	591472.98	3819273.58	-3227800.60
ADFMTM	150	2.00	599000.00	1273091.19	-674091.19
APESJF	700	4.00	2460000.00	2546182.39	-86182.39
ADUNIRIO	460	2.00	863008.00	1273091.19	-410083.19
APUB	1905	10.00	5585296.00	6365455.97	-780159.97
ADUSP	3669	8.00	2721536.00	5092364.78	-2370828.78
ADUFOP	171	1.00	317782.00	636545.60	-318763.60
ADUFMAT	1083	9.00	0.00	5728910.37	-5728910.37
ADUFPEL	770	7.00	3510343.20	4455819.18	-945475.98
ADUFRGS	1834	6.00	4227108.00	3819273.58	407834.42
APROFURG	558	3.00	1251900.00	1909636.79	-657736.79
ADUFPI	1005	6.00	4152084.00	3819273.58	332810.42
ADUFPA	1351	4.00	2214696.00	2546182.39	-331486.39
ADUFG	950	8.00	2444296.00	5092364.78	-2648068.78
ADUNIMEP	315	5.00	2268994.00	3182727.99	-913733.99
ASDESAM	71	0.00	0.00	0.00	0.00
ADFUNREI	144	1.00	549572.60	636545.60	-86973.00
ADUFAL	836	8.00	5835680.00	5092364.78	743315.22
ADUA	700	7.00	3086272.00	4455819.18	-1369547.18
SEDUFMS	499	1.00	547528.00	636545.60	-89017.60
ADUNEB	250	1.00	645034.00	636545.60	8488.40
APUBH	2018	11.00	5097700.00	7002001.57	-1904301.57
ADUFS	430	3.00	1145928.00	1909636.79	-763708.79
ADUNESP	500	1.00	381488.00	636545.60	-255057.60
ADUFEPE	1300	9.00	3761874.00	5728910.37	-1967036.37
ADUNIR	240	2.00	654176.00	1273091.19	-618915.19
ADUNICAMP	1585	3.00	1130877.00	1909636.79	-778759.79
ADUPN	30	0.00	0.00	0.00	0.00
ADUFPB-	59	0.00	0.00	0.00	0.00
ADUEL	876	1.00	406000.00	636545.60	-230545.60
ADCEFET-MG	75	0.00	0.00	0.00	0.00
ADUFES	907	4.00	1532992.00	2546182.39	-1013190.39
APUFSC	1600	10.00	5035900.00	6365455.97	-1329555.97
ADUFC	1115	9.00	7017516.00	5728910.37	1288605.63
ASDUERJ	1000	3.00	1294512.00	1909636.79	-615124.79
ADUFSCAR	489	6.00	2377267.00	3819273.58	-1442006.58
ADUNB	975	7.00	2105904.00	4455819.18	-2349915.18
ADUFAC	267	2.00	785816.00	1273091.19	-487275.19
ADUNIFOR	100	0.00	0.00	0.00	0.00

ADFCESC	78	0.00	0.00	0.00	0.00
ADUEPB	499	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL	46292	257.00	114826344.18	163592218.43	-48765874.27